



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

JÚLIA DA NÓBREGA MEDEIROS

**DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO: HISTÓRIA ORAL DE VIDA DO TRABALHO
INFANTIL NA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE NAS DÉCADAS DE 1960
E 1970.**



**CAMPINA GRANDE – PB
2020**

JÚLIA DA NÓBREGA MEDEIROS

**DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO: HISTÓRIA ORAL DE VIDA DO TRABALHO
INFANTIL NA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE NAS DÉCADAS DE 1960
E 1970.**

Trabalho de Conclusão de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Estado, Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota

**CAMPINA GRANDE – PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M488d Medeiros, Júlia da Nóbrega.
Desenvolvimento periférico [manuscrito] : história oral de vida do trabalho infantil na feira central de Campina Grande nas décadas de 1960 e 1970 / Julia da Nobrega Medeiros. - 2020.
122 p. : il. colorido.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.
"Orientação : Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota, Departamento de Ciências Sociais - CEDUC."
1. Mão de obra infantil. 2. Feira. 3. Desenvolvimento regional. 4. Trabalho infantil. I. Título
21. ed. CDD 331.31

JÚLIA DA NÓBREGA MEDEIROS

DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO: história oral de vida do trabalho infantil na Feira Central de Campina Grande nas décadas de 1960 e 1970

Trabalho de Conclusão de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Estado, Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

Aprovada em: 12/08/2020

BANCA EXAMINADORA



Profº . Drº. Leonardo de Araújo e Mota (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba



Profª. Drª Annahid Burnett
Universidade Estadual da Paraíba

Prof.ª Dr.ª Maria de Assunção Lima de Paulo
Universidade Federal de Campina Grande

Aos que independentemente da atividade que exercem, trabalham de maneira idônea, comprometida e atenta ao que se propõem a fazer – tendo sempre em mente que o trabalho constrói e reconstrói o homem e a mulher e que a verdadeira liberdade está dentro de nós.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Diante da plena consciência de que ninguém é nada sozinho, de que ninguém faz nada sozinho, de que nenhum sucesso é individual, agradeço imensamente a todas as pessoas que me incentivaram a dar continuidade ao estudo, à pesquisa, a ingressar no mestrado, em especial:

- à Prof^a Dr^a **Poliana de Araújo Palmeira** pela generosidade e paciência de anos e anos de conversas que amadureceram meu pensamento crítico e me proporcionaram um novo olhar sobre a universidade e sobre nosso papel na sociedade;
- ao Prof^o M.e **Demétrius Almeida Leão** pela ajuda durante a seleção de mestrado, especialmente, na finalização do projeto de pesquisa, pelo olhar carinhoso e por ser meu amigo para todas as horas;
- à **Alana Vital Nazianzeno** por ter me mostrado o mundo, por ter despertado o melhor de mim e pelo incentivo eterno à leitura e ao esporte;
- à Prof^a Dr^a **Annahid Burnett** pelo altruísmo, pela dedicação na orientação deste trabalho e, principalmente, diante de tempos e lugares tão sombrios, pela vocação para ensinar;
- ao Prof^o Dr. **Leonardo de Araújo e Mota** por, ao acreditar no trabalho autoral, deixar meu pensamento e minha escrita livres, me ajudando, inclusive, nos trâmites burocráticos e administrativos desta pós-graduação;
- à M.^a **Yedda Oliveira** pelo apoio técnico, companheirismo nos registros audiovisuais, pelo olhar carinhoso, por ser presente;
- à **Turma 2018 MDR / UEPB** pela jornada conjunta, pelos debates acalorados, pela diversidade de pensamento e por ser espaço de multidiversidade cultural – construímos saudades!

Agradeço imensamente.

A Feira

*Serra acima está Campina
Grande é a sua feira
tem gente de toda classe da primeira
a derradeira.*

*Tem gente besta e sabida
analfabeto e doutor
suspirando ombro a ombro
segundo as leis do Senhor.*

*Uns traz um fardo na cabeça
no balaio, no caçoá
trouxa, embrulho, saco, cesta
tudo serve é só pegar.*

*Vem o caminhão roncando
carroceria entupida
de gente que compra e vende
e sofre, mas ama a vida.*

*Se o pobre traz esperança
escondida na cangalha
traz o malandro a peixeira
onde a morte se agasalha.*

*De toda parte chegando
honra e desonra eles têm
se uns vêm pra ser enganados
os que engana também vêm.*

*Noite se faz madrugada
manhã, tarde, anoitecer
na feira riso - que é vida gemido -
que é morrer.*

Lourdes Ramalho

*Temos de aprender a desaprer
para, afinal, talvez muito mais
alcançar ainda mais: mudar de sent..*

Friedrich Nietzsche

RESUMO

Tem-se que a questão do trabalho infantil se mostra como uma das mais polêmicas pela abordagem do trabalho, de um lado, como elemento educador e socializador e, de outra maneira, posto em tempo não oportuno diante do estabelecido nos ordenamentos jurídicos, como ilícito e condição de subdesenvolvimento social e pessoal. O certo é que a indústria alterou profundamente as relações de aprendizagem e formação profissional, relegando crianças (e adolescentes) à cadeia de produção em grande escala, com movimentos simples, repetitivos e alienados do produto final. A partir daí começaram a surgir movimentos para regulamentar e proteger essa mão de obra no contexto das indústrias – movimento que, mesmo tardiamente – fora seguido pelo Brasil. Abordar, através do processo de ocupação do Agreste, uso da mão de obra infantil no âmbito da feira livre de Campina Grande tendo em vista a importância histórica e econômica da feira para o desenvolvimento do município. Imperou a abordagem qualitativa concretizada na história oral dos agentes, bem como o uso do método etnográfico de pesquisa, com abordagem dos feirantes inseridos na Feira Central de Campina Grande. Os depoimentos e entrevistas foram colhidos de maneira livre, oral e espontânea, permitindo ao entrevistando o resgate de suas próprias memórias ligadas a sua imersão na feira livre. Fez-se uso de pesquisa bibliográfica e documental em artigos, dissertações, livros, *sites* da internet que tratam sobre a questão. Ao copiar modelos estrangeiros, ao tentar imitar dinâmicas de processos de desenvolvimento e ao relegar suas próprias características de povoamento de seu território, é de se concluir que o Brasil põe à margem de importância, por exemplo, o papel das feiras livres e de como elas se formaram e construíram o interior do país – e, além, qual a mão de obra presente nessas feiras e qual o valor social dessa mão de obra nesse processos, já que os atores sociais que trabalharam nesses locais quando crianças não se sentiram explorados e encaram o trabalho como divisão familiar de atividades, como forma de educação e formação cidadã. Registra-se que não houve pretensão de esgotamento do tema, tão pouco tecer juízo de valor acerca de qualquer lei ou condição encontrada na feira livre. Pretendeu-se, sim, contribuir com a temática posta, trazendo uma nova abordagem acerca do trabalho infantil nas feiras, dando voz aos reais protagonistas.

PALAVRAS-CHAVE: Mão de obra infantil; Feira; Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

It is clear that child labor is one of the most controversial issues concerning work conception. On the one hand, it sets educational and socializing elements, but on the other hand, it is established as illicit and condition of social and personal underdevelopment by laws and regulations to the minimum legal age of employment. The industry has modified the learning and professional training relations extremely when relegating children and young people in repetitive and alienated movements to the large-scale production chain. In this way, movements for protection and regulation of industrial workers began to emerge globally, in spite of arriving in Brazil belatedly. To address the child labor on fairs in view of historical and economic importance for the development of Campina Grande, through the migration process to Agreste marked by family and community relations. It was conducted the qualitative approach of oral history as well as an ethnographic research method, focused on the fair dealers from the Central Fair of Campina Grande. Interviews were carried out according to the oral history method by stimulating the respondent to speak freely and descriptively from memory-related to their immersion on the fairs. Moreover, the bibliographic and documentary research was based on scientific papers; thesis; books; and, websites regarding the issue. When using foreign models and trying to replicate development processes from others, Brazil has relegated their own characteristics of territorial settlement. For instance, the role of fairs and how they built inland Brazil has been set aside of importance. Besides, what workforce formed the fairs, and what social values are related to their process, since social actors who worked during childhood at the fairs did not see exploitation, but a family division of activities, education, and citizenship. It should be highlighted that there was no pretense of exhausting the topic, either making judgments about any law or condition found on the fairs. It was intended to contribute to the proposed topic, bringing a new approach to child labor at fairs, giving voice to the real protagonists.

KEYWORDS: Child labor; Fairs; Regional Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01	Mapa da Região Nordeste.....	23
FIGURA 02	Mapa das mesorregiões do estado da Paraíba.....	25
FIGURA 03	Mapa da Paraíba.....	25
FIGURA 04	Os caminhos das boiadas no interior do Nordeste.....	29
FIGURA 05	Centros e periferias no mundo (1992). Uma rede hierarquizada.....	42
FIGURA 06	Registro fotográfico da pesquisadora realizando o trabalho de campo.....	65
FIGURA 07	Registro fotográfico da pesquisadora realizando o trabalho de campo.....	70
FIGURA 08	Registro fotográfico de um dos colaboradores da pesquisa.....	74
FIGURA 09	Registro fotográfico do comercializado na feira.....	77
FIGURA 10	Registro fotográfico do comercializado na feira.....	80
FIGURA 11	Registro fotográfico do setor de carnes /açougue da Feira Central de Campina Grande.....	83
FIGURA 12	Registro fotográfico do comercializado na feira.....	88
FIGURA 13	Registro fotográfico do comercializado na feira.....	91
FIGURA 14	Registro fotográfico do setor de peixes da Feira Central de Campina Grande.....	95
FIGURA 15	Registro fotográfico do comercializado na feira.....	98
FIGURA 16	Registro fotográfico do comercializado na feira.....	100

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE / PB COMO FRUTO DIRETO DO DESENVOLVIMENTO DAS FEIRAS LIVRES – ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO SOCIOANTROPOLÓGICA DA REGIÃO AGRESTE	20
2.1	A mesorregião do agreste paraibano – ocupação e características	22
2.2	O surgimento do Município de Campina Grande	30
2.3	A feira livre como âncora do desenvolvimento regional	33
2.4	Características do desenvolvimento de Campina Grande	36
3	O TRABALHO INFANTIL NO MUNDO E NO BRASIL: CONSEQUÊNCIAS	44
3.1	A sociedade capitalista e o trabalho: apontamentos ao longo da História	45
3.2	O trabalho e as crises do capital: consequências atuais	48
3.3	O início da proteção legal do trabalho infantil no mundo e no Brasil	51
3.4	O atual cenário do trabalho infantil	54
3.5	O trabalho infantil no âmbito familiar	58
3.5.1	<i>Considerações legais do trabalho infantil no âmbito familiar</i>	60
4	RELATOS ORAIS DE VIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE	63
4.1	A feira me ensinou a ser homi	65
4.1.1	<i>Análise da fala</i>	68
4.2	A gente fica onde a parede escora	70
4.2.1	<i>Análise da fala</i>	72
4.3	Fiquei só trabalhando e não tive mais tempo de estudar, não	74
4.3.1	<i>Análise da fala</i>	76
4.4	Não era forçado, não. Era porque eu gostava mesmo de trabalhar...	77

4.4.1	<i>Análise da fala</i>	79
4.5	A vida da gente é baseada naquelas decisões que a gente toma.....	80
4.5.1	<i>Análise da fala</i>	82
4.6	O caba deixar de ser dono para ser porteiro, humilhado não sei que inteligência foi essa.....	83
4.6.1	<i>Análise da fala</i>	86
4.7	Eu estudava era pra trabalhar melhor.....	88
4.7.1	<i>Análise da fala</i>	90
4.8	É certo que nem todo dia dá pra ter carne, mas dá pra ter a farinha que dá energia para conseguir a carne.....	91
4.8.1	<i>Análise da fala</i>	93
4.9	Isso aqui também é patrimônio e essas comidas de supermercado é só veneno.....	95
4.9.1	<i>Análise da fala</i>	97
4.10	Nasci e me criei em Santa Terezinha, mas foi na feira de Campina Grande que me livreii da fome.....	98
4.10.1	<i>Análise da fala</i>	100
4.11	O trabalho infantil nas feiras livres é um replicador da pobreza.....	100
4.11.1	<i>Análise da fala</i>	108
5 ELEMENTOS INTERPRETATIVOS		110
REFERÊNCIAS		114
ANEXO CRONOGRAMA – PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS / SOCIAIS DE ABORDAGEM DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL E NO MUNDO		120

1 INTRODUÇÃO

O que se entende por trabalho tem sido alvo de alterações conceituais ao longo da história do homem, alterando a concepção do valor social e da importância real que exerce para o desenvolvimento da sociedade e do próprio homem. Nesse sentido, tem-se que a questão do trabalho infantil se mostra como uma das mais polêmicas pela abordagem do trabalho, de um lado, como elemento educador e socializador e, de outra maneira, posto em tempo não oportuno diante do estabelecido nos ordenamentos jurídicos, como ilícito e condição de subdesenvolvimento social e pessoal.

Tratando das duas premissas acima mencionadas, tem-se que o caráter educador do trabalho é reflexo histórico que remonta à idade média, onde o objetivo era aprendizado de um ofício e a formação profissional. E, neste sentido, quanto mais cedo a criança fosse inicializada, melhor seria para ela. Aqui, a preparação se dava efetivamente no âmbito familiar, doméstico, pelos próprios pais e, também, nas chamadas Corporações de Ofícios com a figura do Mestre. De outro lado, tem-se a ideia de trabalho do menor como ilícito e condição de subdesenvolvimento social e pessoal, sendo, pois, reflexo direto, também histórico, da Revolução Industrial (século XVIII) que descaracterizou a aprendizagem, impondo a mecanização – abalando até, através da alienação do processo de produção, a concepção marxista do trabalho. Assim, a indústria alterou profundamente as relações de aprendizagem e formação profissional, relegando crianças e adolescentes à cadeia de produção em grande escala, com movimentos simples, repetitivos e alienados do produto final.

Diante desse contexto, assomado ao fato de inexistência de legislação trabalhista tal qual é concebida hoje, ou seja, sem fixação de jornada de trabalho, sem salário mínimo definido, pagamento a menor para crianças, adolescentes e mulheres, sem condições de higiene e segurança, etc., a condição de trabalho nas indústrias já se apresentava temerosa para os adultos e quando se olhava sob a ótica das crianças o risco de vida era iminente.

Assim foi que os primeiros movimentos visando à regulamentação do uso de mão de obra infantil, especialmente voltadas à fixação de jornada de trabalho diferenciada dos adultos, começaram a fluir pela Europa, principalmente, na Inglaterra – berço da industrialização. A partir disso foi-se aprimorando, ao longo do

tempo e das sociedades, a proteção e as formas de combate ao trabalho infantil – já que o trabalho tinha sofrido alteração do valor social, passando de transmissão de saber para, na relação de mercado, ser tratado como mercadoria mais barata.

Acontece que o Brasil, com características coloniais, inserido na dinâmica do capitalismo periférico, teve sua revolução industrial efetivada de maneira tardia, ao ser comparado com os países europeus. E, neste sentido, tendeu a começar a copiar, por assim dizer, as práticas vigentes nas sociedades das metrópoles, renegando a própria condição histórica de formação de seu território e sociedade – o que, em termos de legislação, tem, ainda, gerado conflitos, posto que, além de existir no ordenamento jurídico as chamadas ‘leis que não pegam’, violenta, por desconsiderar, os costumes locais dos nacionais.

Esse “complexo de colônia” do Brasil tem marcado sua história com políticas públicas imersas na dinâmica *top down*, mais das vezes desapegadas aos anseios sociais, às particularidades culturais. Além: é preciso frisar que o país possui dimensões continentais e que políticas públicas / legislações com natureza de generalidade, estranhas às dinâmicas locais tendem mais a trazer conflitos que soluções.

Ao copiar modelos estrangeiros, ao tentar repetir dinâmicas de processos de desenvolvimento e ao relegar suas próprias características de povoamento de seu território, o Brasil, sob os moldes do *gauche drummoniano*¹, põe à margem de importância, por exemplo, o papel das feiras livres e de como elas se formaram e construíram o interior do país – e, além, qual a mão de obra presente nessas feiras e qual o valor social dessa mão de obra nesse processo.

Nesse sentido, tem-se que as feiras surgiram – imersas na conjuntura de Brasil colônia, numa economia capitalista periférica / dependente da metrópole – nos pontos de repouso dos boiadeiros que transportavam o gado, verdadeira “máquina” que movimentava a produção canavieira, seja no escoamento da mercadoria, seja na força de tração para preparo do solo e para moer a cana e preparar o açúcar.

Destaca-se que o mesmo gado que era solução, em determinadas épocas do ano, era problema. Assim, nesse processo de retirada do gado da zona litorânea, visando preservar os canais do pisoteio, o território nacional começou a ser desbravado e as boiadas, margeando os rios, nas paradas para descanso, iam

¹ Referência ao Poema de Sete Faces do poeta Carlos Drummond de Andrade (2013, p.11).

proporcionando, inicialmente, o escambo dos mais diversos produtos e mercadorias. Uma dessas feiras ganhou destaque e formou a cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba.

E quem movimentava essas feiras? As famílias dos boiadeiros, dos tropeiros que se fixaram nos pontos de encontro das boiadas e lá estabeleceram moradia. As feiras eram momento ideal para a troca dos produtos de subsistência, especialmente, milho, feijão, mandioca, batata, tiras de couro, etc.

Numa dinâmica pré-capitalista, as divisões de trabalho presentes no roçado de subsistência (sítios / pequenas propriedades) foram transportadas para o ambiente das feiras livres, ou seja, todos da família trabalhavam em regime de cooperação e divisão de tarefas. E, assim, numa divisão social do trabalho de princípios pré-capitalistas, no seio familiar e na informalidade, as crianças desde cedo eram introduzidas nesse mecanismo cultural de formação e interação social.

Em linhas objetivamente didáticas, esse foi o processo de formação inicial do território nacional, especialmente, do Nordeste brasileiro. De modo que não há que se falar, nesse contexto – conforme se pretende que se reste demonstrado ao longo da explanação desta dissertação – em exploração de mão de obra infantil nas feiras livres como assertiva fechada, radical e representante de verdade inabalável. Essas heranças históricas, por serem umbilicais, impregnadas na origem do povo nordestino – e, no caso, campinense – não se desfazem com a edição de leis ou textos normativos.

Diante disso, ciente da importância da feira livre para Campina Grande – posto ser sua própria origem – e da presença de crianças neste ambiente, contrariando toda uma legislação protetiva (com essência industrial), esta dissertação pretendeu investigar, a partir dos atores, quais sejam, os próprios feirantes, quais suas percepções do trabalho que exercem e que exerceram quando criança; investigando se sentem ou se sentiram explorados ou se essa concepção de exploração se põe desapegada da realidade local por justamente ter sido vislumbrada sob os resquícios do trabalho na sociedade industrial.

O recorte da pesquisa deu-se, em termos de *lócus*, na Feira Central de Campina Grande, uma das pioneiras no município e em plena funcionalidade até os dias de hoje, e, em termos de período, foram pesquisadas as crianças – hoje adultos – dos anos 1960 / 1970.

A pesquisa se justificou em três vertentes, quais sejam: **a)** no âmbito social / local, na medida em que foi oportunizada abordagem do trabalho infantil sob o enfoque dos seus próprios atores, de maneira endógena, evidenciando suas reais impressões acerca do trabalho infantil na feira livre e, ao oportunizar relato oral, trouxe histórias de construção de vidas; **b)** no âmbito acadêmico, na medida em que foi levantado o tipo de desenvolvimento inicial marcado no Nordeste, especialmente, na região Agreste (Campina Grande / PB), imersa na economia colonial, dependente, pré-capitalista que ainda hoje apresenta suas marcas e vícios, alimentando a condição de subdesenvolvimento, caracterizando assim, um desenvolvimento periférico; **c)** no âmbito jurídico, na medida em que existe aparato legislativo que rege e visa proteger à criança e adolescente do trabalho infantil, tendo-o por ilegal e, mesmo assim, há observância dessa mão de obra no ambiente das feiras livres.

No que tange à metodologia utilizada, imperou a abordagem qualitativa concretizada na história oral de vida dos agentes, quais sejam, os feirantes inseridos na Feira Central de Campina Grande. Os depoimentos e entrevistas foram colhidos de maneira livre, oral e espontânea, permitindo ao entrevistado a narrativa de suas próprias memórias ligadas à sua imersão na feira livre.

A metodologia seguida teve por norte o livro de José Carlos Sebe Bom Meihy (2005), qual seja Manual de História Oral (referenciado neste estudo). Através da construção mental da linha do tempo, cada entrevistado, real protagonista, trouxe relatos das experiências vividas e impressões da feira livre e do valor social do trabalho ali verificado.

Foram selecionadas dez entrevistas, na Feira Central de Campina Grande / PB, com cerca de quinze minutos cada, todas aqui transcritas e colhidas ao longo do ano de 2019: algumas foram descartadas por não retratarem os objetivos do estudo; como exemplo, pode-se citar que um dos relatos colhidos (e não aproveitado) dizia respeito a uma pessoa que tinha se tornado feirante recentemente, depois que recebera o *box* em pagamento de dívidas.

As perguntas realizadas acerca da percepção do trabalho infantil na feira serviram como indicativo, deixando o entrevistado absolutamente livre para fazer suas narrações.

A dissertação foi estruturada em três capítulos, assomados da parte introdutória, elementos interpretativos e referências. Ressalta-se que a preferência

por nomear a parte do que seriam as considerações finais como elementos interpretativos é para fazer *jus* aos intentos desta pesquisa, quais sejam propor outro olhar acerca do trabalho infantil no seio da feira livre, desapegado de preconceitos, amarras legais e possíveis desfechos quantitativos. Não se pretendeu mensurar a quantidade ou não de mão de obra infantil presente na feira, nem tão pouco a presença ou não de crianças na feira. O que se almejou foi dar voz aos que foram crianças, se formaram cidadãos no local de feira, trazendo a percepção destes protagonistas, desligados das imposições legais, aparentemente, desconexas com a realidade do local aqui abordado.

Assim, no primeiro capítulo foi abordado, em linhas gerais, o processo de ocupação do território nordestino, especialmente o do agreste paraibano, dando origem à cidade de Campina Grande, evidenciando o contexto da economia canavieira, o papel dos boiadeiros e o surgimento das feiras livres e sua importância neste processo, ressaltando a questão da divisão social do trabalho no âmbito familiar da agricultura de subsistência consubstanciada nos sítios, nas pequenas propriedades rurais; como momento final, através de levantamento bibliográfico, houve contextualização do tipo de desenvolvimento verificado no surgimento de Campina Grande, qual seja fase pré-capitalista, colonial, periférico e dependente da metrópole. O arcabouço teórico está fundamentalmente sustentado pela Teoria do Imperialismo de Rosa Luxemburgo, pela Teoria do Desenvolvimento do Subdesenvolvimento de Andre Gunder Frank e pela Teoria da Mundialização do Capital de François Chesnais. No segundo capítulo foram traçadas considerações acerca do trabalho infantil no mundo e no Brasil; pontuando que a legislação existente é reflexo direto do ambiente das fábricas e, por vezes, desapegada às realidades locais do Brasil, tendo em vista seu processo de formação territorial e populacional; fazendo considerações acerca do trabalho infantil no âmbito doméstico, evidenciando que, utilizando dos processos de interpretação, não há proibição legal, representando, inclusive, reflexo da função social do trabalho enquanto mecanismo de aprendizagem e formação pessoal da criança. No terceiro capítulo teve-se a transcrição dos relatos orais colhidos na Feira Central de Campina Grande, evidenciando as impressões dos protagonistas no processo de construção da feira livre, da cidade, de suas próprias vidas; além de transcrição do relato da representante municipal no combate ao trabalho infantil. Passo seguinte, nos elementos interpretativos tem-se análise de como a dinâmica da feira livre e a

divisão de trabalho ali presente impactou e marcou o desenvolvimento local e, além, da desconexão de uma legislação imposta nos moldes *top down* desatenta aos costumes locais, aos anseios culturais e perspectivas dos envolvidos.

A pesquisadora é Especialista em Direito Processual e Material do Trabalho, atuou como advogada trabalhista por mais de dez anos no Nordeste brasileiro e o cenário de descompasso entre o constante na legislação e o percebido na prática sempre fora fonte de inquietude, especialmente, nos casos de trabalho infantil nas feiras livres. Inquietude, esta, que a pesquisadora usou como mola propulsora para efetivação da presente dissertação.

Em tempo, esclarece-se que a pesquisa, apesar de usar a matriz teórica de pensamento marxista para explicar o desenvolvimento da Região Nordeste e do capitalismo, não se consubstancia em investigação sobre exploração e conflito; tendo, pois, sobretudo, o intuito de compreender como a cultura, os hábitos e os costumes da região foram forjados e como tal cenário refletiu/reflete nas relações de trabalho durante a infância dos pesquisados.

Finalizando o momento, é de se registrar que não houve pretensão de esgotamento do tema, tão pouco de tecer juízo de valor acerca de qualquer lei ou condição encontrada na feira livre. Pretendeu-se, sim, contribuir com a temática posta, trazendo uma nova abordagem acerca do trabalho infantil nas feiras, dando voz aos reais protagonistas.

2 - O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE / PB COMO FRUTO DIRETO DO DESENVOLVIMENTO DAS FEIRAS LIVRES – ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO SOCIOANTROPOLÓGICA DA REGIÃO AGRESTE

Em linhas gerais, a História do desenvolvimento do Agreste, aponta que a colonização e efetiva ocupação do interior da região Nordeste brasileiro se deu apenas no final do século XVIII: quase dois séculos após o descobrimento do país. Tal demora, como se intentará demonstrar, entre outras, nas linhas deste capítulo, não se dera por acaso. Antes de partir para o desbravamento do desconhecido interior brasileiro, os portugueses firmaram moradia e atenção econômica tão somente no litoral do território, posto que o produto rentável da época era, de fato, o açúcar.

Nesse sentido, toda a Zona da Mata nordestina ou Norte da América Portuguesa – para ser fiel a classificação existente à época - ficou marcada pela presença dos engenhos de cana-de-açúcar. Dentro desse contexto, a criação de gado surge como atividade complementar ao plantio da cana-de-açúcar visando dar suporte no que tange à força de tração para as máquinas e para abastecer com carne os próprios engenhos e trabalhadores vinculados a essa atividade.

Aqui vale salientar, como bem deixa claro Darcy Ribeiro (2006) que o animal, grande incentivador do surgimento de novas vilas e povoados, foi trazido das ilhas de Cabo Verde pelos portugueses, onde fora aclimatado, para transportar cargas e fazer movimentar os moedores da cana, as máquinas dos engenhos – não sendo, pois, natural do Brasil. Nos períodos de entressafras, o gado passava a ser problema posto que pisoteava o terreno da plantação da cana e, assim, era conduzido para o interior (longe da plantação) para cuidado, engorda e conservação até a chegada da época da colheita.

Manuel Correia de Andrade aduz que nas entressafras eram esses animais (os gados) “colocados em áreas de praias ou, se distantes do mar, em trechos próprios nas grandes propriedades, a fim de passarem o “inverno” sem molestar as plantações, nem criar transtornos às atividades agrícolas”. (ANDRADE, (2005, p. 151, ênfase do original).

E, assim, com ajuda do gado faminto, via pecuária extensiva, o território do interior do Nordeste fora desbravado. A cada parada para descanso e

alimentação, pessoas se reuniam. “A criação de gado ‘essa mercadoria que se transporta’, foi o principal estímulo ao devassamento do Nordeste”. (ALMEIDA, 1978, p. 11).

Aqui, o escambo inicial começou a dar lugar à comercialização de mercadorias excedentes. É o surgimento das feiras livres. É a concepção econômica e antropológica do Agreste nordestino e, conseqüentemente, do Agreste paraibano. Como ponto de apoio à leitura que se segue, é de se deixar claro que a teoria justificadora do presente estudo conta com a literatura de autores de pensamento marxista; de modo que, desde já, é preciso entender que a feira livre esteve e está inserida em práticas pré-capitalistas delineadas. Assim, muito embora Campina Grande tenha sido fruto de economia informal (pré-capitalista), seu desenvolvimento serviu para alimentar a cadeia produtiva do capitalismo central, no caso, europeu / colonizador. Portugal, enquanto metrópole, ambicionava o produto final, qual seja a cana-de-açúcar produzida no litoral nordestino; o gado era decisivo no processo de plantação da cana-de-açúcar; entretanto, no momento da colheita, o gado passava a ser entrave já que pisoteava o plantio.

Como saída para garantir o animal para o processo da nova safra, o gado foi sendo sazonalmente deslocado para o interior do território. Esse deslocamento inicialmente momentâneo foi desbravando caminhos, firmando vilas e encontros de trocas de mercadorias (escambos), que evoluíram para verdadeiras feiras livres fixas e pontos de encontros dessas boiadas.

O surgimento de Campina Grande se deu, sob outra ótica, para assegurar as dinâmicas, na linha teórica marxista, da metrópole e manter a condição de subjugação da colônia restritiva às negociações/ trocas com os portugueses. Assim, tem-se que a condição de subdesenvolvimento de Campina Grande, inserida no contexto de Brasil colonial, alimentou a condição de desenvolvimento de Portugal enquanto metrópole.

Diante dessa importância do surgimento da feira livre como um dos primeiros movimentos de fixação de moradia e criação de povoados, é que se preteriu, neste estudo, traçá-la como *locus* de pesquisa.

Tendo a feira livre, ainda hoje, importância e significância cultural e costumeira das localidades em que se insere – e sendo ela a origem básica do que hoje se entende por município de Campina Grande – escolheu-se seu âmbito para

pesquisar o trabalho infantil sob a ótica de seus atores, ou seja, sob a ótica dos que realmente compõe ativamente a feira.

Assim, neste momento da argumentação, são traçadas considerações acerca o processo de ocupação da mesorregião do Agreste paraibano, do próprio surgimento de Campina Grande tendo a feira com âncora de surgimento, além de anotações mais específicas acerca do tipo de desenvolvimento verificado neste município. Feitas tais considerações, no Capítulo II tem-se à atenção voltada ao trabalho infantil no Brasil e no mundo.

Pretendeu-se situar o leitor no processo histórico de surgimento de Campina Grande, para depois direcionar o estudo sobre trabalho infantil e fazer a ligação deste trabalho na construção do município. Diante desse breve apanhado, faz-se necessário entender o alcance do Agreste no Nordeste e na Paraíba, bem como entender como o homem agrestino se formou na história brasileira, dando destaque, entre outras, a cidades como Campina Grande.

2.1 A Mesorregião do Agreste paraibano – ocupação e características

O termo Agreste está associado ao campestre, ao campesiano, ao colono e corresponde à área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão do Nordeste brasileiro, sendo, pois, uma faixa estreita e mista paralela à faixa litorânea.

Manuel Correia de Andrade reafirma essa característica de transição inerente ao Agreste, pontuando que em algumas ocasiões pode ser confundido com a Mata, nas partes mais úmidas, ou com o Sertão, nas áreas mais secas: “[...] o que caracteriza o Agreste é a diversidade de paisagem que ele oferece em curtas distâncias, funcionando quase como uma miniatura do Nordeste, com áreas muito secas e muito úmidas” (ANDRADE, 2005, p.44). É de se verificar no mapa abaixo:

Figura 01: Mapa da região Nordeste



Fonte: IBGE. (ftp://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/mapas_tematicos/mapas_do_brasil/mapas_regionais/politico/nm_regiao_nordeste.pdf).

Através do mapa é possível identificar as seguintes sub-regiões nordestinas: 1 – Meio Norte; 2 – Sertão; 3 – Agreste; e 4 – Zona da Mata.

É de se notar que o Agreste se estende, em um corte longitudinal, sobre todo o Nordeste, incidindo nos estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte e, o que interessa aqui, na Paraíba. Na faixa paralela à mesorregião do Sertão, o encontro com o Agreste forma o ecossistema da caatinga. Nas áreas de maior umidade, há os chamados brejos.

O principal acidente geográfico da região é o Planalto da Borborema que, conforme Garcia (1999), apresenta vegetação tropical e florestada, associada ao clima úmido nas áreas altas e região da encosta leste; e vegetação de caatinga, com o clima semiárido e seco, nas áreas baixas ao centro e oeste do planalto. O autor acrescenta ainda que a estrutura fundiária do Agreste é basicamente formada por pequenas e médias propriedades onde se pratica a policultura associada, principalmente, à pecuária extensiva.

Annahid Burnett bem chama atenção sendo o Agreste uma região intermediária entre a zona úmida do Litoral / Mata e o Sertão seco, é por natureza diversificada, não é só caatinga e nem é só pecuária:

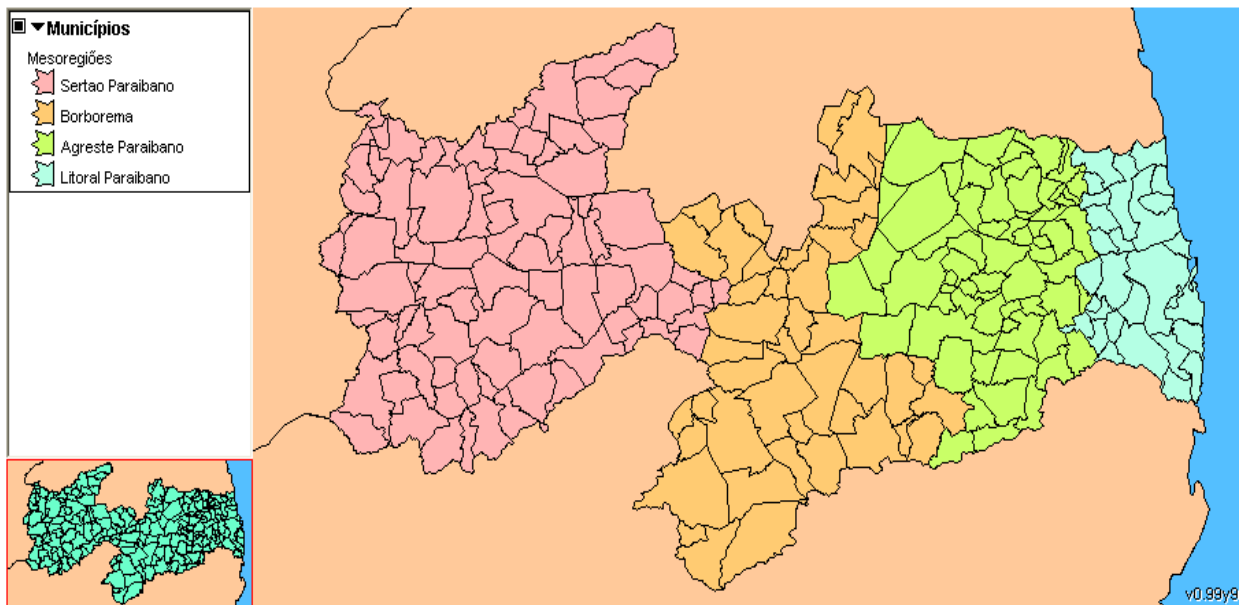
Trata-se de uma região permeada de brejos, ilhas de umidade, microclimas que permitem culturas diversificadas, como: tomate, beterraba, cenoura, repolho, hortaliças de modo geral, flores, batata-doce, frutas e, também, café. (BURNETT, 2014, p 98).

Encontrando-se além da zona litorânea, segundo Rocha & Outros (2019), sendo predominante no interior nordestino, está sujeita às estiagens cíclicas, de forma que boa parte da população aí existente depende essencialmente do regime de chuvas para plantio e criação de subsistência / demanda local, que são irregulares e rios temporários. O Agreste nordestino possui cinco polos principais, quais sejam:

- Campina Grande / PB (*lócus* do presente estudo);
- Caruaru / PE;
- Arapiraca / AL;
- Feira de Santana / BA; e
- Vitória da Conquista / BA.

Fazendo recorte especificamente no estado da Paraíba, o Agreste compõe, segundo IBGE (2019), umas das quatro mesorregiões da Paraíba, abarcando, por sua vez, as microrregiões do Curimataú Oriental, Esperança, Brejo Paraibano, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana, Umbuzeiro.

Figura 02: Mapa das mesorregiões do estado da Paraíba



Fonte: IBGE. (ftp://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/atlas_educacionais/atlas_geografico_escolar/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/fisico/paraiba.pdf).

Figura 03: Mapa da Paraíba



Fonte: IBGE, DATABASE 2016.

Interessante notar que, em geral, as classificações das mesorregiões são dadas tendo por norte a bacia hidrográfica presente nos estados. Trata-se de traço histórico evolutivo, por assim dizer, de ressaltar a importância da água e dos rios para a evolução e desenvolvimento humano.

Almeida enaltece que:

A penetração nos sertões da Paraíba, afora algumas incursões controversas, deu-se na segunda metade do século XVII, por três pontos distantes e opostos: pela subida do rio Paraíba, pelas nascentes do mesmo e ao longo do rio Piancó, desde suas cabaceiras, no divisor de águas com o Pajéu, afluente do médio S. Francisco. (ALMEIDA, 1978, p. 10).

Espalhados pelo globo, vários são os marcos das nações tendo por base suas bacias hidrográficas, *exempli gratia*, o Rio Ganges, o Rio Tâmis, o Rio Nilo.

No entorno dos rios, as pessoas se aglutinam, se reúnem, firmam moradia ou fazem roteiro de passagem para descanso, alimentação e troca / comercialização de mercadorias.

Almeida (1978) traça que ao tempo da penetração para o interior da Paraíba, por assim dizer, às margens do São Francisco já estavam ocupadas, desde a foz, pelos criadores de gado, pontuando que, na invasão holandesa, fugindo ao assalto, foram eles subindo com seus currais, povoando ambos os lados.

É de se constatar também o papel dos índios na interiorização do território, posto que a medida que iam sendo vencidos, iam migrando para outras áreas, desbravando terras mata à dentro, abrindo clareiras e estabelecendo novos pontos de aldeias.

Oliveira aduz que:

[...] a ocupação do cenário campinense se deu por duas frentes independentes entre si, a litorânea com a produção da cana de açúcar que não apenas se estabelecia cada vez mais, como também subiu aos tabuleiros para continuar expandindo. E a ocupação via sertão, ou seja, do interior para o Leste, que aqui fica denominada como sendo a sertaneja, cuja força se deu por conta da produção extensiva de gado. A população litorânea paulatinamente ia penetrando nas regiões do interior, inicialmente acompanhando o curso dos rios, para depois irem abrindo novos caminhos. (OLIVEIRA, 2019, p.16).

A presença de água garante a existência da agricultura, da pecuária, da produção. E, assim, foram surgindo as primeiras vilas, os primeiros povoados.

Nesse sentido, Annahid Burnett traz que:

[...] Os rios do Agreste, na sua grande maioria, não são perenes e, é nesta particularidade que se encontra a especificidade dos *costumes* dos povos que habitam regiões de estiagem. Eles precisam desenvolver estratégias outras, independentes de uma fonte de vida temporária, ou seja, dos seus rios que são intermitentes. (BURNETT, 2014, p. 99, ênfase do original).

No estado da Paraíba um dos marcos é o próprio Rio Paraíba. “Para o lado da capitania da Paraíba, cujo sertão permanecia desconhecido, o caminho natural foi ao longo dos rios, pois ‘margeando um rio não há meio de uma pessoa se perder’”. (ALMEIDA, 1978, p.14, ênfases do original).

Acentuando a importância dos rios no processo de povoamento, Manuel Correia de Andrade (2005, p. 152) esclarece que:

A parte alta e as superfícies aplainadas sobre a Borborema não haviam sido exploradas, haviam sido contornadas ao sul por criadores de gado quando subiam o [rio] São Francisco, ao norte quando alcançavam e subiam os Vales do Açu e do Apodi e ao oeste quando os criadores baianos transpuseram o rio São Francisco e subiram os seus afluentes da margem esquerda [...]. (ANDRADE, 2005, p. 152).

Diante de sua extensão e relevância econômica, o rio Paraíba é um dos mais importantes do estado. Ele (o rio Paraíba) corta os municípios da capital João Pessoa e o segundo maior centro urbano do estado, qual seja Campina Grande – sendo, pois, verdadeira espinha dorsal do povoamento do interior da Paraíba. Sua porção oeste é dominada pela pecuária e tal não se trata de acaso e, sim, de reflexo histórico direto dos caminhos das boiadas nos primórdios da colonização do interior da região Nordeste.

Darcy Ribeiro (2006) elucida que no curso do movimento de expansão do gado, por assim dizer, todo o Sertão e, por consequência, Agreste, foi sendo ocupado e desbravado pelas boiadas:

[...] Estas marchavam de pouso em pouso, assentados todos eles nos locais de água permanente e de boa pastagem, capaz de propiciar a recuperação do rebanho. Muitos desses pousos se transformariam em vilas e cidade, célebres como feiras de gado vindo de imensas regiões circundantes. (RIBEIRO, 2006, p. 311).

Historicamente, depois da expulsão dos membros da Companhia das Índias Ocidentais, aponta Burnett (2014), na segunda metade do século XVII, a atividade pastoril no interior do Nordeste se intensificou, com o intuito de abastecer a zona canavieira com carne bovina e animais de tração para o engenho de cana de

açúcar. A colonização do interior do Nordeste se deu principalmente através de doação de terras num sistema chamado de Sesmarias².

Sobre o assunto Fernando Novais (1979, p. 58) diz que “[...] tratava-se de um sistema colonial do mercantilismo” que justificou a colonização europeia através das grandes navegações e da própria Revolução Industrial. As relações aqui eram desiguais, com polos definidos entre metrópole e colônia e com esta com papel definido no modo de produção capitalista, qual seja produzir / fornecer riqueza para àquela.

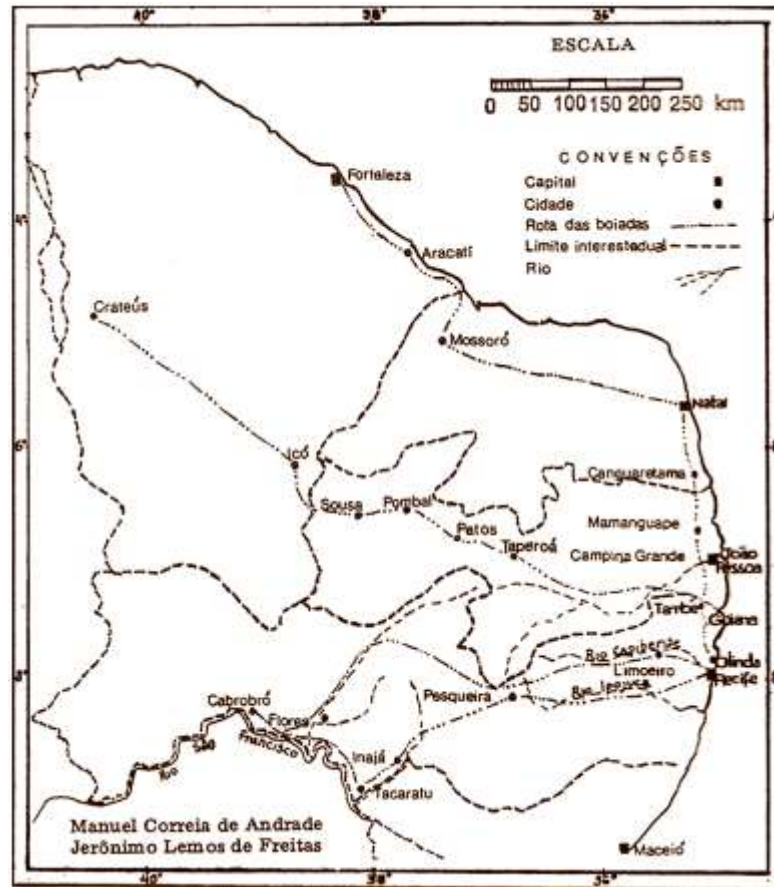
Voltando à penetração do Nordeste, tem-se destaque interessante feito por Darcy Ribeiro (2006) quando aponta que o boi, já dito em passagens anteriores deste estudo, é animal exótico ao Agreste nordestino e à própria fauna brasileira, posto que importado pelos portugueses das Ilhas de Cabo Verde, onde fora aclimatado – sendo, pois, introduzido aqui no território nacional como complemento à atividade dos engenhos, seja na tração das máquinas de moer, seja no escoamento e transporte da cana-de-açúcar – no contexto de otimizar a produção da colônia em prol da metrópole.

É fato que a pecuária e as boiadas se instalaram de maneira dispersa no interior do Nordeste. Entretanto, cumpriu papel importante para ocupação definitiva do território, posto que possibilitou a formação de vilas e povoados ao longo dos caminhos dos gados nas paradas onde os boiadeiros juntamente com os rebanhos descansavam e se abasteciam. Algumas dessas paradas se tornaram importantes cidades, sobretudo, no Agreste nordestino, como exemplo Campina Grande, na Paraíba.

Para melhor situar o leitor no caminho das boiadas, traz-se mapa bem didático apontando as principais rotas de passagem inicialmente seguidas:

² Sistema de distribuição de terras implantado pela colônia portuguesa no território brasileiro. Conforme consta na página virtual da Plataforma de Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (2019), um dos objetivos da lei era constranger os “donos” de terra a cultivar sua gleba. Caso tal condição não fosse observada, a coroa tinha o direito de revogar a concessão e doar a terra em sesmaria a outra pessoa que se comprometesse a cultivá-la em tempo pré-determinado por lei.

Figura 04: Os caminhos das boiadas no interior do Nordeste



Fonte: ANDRADE, 1982.

O certo é que imerso nesse contexto histórico de cana-de-açúcar, concentrada no litoral, como carro-chefe da economia colonial, da importação do gado como complemento dessa atividade e da necessidade de tirá-lo dessa faixa territorial de produção em determinadas épocas do ano, o povoamento do interior do Nordeste se deu tardiamente e quando ocorreu obedeceu a lógica da pecuária extensiva e ligada ao curso dos rios – e, no caso do *locus* deste estudo, Campina Grande, o curso do rio Paraíba.

Manuel Correia de Andrade aponta que:

O Agreste, localizado, quase inteiramente sobre a Borborema, apesar de próximo à área açucareira e de dispor de condições climáticas e pastagens favoráveis ao desenvolvimento da pecuária, foi tardiamente povoado. Na realidade, só a porção baixa, situada ao sopé da serra e que se estende pelo médio curso do Paraíba do Norte e do Mamanguape, foi ocupada por criadores antes da guerra holandesa [...]. (ANDRADE, 2005, p. 152).

Avançando na explanação, a atividade agropastoril associada à plantação de subsistência exigia empenho de todos os membros da família – crianças, adultos e idosos – sendo verdadeiro *costume* a contribuição de todos em prol do sustento e bem-estar coletivo. Manuel Correria de Andrade pontua que para prover a própria alimentação, “costumavam os vaqueiros e agregados derrubar trechos de matas existentes nos brejos e aí faziam roçados onde cultivavam alimentos básicos, sobretudo o milho, o feijão e a mandioca” – com envolvimento de todo núcleo familiar. (ANDRADE, 2005, p. 155).

Essa espécie de divisão (social) do trabalho no âmbito da família fora implantada de maneira natural, com base nas peculiaridades regionais e costumes do povo agrestino e, por consequência, transportada para o ambiente das feiras livres – onde, nos primórdios, eram negociados / trocados os excedentes da produção de subsistência.

2.2 O surgimento do Município de Campina Grande

Falar sobre o surgimento de Campina Grande é fazer verdadeira viagem no tempo através da leitura de, entre outros, Elpidio de Almeida que faz constar:

Viajou Teodósio de Oliveira Ledo, em fins de 1697, do arraial de Piranhas para a capital da província, a fim de entregar ao governador as cartas de D. João de Lencastro. Ao chegar à capital, não mais encontrou o capitão-mor Manuel Nunes Leitão, já substituído por Manuel Soares Albergaria. Trazia ele um grupo de índios da tribo ariús ou ariás, habitantes da ribeira do Piranhas, talvez para apresentá-los ao governador da capitania. Sem que se saiba o motivo, antes de descer a Borborema, ***aldeou-se numa grande campina, nos limites orientais da região dos cariris***. Fundava aí o núcleo que deu origem a Campina Grande. (ALMEIDA, 1978, p. 35, ênfases acrescidas).

Nesse sentido, considera-se a ocupação de Campina Grande se deu em 1697 com a chegada dos índios Ariús na aldeia Campina Grande, liderados por Teodósio de Oliveira Ledo, Capitão-Mor dos Sertões.

Consta nos relatos de Almeida (1978) que a Família dos Oliveira Ledo buscou terras virgens para ocupar com seus rebanhos e, depois de chegados do Rio

Grande do Norte, fixaram-se no platô / planalto da Borborema onde foram responsáveis pela ocupação de várias áreas do território paraibano.

Assim, traçar considerações acerca do início de Campina Grande é, além de ter em mente as colocações feitas no item anterior acerca do desbravamento do interior do Agreste nordestino, passear pela história dos índios da região, dos tropeiros³ e suas rotas comerciais e, ainda, realçar o papel do algodão como destaque econômico durante certo recorte temporal. Nesse sentido, a posição estratégica, ligando o litoral ao Sertão, no curso do Rio Paraíba, certamente contribuiu decisivamente para o surgimento da cidade.

Elpídio de Almeida, ao falar sobre como Teodósio de Oliveira Ledo⁴ fundou o núcleo que deu origem a Campina Grande⁵, traz que:

[...] Dadas às condições favoráveis do sítio, a amenidade do clima, a existência de matas, a natureza do solo e, principalmente a sua localização, ponto de passagem preferido nas comunicações entre o sertão e o litoral, cedo conseguiu atrair parentes, colonos brancos, índios mansos, como que assegurou a prosperidade do lugar. (ALMEIDA, 1978, p. 37-38).

Nesse sentido, a imagem dos tropeiros viajantes é tão viva na história da cidade que às margens do Açude Velho – principal cartão postal – têm-se monumentos eternizando tais personagens.

É de se constatar que a urbanização do município tem um forte vínculo com suas atividades comerciais desde os primórdios até hoje.

Manuel Correia de Andrade (2005) observa que já em 1774 havia tendência a maior concentração populacional nas áreas úmidas de brejo – o que favoreceu o surgimento e desenvolvimento de Campina Grande – dedicando-se essa população, em geral, à agricultura de subsistência, isso por que:

³ A palavra *tropeiro* deriva de *tropa*, referindo-se aos homens que se juntavam para transportar gados e outras mercadorias na época do Brasil colonial. O termo ganhou destaque no chamado ciclo do açúcar (séc. XVI e XVII) quando o interior nordestino foi se dedicando à criação de *rês* para abastecer os engenhos na região litorânea. Os tropeiros também foram muito importantes na abertura de estradas e fundação de vilas e cidades. Muitos entrepostos e feiras comerciais criados por tropeiros deram origem a pequenas vilas e, futuramente, às cidades, como no caso de Campina Grande – aqui se têm os Tropeiros da Borborema.

⁴ “Foi em 1697 que o sertanista português Teodósio de Oliveira Ledo, que vinha dos sertões das Piranhas em direção da Capital da província, aldeou no lugar chamado a campina grande um grupo de índios chamados Ariús que vinha trazendo consigo” (LOPES, 2014, p. 65).

⁵ “O Governador da Província Manuel Soares de Albergaria, em carta enviada ao rei de Portugal, com a data de 14 de maio de 1699, dava conta de que Teodósio de Oliveira Ledo trouxera das Piranhas uma nação de Tapuios, chamados Ariús, que estão aldeados juntos dos Cariris, aonde chamam a Campina Grande” (LOPES, 2014, p. 65).

Nos meados do século XVIII, quando a população agrestina já crescera bastante e a pecuária extensiva não era capaz de absorver a mão de obra daí existente, os índios refugiados, nos brejos de altitude foram sendo aldeados e as secas foram fazendo com que os habitantes da caatinga se abrigassem nos brejos úmidos, ambientando os mesmos à coleta dos produtos florestais e à agricultura: foi aí que os brejos de altitude passaram a ser mais densamente povoados. (ANDRADE, 2005, p.156).

No final do Século XVII ocorre o encontro das duas frentes colonizadoras da Paraíba (litoral e sertão). Os Oliveira Ledo buscaram estabelecer um contato permanente com o litoral e, como não poderia ser diferente, necessitavam de um entreposto onde poderiam descansar os homens e animais, daí surge o povoado de Campina Grande. Assim, as terras referentes à atual cidade de Campina Grande, passa a ser, nos dizeres de Oliveira (2019), intermédio dos tropeiros que vinham do litoral com suas boiadas em direção ao sertão, estabelecendo-se um comércio e pousada para os viajantes, tornando-se um pequeno polo comercial com as vendas de gados como também produtos alimentícios.

Consta, inclusive, nos relatos históricos de Elpídio de Almeida (1978), que na época em que se consagrou como vila a intenção era de dar tal posto, por assim dizer, à outra freguesia. Sabendo disso, os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande, do sertão do Cariri de Fora da Comarca da Paraíba do Norte, formularam arrazoado para que esta freguesia (Campina Grande) fosse a real beneficiada da promoção que estava por vir. Ponto interessante é que constava como uma das argumentações para tanto: “[...] em segundo lugar por ficar a mesma na estrada geral que vai destas praças para os mais sertões, comércio este que serve de muita utilidade às vilas e povoações [...]”. (ALMEIDA, 1978, p. 43).

Primeiramente, o município foi lugar de repouso para tropeiros, em seguida se formou uma feira de gado e, logo após, uma feira geral (grande destaque no Nordeste). Campina Grande era centro de comércio de gado; era, nos dizeres de Manuel Correia de Andrade (2005), a porta de penetração para o Sertão paraibano, para o Cariri.

Posteriormente, o município deu um grande salto de desenvolvimento devido às atividades tropeiras e crescimento ao da cultura do algodão, quando Campina Grande chegou a ser a segunda maior exportadora de algodão do mundo.

Oliveira consta que:

Até o início da década de 1930 Campina Grande foi o maior produtor algodoeiro do Brasil. No entanto com a crise do café, São Paulo encontra na produção do algodão umas das alternativas para superar a crise, de modo que sua produção passou de 3,9 milhões em 1929 para 105 milhões em 1933. Assim, além disso, vários outros fatores colaboraram para o declínio da economia algodoeira campinense, tais como a falta de um porto no Estado para dar vazão à produção e concorrência com outras empresas que entraram no mercado. (OLIVEIRA, 2019, p.21).

É de se frisar, esclarecendo os dizeres de Oliveira, que no começo do século XX, com a construção da estação ferroviária na cidade, o comércio do algodão sofreu um verdadeiro *boom*, fazendo de Campina Grande uma grande exportadora para o mundo todo. Mas isso não significava que a cidade produzia tanto algodão e, sim, que era ponto de concentração para distribuição. De Campina Grande, o algodão e demais mercadorias eram levados à capital do Estado e até mesmo diretamente para o porto do Recife, visando exportação para o mercado exterior – compondo as relações capitalistas como fornecedora de matéria-prima alimentando o desenvolvimento, enquanto cidade satélite, das metrópoles.

Atualmente, o município tem grande destaque no setor de informática e desenvolvimento de *softwares*.

2.3 A feira livre como âncora do desenvolvimento regional

Transplantada nos moldes portugueses, a ideia de feira surge no território brasileiro através da metrópole para assegurar aos colonos a possibilidade, sem ter que se dirigir a nenhuma aldeia, de acesso a outros alimentos e víveres, já que a zona litorânea estava dedicada ao plantio da cana-de-açúcar.

Oliveira (2019) traz que a partir do século XVII surgem com mais intensidade as feiras de gado que abasteciam as cidades com seus produtos. O gado era trazido da zona rural onde era engordado e para a futura comercialização nas cidades.

É de se constar, em tempo, que a ideia de feira livre tem associação direta de cunho religioso. Em latim *feria* que significa dia santo ou feriado e *freguês* usada para designar consumidores de feira livre, posteriormente chamados de *filiu ecclesiae* ou filhos da igreja. Assim, no início, as pessoas / fiéis aproveitavam as

festas religiosas para se reunirem e para trocarem mercadorias. No caso do Brasil, é mesmo importante distinguir as feiras de mercado das feiras de gado.

Nas primeiras, as chamadas feiras livres, ocorriam aos sábados para abastecer as famílias, especialmente, as famílias colonizadoras portuguesas. Já as segundas, quais sejam, as feiras de gado, chamadas de feiras francas eram realizadas duas vezes por ano para promover a venda de produtos regionais aos visitantes de outras áreas.

Sobre o assunto Pazera bem aponta que:

No Brasil havia, por esta época, dois tipos de feiras. A **Feira de Mercado**, realizada aos sábados para o abastecimento alimentar da população da cidade e das redondezas e a **Feira Franca**, realizada anual ou bi-anualmente destinada à comercialização de bens regionais como o gado e por isso atraíam grande números de compradores e vendedoras das mais distantes regiões. (PAZERA, 2003, p. 26, grifos do original).

Ao longo da História do desenvolvimento e do processo de povoamento do interior do Brasil e, especialmente, do Nordeste, os ambientes de paradas do homem, sejam motivadas pela necessidade de descanso da boiada e do vaqueiro, sejam motivadas pela oportunidade de troca de produtos, ganharam destaque econômico e social.

As aglomerações e suas conseqüentes fixações / desbravamento do território foram costurando estradas e caminhos pela mata adentro, permitindo a interligação das pessoas e mercadorias. Logo que a concentração ganhava espaço, a igreja era construída, o cemitério firmado e o espaço para a feira livre determinado, conforme é possível se extrair das leituras e relatos presentes em Elpídio de Almeida (1978), Darcy Ribeiro (2006) e Manuel Correia de Andrade (2005).

De modo que a origem da feira livre praticamente se confunde com o nascedouro de uma cidade, de um município. E o que circula nessas feiras já é possível prever pela própria liberdade que elas carregam no nome (livres): de tudo!

Entretanto, inicialmente, a feira surge com dinâmica econômica restrita a víveres, quais seja, gado, galinha, bode, pequenas aves, mulas, cavalos, etc., mas suficiente para intercambiar informações, culturas e costumes, criando referência de quando e onde se achar determinadas mercadorias pela região.

Em Campina Grande é de se falar na feira de gado que ocorria, na hoje comunidade, Catolé de Zé Ferreira: área tipicamente de caatinga, que foi extremamente modificada pela ação do homem principalmente na criação de pastagens para pequenos rebanhos sob a criação extensiva – era uma grande feira de gado que atraía comerciantes de toda a região, trocando experiências, negociando mercadorias outras ligadas à pecuária extensiva, à agricultura de subsistência.

A dinâmica da feira foi e é importante para o desenvolvimento de determinada região posto que impõe efeito cascata que vai impulsionando e aglomerando diversos tipos de mercados e mercadorias, criando espaço próprio para circulação de riquezas.

O interessante é perceber diante do mercado informal, próprio da feira livre, surgem em seu entorno mercados formais dos mais diversos tipos de serviços. Por atrair quantidade significativa de pessoas, foi e é comum no entorno das feiras livres surgirem bancos, pontos de câmbio, farmácias, salão de beleza (cabeleireiros), alfaiatarias, mercados e mercearias, etc.

Nesse sentido, a feira livre era (e é) o espaço adequado para vender, trocar, adquirir e até mesmo conhecer novos produtos. As feiras, nos dizeres de Araújo e Ribeiro (2008) são essenciais para os produtores: geram rendas em vendas à vista, reduzem o custo de comercialização, estimulam interação entre produtores e vendedores, e permitem ao agricultor acessar serviços urbanos.

Além: “a feira é essencial para a manutenção das famílias do meio rural e na atividade agrícola, posto que seja importante fonte de renda”. (CASSOL, 2013, p.124).

E quem compunha a feira livre? Quem eram os protagonistas das feiras livres? Os próprios desbravadores, os tropeiros, os vaqueiros, os pequenos produtores vinculados ao plantio de subsistência, ao que hoje se entende por agricultura de família.

No entendimento de Wanderley (2019) a mão-de-obra que caracteriza a agricultura de família é definida através da pessoa que dirige o estabelecimento e seus parentes que trabalham no mesmo. Além disso, pessoas não remuneradas, com laços de parentesco, como os que auxiliam nas atividades, também fazem parte da agricultura de família.

Em pesquisa relacionada à agricultura familiar e inclusão social, Silva & Outros (2014) apontam que, com relação ao trabalho, os entrevistados informaram que trabalham na atividade agrícola desde pequenos, pois herdaram a profissão e o terreno dos pais - vê-se aqui a importância do costume. Frise-se que o produzido pela agricultura de família tem por foco o consumo da família e também a venda quando a produção é boa e gera um excedente.

Esse contexto de relação de trabalho, de divisão social do trabalho no âmbito do campo é reproduzido, como reflexo direto, no âmbito das relações nas feiras livres. Todos participam, assim como no campo, da atividade, empenhando-se em nome do sustento de toda a família. Não se produz para um ou para outro e, sim, para todos os membros envolvidos. Da mesma maneira se dá a comercialização.

E nessa cadeia de deslinde das divisões de trabalho, há tendência natural de se aproveitar toda a mão de obra disponível, independente de idade. Cada um tem sua participação, posto que os recursos são poucos e o senso de solidariedade é intenso.

Nesse sentido, crianças e adolescentes são de alguma maneira inseridos na divisão de tarefas, seja por querer participar, seja por ter que participar ou pelo hábito e molde de educação construída naquele sistema familiar – o que é repetido no ambiente da feira livre. Pandolfo (1987) destaca que as feiras exigem trabalho de carregadores, geralmente crianças que auxiliam clientes no carregamento de compras. É preciso, pois, tentar buscar a motivação para tanto, longe de amarras legais ou preconceitos sociais de um modelo de educação perfeito e inatingível.

2.4. Características do desenvolvimento de Campina Grande

Para se compreender o tipo de desenvolvimento que Campina Grande teve no começo de sua história é preciso, ainda mais, deixar claro o tipo de desenvolvimento apresentado pelo Nordeste – pela implicação direta entre a cidade e a região.

Nesse sentido, Guimarães Neto esclarece que o Nordeste e o próprio Brasil se desenvolveram no âmbito de expansão do capitalismo mercantilista, com economia do mundo centrada na Europa, “com funções muito precisas de uma

colônia e no quadro mais geral da divisão de trabalho que começava a se consolidar”. (GUIMARÃES NETO, 2019, p. 41)

Diante disso, para se falar acerca do tipo de desenvolvimento que Campina Grande apresentou na sua história inicial, os estudos de Celso Furtado se fazem indispensáveis. Posto que, por lógico, por estar localizada no Nordeste brasileiro, o que aconteceu nesta região foi sentido e, em outras escalas, verificado na cidade.

Assim, na Parte Dois do livro *‘A Formação Econômica do Brasil’*, Furtado (2007) trata, entre outros, da formação do complexo nordestino, evidenciando as características do tipo de ocupação humana e econômica, inicialmente, do litoral sob os mandos de Portugal visando implantar e por em funcionamento os engenhos de açúcar. Aqui, as relações de subordinação e dependência podem ser vistas com a dinâmica do sistema colonial: monopólio comercial da metrópole em relação à colônia.

Guimarães Neto pontua que:

Em termos empíricos, [...] a consolidação do Complexo Econômico Nordestino – corresponderia ao povoamento e colonização do território que viria a constituir o Nordeste, com base na exploração da cana-de-açúcar, entre outras atividades exportadoras, no início a partir do trabalho escravo, atividades que foram seguidas em fases sucessivas pela produção de algodão, fumo e cacau, entre outras, voltadas para o mercado externo; ademais, teve na pecuária e na agricultura de subsistência atividades que tornaram mais densa e complexa a economia e a sociedade regional. (GUIMARÃES NETO, 2019, p. 39).

Distribuindo privilégios, favores e incentivos dos mais diversos por parte da coroa portuguesa, a economia açucareira teve tempos áureos, mas teve sua crise deflagrada, especialmente, devido à concorrência com as Antilhas no século XVII.

Nesse contexto, “o Nordeste, como região de maior sucesso econômico do território da colônia na sua fase inicial, consolidou-se como periferia da economia capitalista e a ela se atrelou pela transferência de parcela relevante dos excedentes gerados no seu interior”. (GUIMARÃES NETO, 2019, p. 41).

Diante dessa crise (da economia açucareira), Furtado (2007) destaca a expansão da economia de subsistência e a da pecuária - esta, formando outro Nordeste, por assim dizer. Como dito em passagens anteriores, a economia da

pecuária foi, de fato, induzida pela economia açucareira, seja para subsistência, seja para escoamento da cana de açúcar, seja para tração de máquina.

A economia da cana de açúcar estava voltada para o comércio exterior e, na economia da pecuária, a lógica era expandir e penetrar no interior do Brasil – neste momento Campina Grande surge e começa a se fazer importante pelo posicionamento geográfico. Ressalta-se a condição específica do mercado internacional no qual o Nordeste se inseriu como um produtor marginal com instabilidade de demanda (no caso, do açúcar).

Araújo e Santos apontam que:

A longa crise do complexo açucareiro – provocada pelo comportamento adverso da demanda externa – desorganizou as unidades menos produtivas em favor das que apresentavam condições mais favoráveis de terra e transporte: promoveu um processo de centralização de capitais, nítido no momento de criação dos engenhos centrais e mais tarde das usinas, que sucederam os antigos engenhos. Paralelamente, a população que não encontrava mais oportunidades na base açucareira migrava para o interior pecuário, onde a prática da subsistência era sempre uma alternativa. (ARAÚJO; SANTOS, 2019, p. 09).

Assim, o Agreste nordestino começou a ser marcado pela economia de subsistência e pela presença do gado. Economicamente, teve-se a mudança de um setor de alta produtividade, qual seja o açucareiro, para um de baixa produtividade, qual seja o da pecuária – momento em que cidades como Campina Grande, já dito em passagens anteriores deste estudo, começam a se delinear em importância de ocupação do território nacional.

Furtado aponta a seguinte lógica de análise:

[...] o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa, e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia. Na verdade, a expansão refletia apenas o crescimento do setor de subsistência, no qual se ia acumulando uma fração crescente da população. Dessa forma, de sistema econômico de alta produtividade em meados do século XVII, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir. A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, acarretando um retrocesso mesmo nas técnicas artesanais de produção. [...]. (FURTADO, 2007, p. 106).

Aqui é importante ter em mente que tanto a atividade açucareira quanto a da pecuária (ponto que interessa para este estudo), tenderam a manter suas formas originais, com o crescimento de caráter extensivo, sem alterações estruturais que

repercutissem nos custos da produção e da produtividade ou alteração das estruturas de poder.

Diante de tal contexto é possível depreender que o início do desenvolvimento de Campina Grande fora informal e ligado às práticas pré-capitalistas ou, como diz Guimarães Neto (2019), no contexto periférico consolidado quando do nascimento da economia capitalista, centrada na Europa.

Ainda, para melhor contextualizar o tipo de desenvolvimento de Campina Grande é de ver os ensinamentos de Rosa Luxemburgo (1972). Situada no começo do século XX, sua teoria está, basicamente, centrada no imperialismo e na questão da expansão das fronteiras do capitalismo, gerando, por consequência subjugação e destruição das comunidades tradicionais em nítido caráter de colonização.

Nesse rápido contexto, Rosa Luxemburgo (1972) traz crítica ao imperialismo e a “nova” dinâmica de colonização, explicitando, basicamente as seguintes consequências: **a)** destruição das relações de troca primitiva; **b)** pilhagem dos recursos naturais; **c)** transformação da população em consumidores, etc. Em tempo, Rosa Luxemburgo traz que o resultado desse movimento é, inegavelmente, a acumulação e deteriorização da comunidade local.

Assim, a história de surgimento de Campina Grande é a concretização do pensamento da autora em comento posto que no processo de consolidação da cidade, o imperialismo se fez presente, nos termos da acumulação marxista ligada ao modo de produção, onde foi necessária a expansão das fronteiras tanto para aumento dos consumidores, como obtenção da matéria-prima.

Campina Grande surgiu por sua localização geográfica, por ser rota de passagem, ligando o Litoral ao Sertão, sendo o chamado “meio do caminho”. Inicialmente e margeando o rio Paraíba, os boiadeiros tinham por ponto de encontro para trocar mercadoria e mantimento. E, o que antes era escambo, tornou-se comércio. Comércio, este, atrelado mesmo que subsidiariamente à economia inicial da cana de açúcar. Economia, esta, voltada, como já dito em passagens anteriores para o mercado externo.

Portugal fez do Litoral do país celeiro de produção de açúcar, apenas. E, por consequência natural, o mercado de escambo foi cedendo espaço para o mercado de consumidores: Campina Grande era o local propício, conforme relatos históricos de Elpídio de Almeida (1978), para comercialização de produtos de todas as localidades da Paraíba.

A pilhagem dos recursos naturais também fora verificada: a criação extensiva de gado exigia muito espaço para o animal pastar. Logo, muita área natural fora substituída para o pisoteio do gado, já que, a depender da época, este não poderia, para salvaguarda da produção do açúcar, permanecer na zona litorânea.

Assim, tem-se que Campina Grande representou a expansão das fronteiras do capitalismo, gerando subjugação e destruição da comunidade tradicional (colonização). Ficou clara a procura constante do capital por oportunidades e áreas de acumulação em detrimento da destruição / ruína de povos / modo de produção locais. A população dos índios Ariús fora dizimada da região.

Mais uma vez, repita-se: a pilhagem dos recursos naturais é verificada com a destruição da mata nativa para introdução / implantação da cana de açúcar e criação de pasto para gado em detrimento, é de se repetir, dos costumes e modo de viver locais.

Avançando na argumentação de contextualização histórica do tipo de desenvolvimento que deu origem a Campina Grande é de se trazer o nome de André Gunder Frank (1976). Este combateu a chamada teoria dualista preconizada por Jacques Lambert – que entendia existir dois mundos, quais sejam o desenvolvido (moderno / capitalista) e o subdesenvolvido (pré-capitalista).

Contrariando as disposições de Jacques Lambert, Gunder Frank (1976) trouxe que o desenvolvimento não é resultado de certo atraso temporal no desenvolvimento das forças produtivas e, sim, nas relações de dependência criadas entre as metrópoles centrais e as metrópoles periféricas; sendo, pois, necessária a existência do subdesenvolvimento para alimentação do desenvolvimento de outras localidades.

Campina Grande está, pois, ainda hoje, inserida nesse contexto de ligação produtiva, posto que, muito embora seja referência na Paraíba, está subjugada ao centro-sul do Brasil – que, por sua vez, está subjugado às cidades satélites internacionais.

O processo de ocupação do território evidenciou o defendido por Gunder Frank (1976) posto que o subdesenvolvimento, de fato, não representa atraso temporal e, sim, condição de desenvolvimento de outras localidades, numa espécie de simbiose - já que não havia interesse da metrópole, qual seja Portugal, oferecer bases e condições estruturantes para desenvolvimento da colônia e, por

consequência, Campina refletia essa condição de subdesenvolvimento, de periferia e de dependência do mercado externo.

Com o ciclo do algodão, Campina Grande se firma como espaço socioeconômico significativo, passando, com a ajuda da implantação do trem, a ser “eixo centralizador de um amplo território, tendo como parâmetro as relações comerciais na qual se extraia um mais-produto (excedentes) agrícola de forma que pudesse ser trocado pelo mais-produto de outros territórios”. (SILVA JÚNIOR, 2009, p. 12).

Com o *boom* do algodão, Campina passa a ser espaço de produção de bens primários e intermediários, principalmente, devido à conversão de capitais de acumulação na produção daquele.

Acontece que:

Será justamente a inserção do país numa nova realidade econômica calcada em uma visão substitutiva de produtos manufaturados que promoverá um maior impulso à produção de produtos manufaturados. Porém, mesmo existindo uma tendência nacional de buscar intensificar um processo industrializante, tornava-se difícil para Campina Grande galgar um espaço mais efetivo dentro da divisão nacional e regional do trabalho, na busca de beneficiar aqui mesmo o algodão que a cidade capitaneava através do comércio regional. (SILVA JÚNIOR, 2009, p. 15).

E um dos grandes entraves para Campina se firmar, conforme chama a atenção Silva Júnior (2009), certamente foi a falta de logística para dar vazão a todo algodão recebido das redondezas.

Gunder Frank (1976) explica, através de sua obra, o porquê de tal situação ter se desenhado: o subdesenvolvimento não é resultado de um certo atraso temporal no desenvolvimento das forças produtivas; assim, mesmo o desenvolvimento industrial no Brasil (sentido em Campina Grande com a indústria algodoeira⁶), não representou e nem representa superação da fase de economia pré-capitalista / subdesenvolvida, posto que não rompeu e nem rompe a relação de dependência. Mais ainda: reforça o sistema capitalista de satélites, posto que cria os

⁶ A ação do Estado Novo varguista levará o Nordeste a uma nova condição, ao concentrar o novo ciclo industrializante estatal-federativo na região Sudeste. Ao Nordeste, e por extensão à Campina Grande, resta a crise do *ciclo regional agroexportador*, sua descapitalização, migração, regressão e estagnação. A industrialização que veio a ocorrer no espaço regional nordestino fez-se daí por diante em bases completamente subordinadas. Emerge no cenário nacional “a questão do regional”. (SILVA JÚNIOR, 2009, p.15, ênfases do original).

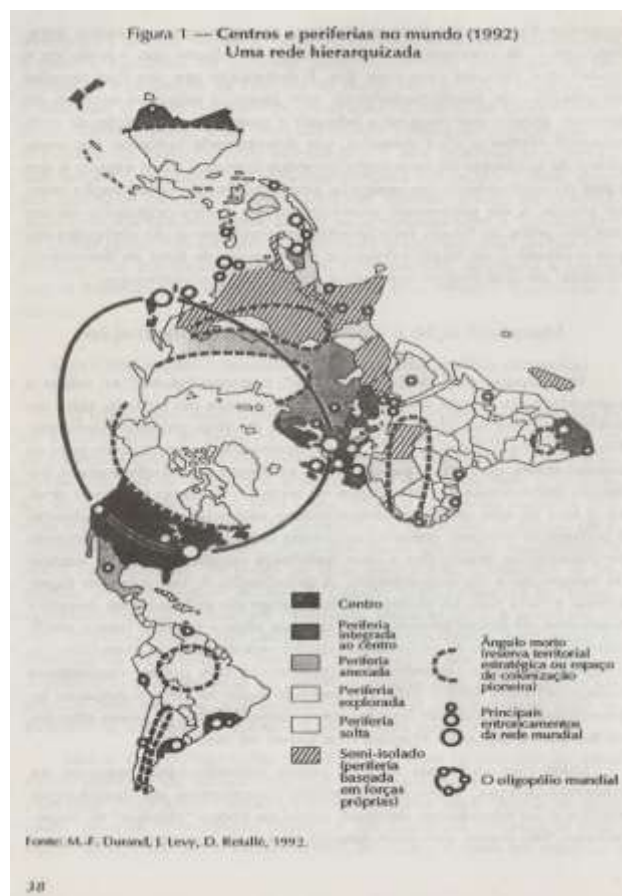
seus próprios para a modernização. Assim, Campina Grande sempre esteve amarrada sob as dependências dos mercados consumidores fixos.

Nos dizeres de Guimarães Neto:

Os aspectos a serem destacados desse processo de articulação podem ser assim resumidos: articulação comercial com base nos produtos anteriormente voltados para os mercados internacionais, que ocorreu pela presença marcante do capital comercial que obteve ganhos substanciais nesse processo de intermediação; perda de mercados ocorrida quando as regiões que constituíam destino da produção regional diversificaram sua atividade produtiva e deslocaram a produção nordestina; formação e constituição do mercado interno brasileiro, a partir do desenvolvimento industrial do Sudeste e de São Paulo, o qual, em sucessivas fases, foi ajustando a estrutura das demais regiões periféricas pela competição, definindo espaços econômicos possíveis para a produção regional. (GUIMARÃES NETO, 2019, p.45).

O mapa do mundo proposto por Chesnais (1996) é bem oportuno nesse sentido, mostrando a periferia do capitalismo:

Figura 05: Centros e periferias no mundo (1992). Uma rede hierarquizada.



Chesnais (1996) mostra que há uma polarização acentuando a distância entre os países de centro da periferia, reforçando as ideias de Rosa Luxemburgo (1972) e Gunder Frank (1976) e, como consequência atual, também verificada em Campina Grande, tem-se:

[...] O efeito combinado das novas tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante à intensidade do trabalho e à precariedade do emprego, foi proporcionar aos grupos americano e europeu a possibilidade com a ajuda de seus Estados, zonas de baixos salários e de reduzida proteção social, bem perto de suas bases principais, dentro dos próprios polos triádicos. [...] (CHESNAIS, 1996, p. 35).

Diante disso, Campina Grande repetiu o Complexo Econômico Nordeste vislumbrado por Furtado (2007), não acumulando capital e expansão regional, nos mesmos termos das outras regiões, pela conjugação de vários fatores, e.g. o declínio secular dos preços das exportações e a estagnação durante longos períodos das quantidades exportadas, especialmente na era do algodão, por assim dizer; a desarticulação da sua atividade produtiva com a pecuária e a atividade de subsistência absorvendo a força de trabalho, assim constituindo o imenso reservatório de mão-de-obra, que se ampliava extensivamente no território regional.

Finalizando o momento, Guimarães Neto (2019) aponta que de uma periferia no interior da economia capitalista mundial, como o conjunto do Brasil, o Nordeste – e, por consequência, Campina Grande – transformou-se em um espaço periférico no interior da economia nacional, no quadro mais geral das transformações ocorridas.

Dando continuidade à argumentação da presente dissertação de mestrado, o próximo capítulo destinar-se-á a abordagem histórica do trabalho na sociedade capitalista, dando enfoque à mudança de tratamento da ação do homem ao longo do tempo; passo seguinte serão traçadas algumas considerações acerca da crise e reestruturação produtiva da sociedade capitalista que alterou diretamente a concepção de trabalho; finalizando, será abordada a proteção legal do trabalho do menor ao longo do tempo no mundo e no Brasil.

3 O TRABALHO INFANTIL NO MUNDO E NO BRASIL: CONSEQUÊNCIAS

Na linha do tempo da evolução do homem, o trabalho em idade precoce é, sem dúvidas, no capitalismo que tem se percebido crescimento vertiginoso e imiscuído de maior grau de exploração.

Ao longo da História o entendimento por trabalho sofreu várias mudanças e concepções sociais, mas é com a sociedade capitalista que se tem a alteração do enfoque de uso da mão de obra infantil, passando agora a ser utilizada como estratégia para diminuir os custos com força de trabalho, uma vez que as crianças e adolescentes eram pagos com salários inferiores aos dos adultos.

Na Antiguidade o trabalho do menor ocorria, basicamente, no âmbito doméstico, com vistas à aprendizagem de um ofício e de caráter absolutamente artesanal. Tal mão de obra era utilizada conforme as necessidades da família, visando à sobrevivência dos membros.

Assim sendo, o presente capítulo destinar-se-á a abordagem histórica do trabalho na sociedade capitalista, dando enfoque à mudança de tratamento da ação do homem ao longo do tempo; no passo seguinte serão traçadas algumas considerações acerca da crise e reestruturação produtiva da sociedade capitalista que alterou diretamente a concepção de trabalho; finalizando, com a proteção legal do trabalho do menor ao longo do tempo no mundo e no Brasil.

É de se adiantar, aqui, que toda a percepção inicial de combate ao trabalho infantil e proteção ao menor foi vislumbrada sob a ótica de sociedade capitalista industrial e, assim, no âmbito das indústrias; acabando por marginalizar todas as outras formas de colaboração e participação de crianças e adolescentes no processo produtivo e de âmbito familiar.

Atualmente, tem-se por inaceitável a utilização de mão de obra infantil, o que é facilmente percebido pela gama de leis presentes nos sistemas jurídicos internacional e nacional, impondo, entre outros, limitações de idade e de tarefas para admissão de emprego, por exemplo.

3.1. A sociedade capitalista e o trabalho: apontamentos ao longo da História

Já dito em passagens anteriores desta dissertação, o trabalho surge na história do homem como fruto de ações ligadas à condição de sobrevivência. Posteriormente, com o processo evolutivo, as ações, antes ligadas à sobrevivência, passam a ser direcionadas para produtividade voltada à acumulação de riquezas.

Para se começar a entender a importância do trabalho no âmbito da sociedade e da própria construção do homem um resgate aos ensinamentos de Karl Marx (1980) se faz importante.

Marx (1980) observa que o homem torna-se homem à medida que vive e trabalha em sociedade, de outra forma seria um animal – para ele a grande diferenciação do trabalho humano é a capacidade de projetar o produto resultante deste. O trabalho é, então, toda atividade humana realizada visando à transformação da natureza através do uso da inteligência – e essa capacidade de projeção humana é o que distingue o homem do animal irracional, por assim dizer.

Buscando melhor elucidar essa ideia, a partir da teoria da alienação marxista, Lira aponta que:

Percebe-se que a capacidade humana de projetar o produto de seu trabalho tem sido ameaçada por uma organização do trabalho que se faz sob os moldes de uma produção mecanizada, sendo este o modo de pelo qual o trabalho se aliena no processo capitalista e assim se desumaniza. A característica principal do trabalho moderno é a alienação, constituindo-se por sua vez em uma consequência do capitalismo e da divisão social do trabalho. (LIRA, 2003, p. 26).

É de se trazer que a alienação, para Marx (1980), se configura num processo de exteriorização humana, onde não há reconhecimento dessa atividade neste sentido. Assim, o produto final resultante do trabalho passa a ser algo estranho, alheio e independente de quem o produziu – até por ser difícil delimitar e identificar quem de fato o produziu. A essa lacuna, estranheza existente entre o produto e o produtor, Marx (1980) deu o nome de alienação.

Marx (1980) retrata a alienação sob quatro enfoques, quais sejam: a) em relação ao produto do trabalho; b) no processo de produção; c) em relação à existência do indivíduo enquanto membro do gênero humano; e d) em relação aos outros indivíduos.

Para o momento e objetivo desta dissertação, a importância da teoria da alienação de Marx (1980) está em mostrar o vazio do sujeito alienado, sem conhecimento do que produz, descaracterizada a própria humanidade e essência do sujeito – relegando às vulnerabilidades das leis de mercado, posto que alienado e sem concepção do todo, tende a ter suas habilidades múltiplas pouco exploradas, restando preso a determinada conjuntura.

O valor atribuído ao trabalho sofreu alterações significativas ao longo do tempo, passando de demérito a ápice do sucesso humano. Como exemplos rápidos de tal assertiva é possível trazer que na Grécia Antiga se tinha o trabalho como atividade menor, posto que a ideia valorizada era a do ócio contemplativo, da observação e do deleite. Essa ideia perdurou por muitos séculos e foi, entre outras, umas das justificativas para a existência do regime de escravidão.

Como aponta Carmo (1992) é na Idade Média que o trabalho assume valor social propriamente dito:

[...] realizado em pequenas comunidades, sob uma economia de base agrícola, distante das cidades, as comunidades eram autossuficientes e a propriedade da terra era condição de liberdade e poder. O trabalho passou a ser visto como necessário, uma vez que garantia a sobrevivência da prole. Contudo, não havia preocupação com a produtividade, mas em apenas produzir o suficiente para o consumo do grupo [...]. (CARMO, 1992, p.32).

Carmo (1992) se refere, basicamente, ao sistema feudal. Com a crise deste e expansão comercial / financeira, surge a burguesia com a proposta de novo modelo econômico, qual seja, o modo de produção no capitalismo: verdadeira ruptura com o modelo social vigente e que trouxe mudanças e impactos no modo de viver.

A sociedade moderna, capitalista, passa a se organizar com base na cooperação e manufatura, essencialmente. O homem, aqui, ainda tinha noção e familiaridade, por assim dizer, com o produto de seu trabalho, participando mais das vezes, inclusive, de todas as etapas de produção. O quadro começa a mudar ainda mais quando há o surgimento da máquina. Se por um lado tal acontecimento agilizou a produção, otimizando o fator tempo, de outro impôs ao homem a obrigação de vender sua força de trabalho.

Sobre essa questão, Lira aponta que:

Uma vez consolidado o capitalismo como modo de produção, ao trabalhador não lhe resta outra alternativa que não a venda da sua força de trabalho, que nesta relação entra como uma mercadoria. O capitalista, na condição de detentor de capital, busca incessantemente a sua ampliação. Neste processo, transforma uma parcela de capital em salários, estabelecendo-se, assim, a relação capitalista de produção, que cria as bases para sua legitimação. [...] (LIRA, 2003, p.28).

Silva (1998), por sua vez, acrescenta que diante do surgimento da máquina a vapor, o homem foi colocado em plano secundário. O quadro social, fruto do pensamento liberal⁷, mostra crises sociais identificadas no desemprego em massa, no elevado número de acidentes de trabalho, nas epidemias. Nessa dinâmica de produção, o homem produz um excedente que é angariado pelo capitalista; este excedente de trabalho gera excedente de mercadorias e possibilita a acumulação de riquezas.

É de notar que tal dinâmica contradiz a ideia básica do trabalho preceituada por Marx (1980), posto que a função, por assim dizer, daquele não é, inicialmente, gerar / acumular riquezas e, sim, ao dominar a natureza, possibilitar sobrevivência – característica de diferenciação dos outros animais. O modo de produção capitalista, pois, implica direto processo de alienação, fazendo com que o trabalhador desconheça o produto final de seu trabalho.

Em suma, a divisão capitalista do trabalho tem por premissa o desmembramento de todo o processo de produção objetivando à otimização do tempo e da quantidade do que é produzido. E, nesse contexto, durante muito tempo, pouco importou a idade da mão de obra e, sim, o barateamento desta - pensamento que permitiu a introdução e exploração do trabalho infantil de maneira brusca, essencialmente, com o advento da Revolução Industrial.

⁷ Estado Liberal significa postura política adotada pelo Estado Moderno na condição mínima sobre as atividades econômicas; livre desenvolvimento do mercado, na liberdade contratual; reduzida atuação legislativa sobre direitos individuais; acentuado domínio da economia sobre os interesses individuais; exagerada crença no individualismo como forma de crescimento econômico. (MARTINS, 1998, p.22).

3.2. O trabalho e as crises do capital: consequências atuais

A crise de 1930, também conhecida como Grande Depressão, teve início em 1929 e se alongou pela década de 1930, culminando com a Segunda Guerra Mundial. Considerado o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX, tal crise ocasionou altas taxas de desemprego, quedas do PIB, queda na produção industrial em diversos países no mundo.

Tal crise consolidou o capitalismo monopolista e consagrou o modo de produção fordista no mundo do trabalho. Sobre o assunto Harvey aponta que:

[...] O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 1989, p.121).

Nota-se que o fordismo trouxe a aparência de sociedade democrática e racionalizada posto que pregava que a produção em massa significava consumo em massa, basicamente. Numa lógica aparentemente simples: o empregador deveria dar condições ao trabalhador consumir o que este mesmo produzia, movimentando a economia e otimizando os lucros daquele.

O entrave inicial encontrado pelo fordismo foi o tipo de Estado vigente à época, qual seja, o Estado de classe, assomado a relutância do trabalhador em desempenhar longas jornadas de trabalho, o protesto sobre a falta de controle e conhecimento de todo processo produtivo, etc. Nesse sentido, era preciso um novo modelo de Estado, uma nova concepção de abordagem estatal nas demandas de gestão da sociedade como um todo.

Lira aduz que:

Nesse contexto, emerge uma nova concepção de Estado, agora no seu papel de interventor, assumindo a regulamentação das relações de trabalho, que no desempenhar de suas funções atua na esfera da produção e reprodução, transitando assim nas esferas econômicas, políticas e sociais. (LIRA, 2003, p. 30).

O Estado, afirma Lira (2003), ao regulamentar as relações de trabalho, cria um padrão de proteção social, ou seja, Seguridade Social⁸, interferindo na reprodução da força de trabalho. Neste contexto, estabelece a ideologia que garante o consenso e que reproduz as relações capitalistas de produção. São estas condições que irão garantir um período promissor de acumulação de capitais: o chamado período fordista.

Tal período de paz, conforme ensina Harvey (2003), tem fim a partir da década de 70 com a crise do *Welfare State* ou Estado do Bem-Estar Social. Tais crises foram previstas já por Marx que dizia que a essência do capital estava na sua aptidão em gerar crises periódicas, cíclicas, exigindo uma reordenação dos padrões de produção. Mota (1995) aponta que a crise de 1930 exigiu que o capital se organizasse visando atender os interesses da classe trabalhadora como forma de compatibilizar a acumulação e a valorização capitalista com direitos políticos e sociais mínimos para os trabalhadores.

Com a crise dos anos 1970 / 1980, conforme Harvey (2003), as conquistas sociais e, conseqüentemente, o Estado do Bem-Estar Social passa a ser questionado, exigindo nova reorganização do mundo do trabalho, impondo, no plano econômico uma desregulamentação dos direitos trabalhistas e social e valorização da política neoliberal de Estado mínimo.

Junto com essa onda de ideias neoliberais, concomitantemente, há valorização do discurso que efetivamente banaliza a miséria e prega o sistema de meritocracia, relegando a cada cidadão a sua própria sorte de ser ou não bem sucedido; mensurando, aparentemente, a capacidade de cada um de se adaptar ao mercado de trabalho. Aqui, o Estado Democrático é desafiado a encontrar soluções como o objetivo de estancar a crise provocada pela recessão econômica.

Birh (1998) afirma que a saída capitalista para a crise se faz pela instauração de novas formas de exploração e dominação do trabalhador, cuja expressão é uma nova tecnologia, novas formas de contratação do trabalho, etc. É preciso ter em mente que esse processo vai se efetivando através de um discurso, como já dito, neoliberal, colocando como saída às crises e ao desenvolvimento o

⁸ No ano de 1883, Otto Von Bismark criou uma das mais importantes leis de índole social: Seguro Social destinado a todo trabalhador alemão, servindo de base, inclusive, para o Sistema de Seguridade Social previsto na Magna Carta brasileira de 1988.

Estado mínimo, não intervencionista, com retirada de sua participação da esfera social.

Essa onda neoliberal representa claramente nova estruturação do trabalho visando recuperar as taxas de lucros perdidas com o *keynesianismo* / Estado do Bem Estar Social. E, assim, por lógico, o trabalho é o primeiro a ser objeto de reestruturação posto que é tido por mercadoria, sendo elemento criador de valores. A preocupação aqui é o barateamento das mercadorias como se é possível perceber com a baixa qualidade dos produtos, com contratos precários de trabalho, etc.

Lira (2003) aduz que reestruturar o trabalho nas suas bases econômicas exige o consentimento da classe trabalhadora, uma vez que as exigências sociopolíticas para viabilização de tal intento se dão através da criação de mecanismos ideológicos. Corroborando tal ideia, tem-se buscado fortalecer o trabalhador em sua autoestima e sentimento de competição.

Nos dias atuais, as consequências desse quadro estão ainda sendo sentidas em seu próprio desastre consubstanciado em altos índices de desemprego, precarização das condições de trabalho, na onda mundial de minimização dos direitos sociais, diminuição da importância e participação dos sindicatos, esfacelamento do sentimento de união dos trabalhadores, etc.

Diante desse apanhado, percebem-se as mudanças dadas à concepção social do trabalho. Inegável que o trabalho continua na centralidade como agente socializador. Entretanto, o ponto interessante aqui é entender o desemprego que é posto como falta de trabalho motivado pelo homem que não se qualificou ou não se mostra apto ao novo mercado de trabalho, impondo, pois, exclusão social.

Nesse contexto de exclusão social advindo da falta de emprego, entra o debate do trabalho infantil como realidade que impede acesso à qualificação e formação profissional e cidadão e que, na fase adulta, impedirá aquele cidadão de se por apto ao mercado de trabalho. Contudo, tal realidade pode até ser uma constatação de uma sociedade com bases históricas fundadas no capitalismo, mas, talvez, não seja realidade inatacável de outros tipos de sociedades que foram colonizadas, com bases econômicas periféricas e pré-capitalistas e que firmaram suas relações nos costumes locais e em economias de subsistência. De modo que é importante, para melhor análise dessa conjuntura posta, trazer outras concepções de mão de obra infantil na divisão social do trabalho.

3.3. O início da proteção legal do trabalho infantil no mundo e no Brasil

É quase que intuitivo afirmar que a utilização de mão de obra infantil tenha coincidido com o início do próprio trabalho do homem. Entretanto, a consciência da necessidade de proteção dos menores a certas atividades evoluiu no tempo e no espaço à medida em que, também, a concepção de trabalho e de seu valor social fora se construindo e reconstruindo. Vianna (1991) aponta que as primeiras⁹ medidas de proteção aos menores datam, possivelmente, de mais de dois mil anos antes de Cristo, estando presentes no Código de Hamurabi. Importante frisar, até pelo modelo de sociedade à época, o trabalho do menor se dava, basicamente, no âmbito doméstico e com vistas à aprendizagem de um ofício e de caráter artesanal.

Martins aduz que os autores costumam associar o surgimento do “Direito do Trabalho com a Revolução Industrial, no século XVIII. Isto porque no período anterior ao surgimento das primeiras leis trabalhistas, a situação do trabalho subordinado era de pura indignidade”. (MARTINS, 2002, p. 23-24). Consta na doutrina que as primeiras leis do trabalho foram editadas voltadas para o trabalho do menor. A Inglaterra foi pioneira nesse sentido: 1802 com o Ministro Robert Peel expediu o *Moral and Health Act*. As leis alemãs, logo em seguida, também influenciaram todo o mundo com a preocupação com as condições de trabalho e dignidade dos trabalhadores. (NASCIMENTO, 1976).

Conforme consta em Nascimento, a Lei de Peel:

[...] Continha, em primeiro lugar, prescrições sanitárias. As paredes e os tetos das oficinas deviam ser branqueados com cal duas vezes ao ano. Cada oficina devia ter janelas bastante grandes para assegurar ventilação conveniente. Cada aprendiz devia receber duas vestimentas completas, renovadas à razão de uma por ano, ao menos. Dormitórios separados deviam acomodar os menores de sexos diferentes, com número de camas suficiente para que não fossem colocados nunca mais de dois menores. As jornadas de trabalho nunca deveriam ultrapassar de (*sic*) 12 horas, excluídos os intervalos de refeição. O trabalho não podia nunca se alongar após 21 horas nem começar antes de 6 horas. [...] (*Ibid*, 1976, p. 4-5, ênfase do original).

⁹ Visando não fugir do proposto pela pesquisa e visando melhor situar o leitor no tempo e espaço, tem-se a parte anexa deste texto com o cronograma evolutivo dos principais marcos legais / ações de abordagem do trabalho infantil no Brasil e no mundo.

A Lei de Peel, muito embora não tenha estabelecido limite de idade para o trabalho, representou a primeira intervenção estatal em questões trabalhistas. Obviamente tal lei deve ser entendida no contexto de uma sociedade industrial e, portanto, o trabalho no ambiente das indústrias. Apenas no ano de 1819 é que a Inglaterra traz lei que proibia o trabalho de menores de 09 (nove) anos, limitando a 12 (doze) horas diárias a jornada dos menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, nas atividades algodoceiras.

Martins acrescenta que:

Posteriormente, a Lei de 1833 (Inglaterra), de iniciativa da Comissão Sadler, constituída para verificação das condições de trabalho nas fábricas, proibiu o trabalho de menores de nove anos e o trabalho noturno, limitou a jornadas dos menores de treze anos para nove horas e dos adolescentes de menos de dezoito anos para doze horas. (MARTINS, 2002, p.27).

A França também se destaca nesse contexto posto que em 1813 proibira o trabalho dos menores de 08 (oito) anos, bem como o trabalho dos menores nas minas de carvão. A questão da limitação da jornada só passa a ser regulamentada em 1841, com o patamar de 08 (oito) horas para o menor de 12 (doze) anos e de 12 (doze) horas para os menores de 16 (dezesesseis) anos. Na Alemanha, em 1839, foi promulgada lei que proibia o trabalho de menores de 09 (nove) anos, com duração de jornada para os menores de 16 (dezesesseis) anos em 10 (dez) horas. A Itália se volta para a questão do trabalho infantil a partir de 1886, quando foi estabelecida a idade mínima de 09 (nove) anos e proibidas algumas atividades para as crianças.

Pode-se dizer que no Brasil apenas recentemente é que se teve preocupação com o trabalho infantil – tal se deu, inclusive, devido à industrialização tardia do país. Como já dito, é de se notar que, inicialmente, toda a gama de proteção ao trabalho do menor esteve ligada ao contexto social da época, qual seja o trabalho nas indústrias. Relegando, pois, ao segundo plano, outras formas e possibilidades de trabalho de maneira geral, incluindo, das feiras livres.

Nesse sentido, o primeiro Código de Menores, por assim dizer, constante na história jurídica brasileira foi aprovado pelo Decreto nº. 17.943-A de 1927, no governo de Washington Luiz. Aqui, houve proibição do trabalho de menores de 12 (doze) anos e o trabalho noturno aos menores de 18 (dezoito) anos. No governo de Getúlio Vargas, em 1932, houve expedição do Decreto nº. 22.042, que estabelecia as condições de trabalho dos menores na indústria.

Martins (2002) observa que, no Brasil, se proibiu o trabalho de menores de 14 (quatorze) anos na indústria e do de menores de 16 (dezesesseis) anos nas minas; e para admissão eram exigidos certidão de idade, autorização dos pais ou responsáveis, atestado médico e prova de saber ler, escrever e contar.

No Brasil, o ponto alto de preocupação e tutela aos direitos das crianças na esfera trabalhista veio, sem dúvidas, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, regulando formas e condições de trabalho, bem como estipulando jornada e se preocupando com a formação moral do menor, buscando afastá-lo de locais prejudiciais a sua saúde física e mental.

Finalizando o momento, é de constar a participação ativa da Constituição da República do Brasil, datada de 1988, no sentido de, além de prever os direitos sociais dos trabalhadores, fazer constar no rol do art. 7º as limitações ao trabalho da criança e do adolescente, *in verbis*:

CF/88. Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

Omissis.

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; [...]. (BRASIL, 2019, s/p).

Assim, tem-se que no âmbito nacional é proibido o trabalho dos menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz e a partir dos 14 (quatorze) anos.

Maiores delineamentos do trabalho da criança e do adolescente, especialmente em suas proibições são encontradas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), datado do ano de 1990 – tendo em vista os objetivos desta dissertação, não se entrará em detalhes no que tange aos dispositivos deste documento legal.

3.4. O atual cenário do trabalho infantil

Inegavelmente, a pobreza e as desigualdades sociais trazem consequências profundas nas vidas dos indivíduos e na sociedade como um todo. E, talvez, um dos indícios mais fortes para ratificação desta assertiva seja a introdução precoce de crianças no mercado de trabalho.

Esse início antecipado no mundo do trabalho traz, em tese, como um dos principais e primeiros deságues o prejuízo da formação educacional da criança – ponto de principal combate ao trabalho infantil, posto que, nesse contexto, o trabalho antecipado, por assim dizer, ao prejudicar a qualificação do cidadão, contribui para a continuidade do ciclo da pobreza.

Carvalho aponta, como condições do trabalho infantil, regra geral, que os trabalhadores infanto-juvenis:

[...] enfrentam condições marcadas pela precariedade ocupacional, jornadas prolongadas, ganhos reduzidos ou inexistentes e a negação do direito a uma formação educacional e profissional que possa lhes propiciar melhores oportunidades de inserção futura. (CARVALHO, 2019, p. 551).

Fazendo um resgate histórico brasileiro no que tange à participação do trabalho infantil na economia nacional é de se perceber que, praticamente, ela data do descobrimento do país. Rizzini (2007) aduz que para os donos das crianças escravas na colônia e no império, para os capitalistas no início da industrialização, para os grandes proprietários de terra, nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola, nas casas de família e nas ruas, as crianças pobres sempre trabalharam no país.

É de se destacar que muito requisitada na época de escravidão, a mão de obra infantil se destacava por ser mais dócil, mais barata e mais fácil de domar e se adaptar às atividades. Nesse sentido, com o fim da escravidão e surgimento da República, implicando o surgimento das grandes cidades, a infância passou a ser preocupação do Estado, posto que o contingente de meninos e meninas vagando sem rumo pelas ruas já alcançava número notório.

Rizzini (2007) afirma que, mesmo depois da abolição da escravatura, a ideologia do trabalho continuou sendo o elemento marcante para o “avanço” da sociedade. A transição da escravidão para o trabalho livre não significou a abolição

da exploração das crianças brasileiras no trabalho, mas apenas substituiu um sistema por outro considerado mais legítimo e adequado aos princípios norteadores do liberalismo e da chamada modernidade industrial.

Conforme argumenta Santos (2019), o trabalho infantil passou pela mesma divisão social, concentrando nas fábricas a mão de obra de crianças migrantes – posteriormente abolida, com a legislação que fixou uma idade mínima para o trabalho – e, de outro lado, nas ruas, o trabalho informal, com uma legislação higienista, que previa a internação dessas crianças em instituições de correção e disciplina, legitimando o trabalho infantil, nesses casos, como forma de aprendizado, socialização ou ‘regeneração’.

Inicialmente, em discursos mergulhados em preconceitos, o quadro social acima pontuado fora tratado sob a ótica da possível incompetência e irresponsabilidade de as famílias educarem e socializarem suas crianças diante dos valores da moral e dos bons costumes.

A grande questão por trás desse pano de fundo é que, conforme Carvalho:

Na medida em que a sociedade brasileira não foi capaz de universalizar o assalariamento, boa parte da população teve de buscar sua subsistência através de formas de ocupação não cobertas pela legislação, à margem das regras que regulamentavam o mercado. Essa condição estrutural de inserção econômica e social imprimiu sobre esse grupo a visão preconceituosa e segregacionista de “vadios” e delinquentes em potencial, que se estendeu às crianças e jovens das classes populares. (CARVALHO, 2019, p.552, ênfase do original).

Lúcio Kowarick (1994), na obra *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*, traz dados históricos bem interessantes na construção dessa concepção de vadios supramencionado por Carvalho (2019), pontuando que os negros / nacionais, principalmente, após a abolição da escravidão, se apresentam como refratários ao trabalho organizado:

[...] porque, sendo mínimas suas necessidades, não precisam se alugar para outros de forma contínua. Basta, de quando em vez, uma jornada por semana: de resto, a disponibilidade para nada fazer, além da caça, da pesca, do pequeno plantio e da criação, que permitem a sobrevivência na pobreza e, dessa forma – agora introduzo essa nova dimensão da assim chamada vadiagem -, o desamor ao trabalho e a possibilidade de ócio e do festejo [...] Dessa forma, repudiava a submissão da disciplina produtiva, trabalhando nas fazendas enquanto outra alternativa não se mostrasse viável, pois nelas sua condição de pessoa livre era constante e impunemente aviltada pelas regras de submissão baseadas no cativeiro.

Liberdade significava não só a escolha de locomover-se por um pauperismo itinerante, como também, sobretudo, a possibilidade de desobedecer: a obediência constante. (KOWARICK, 1994, p.103-104).

Além disso, Kowarick (1994) defende que a relação capitalista por meio de assalariamento cria relações de produção que levam ao domínio do capital sobre o trabalhador, transformando a pessoa em força de trabalho, impedindo sua reprodução e obrigando-a se tornar mercadoria no mercado de trabalho – convencendo-a, concomitantemente, a se incorporar no processo produtivo e a aceitar sua condição de assalariada.

Essa falácia, qual seja de vadiagem, de preguiça que gira em torno da população negra, principalmente, tem criminalizado, ainda hoje, os pobres no país, e serviu de subsídios para bases de políticas públicas que objetivaram afastar as crianças e o trabalho infanto-juvenil, por consequência, da rotina das fábricas¹⁰, relegando à informalidade.

É de se frisar que o trabalho sempre esteve presente na vida da criança pobre brasileira. Fernandes (1965) traz que se destaca, nesse contexto, a construção de uma cultura de valorização do trabalho assalariado, em contraposição ao trabalho informal – tratado como atividade marginal –, bem como uma visão do trabalho como mecanismo regenerador de comportamentos socialmente não aceitáveis como a ociosidade, concebida como sinônimo de vadiagem (o que posteriormente, viria a ser considerado crime pela legislação penal).

Em 1927 foi editado, entre outros, o Código de Menores – já pontuado em passagens anteriores deste, com alguns parâmetros ligados à idade, jornada de trabalho e proibições de atividades para menores.

[...] Com um caráter assistencialista e correccional repressivo, elas estavam centradas na criação de instituições especializadas na “proteção” ou “recuperação” dos denominados “menores”, privilegiando o seu internamento em instituições totais e a sua inserção no mundo do trabalho, para transformá-los em “indivíduos úteis à sociedade” e em futuros bons cidadãos. (CARVALHO, 2019, p.552).

Diante dos impactos da urbanização e industrialização, da incapacidade do país de absorver toda a mão de obra excedente otimizada, principalmente, pelas

¹⁰ A ideologia do trabalho como formadora do caráter e disciplina foi disseminada, abrigando uma exploração institucionalizada da mão de obra das crianças e dos adolescentes, segundo Carvalho (2019, p.33).

consequências do fim da escravidão e pela necessidade clara de sobrevivência, as leis editadas foram, além de questionadas, burladas, desobedecidas.

Santos aponta que:

É comum nos depararmos com relatos breves ou inexistentes sobre o trabalho infantil na escravidão. Associa-se fortemente a exploração da mão de obra infantil ao ingresso das crianças nos processos produtivos fabris a partir da industrialização. Se é certo que a perversidade contra as crianças nas fábricas foi marcante na história do trabalho e da infância – e em decorrência, para a elaboração de uma legislação que impedisse a exploração do trabalho infantil –, também é certo que as crianças negras já eram exploradas desde o período colonial e, após a abolição, passaram a integrar a população de rua, em situação de abandono e marginalidade. (SANTOS, 2019, p.26, ênfases acrescentadas).

Assomado a isso, a aparente proteção jurídica ao trabalho infantil não chegou ao meio rural, posto que, já dito, toda a gama de proteção legal fora vislumbrada unilateralmente apenas tendo em vista a sociedade industrial e o ambiente das fábricas, como se só existisse esse tipo de trabalho.

A dinâmica do ambiente rural é diferente do que ocorre no âmbito urbano. Naquele, a mão de obra infante-juvenil ainda permanece, inclusive, ocupada como parte integrante da força familiar e até mesmo fazendo parte da formação do cidadão, da cultura e educação do homem do campo. Por isso que na zona rural as ditas leis de proteção ao trabalho do menor, conforme visualizadas inicialmente, não trouxeram o surto esperado.

Os agricultores, por assim dizer, não se sentiram atingidos com o ali constante posto que a realidade tratada não era a da zona rural, por exemplo, no que se refere a jornadas de trabalho, horário inicial e final de atividade, restrições às máquinas, ambiente com fuligem, etc.

Desde sempre, no Brasil, houve tolerância ao trabalho infantil no campo, posto que, culturalmente, como tal realidade esteve mais ligada à cultura local que ao fator de exploração nos termos da sociedade capitalista industrial.

Com a redemocratização do país, o advento da Constituição Cidadã em 1988 e o Estatuto da Criança e Adolescente em 1990, a discussão e luta por combater o trabalho infantil passou a ser mais pautada em questões técnicas e multidisciplinares – na busca por abarcar o ambiente rural, tanto quanto o urbano. Como consequência dessa mudança de trabalho da criança e do adolescente no país.

Em 1992, o Brasil passa fazer parte do Programa Internacional para Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), ligado à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e ao Fundo das Nações Unidas para a infância (Unicef). A ideia básica do programa é oferecer contraprestações para as famílias manterem as crianças longe do trabalho e matriculadas nas escolas de ensino regular.

3.5 O trabalho infantil no âmbito familiar

Há um consenso, seja na legislação, seja no âmbito de pesquisadores e estudiosos, de que o trabalho infantil deve ser combatido por carregar consigo uma carga de exploração direta da criança. Entretanto, toda e qualquer afirmação radical traz alguns perigos de se afastar da realidade, do justo e dos costumes.

Nesse sentido, tem-se a questão do trabalho infantil, ou seja, do menor de 16 (dezesesseis) anos no âmbito familiar. Será que tal trabalho é sinônimo, necessariamente, de exploração e prejudica de fato a vida da criança, seja na esfera intelectual, educacional, social e / ou afetiva?

Veras aponta que:

O trabalho infantil, independente da forma com que se efetiva na sociedade, é o reflexo da estrutura do país, do resultado das desigualdades sociais trazidas com a consolidação do capitalismo, efetivando-se, muitas vezes, como única alternativa de sobrevivência da família. O capital, na atualidade, continua explorando a força de trabalho de meninas e meninos nos processos produtivos como forma de baratear a força de trabalho adulta, reduzindo, assim, os custos da produção. Desta forma, o modo de produção capitalista mostra a sua capacidade de “articular e rearticular” a inserção da criança no mundo do trabalho. (VERAS, 2006, p.3, ênfases do original).

Entretanto, essa concepção do trabalho está limitada à finalidade econômica e de sobrevivência, mas existe, de fato, outra concepção dissociada desta abordagem, especialmente quando ocorre dentro do ambiente familiar. É de se deixar claro que, aqui, não se está referindo ao trabalho do menor, da criança nas casas de outras famílias e, sim, no âmbito de sua própria casa, seja no meio urbano, seja no meio rural.

O trabalho do menor na casa de terceiros pode ser enquadrado como reflexo e até continuidade do modo de produção industrial, representando mão de

obra barata e, aqui, sim prejudicando o desenvolvimento social, intelectual, físico e afetivo daquele – posto que, mais das vezes, a jornada é intensa e a remuneração é efetivada mediante moradia e alimentação, apenas.

O que mais se alega quando se trata de trabalho do menor é a falta de tempo para brincar e estudar, a falta de convívio familiar e com outras crianças, os problemas de saúde que as crianças podem ter com a realização de certas atividades, etc.

Vivarta aponta que:

O trabalho infantil doméstico em casa de terceiros é bastante diferente do serviço realizado na casa da própria criança ou adolescente. Com os patrões, não há divisão de tarefas nem apelo afetivo; a criança e o adolescente assumem uma carga de trabalho pesada e recebem uma remuneração injusta. (VIVARTA, 2003, p.69).

Assim, aparentemente, o trabalho no âmbito familiar pode ter afastados os riscos anteriormente citados, já que a atividade por fazer parte de um processo educativo e de colaboração solidária, com divisão de tarefas realizadas pelos integrantes da família.

O trabalho infantil abarca o trabalho doméstico no seio familiar, mas diante da provocação de danos não há que se falar em prejuízo, exploração ou ser tido por proibido. Para tanto, o contato com a família deve ser preservado, as atividades devem ser divididas entre os outros membros, especialmente, irmãos, de modo que seja afastada a possibilidade de apenas uma criança ficar incumbida dos afazeres da casa.

O menor deve ter tempo para estudar e brincar de forma adequada. Sobre o assunto Santos traz que:

Além disso, o tempo utilizado para sua realização não pode ser muito grande, sob pena de a criança não conseguir estudar da forma necessária, nem brincar o tempo suficiente para sua adequada formação. Se isso ocorrer, deve haver proibição desse tipo de atividade. [...] Nesse caso, o menor estaria substituindo totalmente uma mão-de-obra específica que deveria ser contratada. (SANTOS, 2019, p. 154).

Destaca-se, aqui, oportunamente, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera que o trabalho precoce ocorre sempre nas atividades que demandem mais de uma hora por dia de dedicação da criança, não importando que seja ou não remunerada.

Além, para a OIT, nas palavras de Vivarta, “quando a atividade da criança é parte real do processo de socialização e constitui um meio de transmissão de conhecimentos e experiências de geração para geração, faz pouco sentido falar em trabalho infantil”. (VIVARTA, 2003, p.25)

É possível, assim, ao menor auxiliar os pais em pequenas tarefas, sem ter sua saúde afetada. Para isso, as atividades também não podem ser perigosas, nem insalubres, nem noturnas. Essas são vedações que visam a preservar a integridade física da criança. O interessante aqui é, mais uma vez, ratificar o reflexo dos ditames da sociedade industrial nessas concepções, por assim dizer, do que se pode ou não se pode ser enquadrado como trabalho infantil.

Inegavelmente, uma criança da área rural, criada nos sítios, nas pequenas propriedades, pelos próprios costumes locais, tende a participar das atividades da casa – que, mais das vezes, inclui, por exemplo, “acordar antes do sol” para distribuir milho às galinhas. Assim, é que se pretende novas reflexões, diante das peculiaridades culturais e costumeiras, na abordagem do trabalho infantil.

3.5.1 Considerações legais do trabalho infantil no âmbito familiar

No que tange à questão legal acerca do trabalho do menor no âmbito familiar é preciso ir além do puramente escrito nos dispositivos legais, especialmente na Constituição Federal, para entender que o mais importante é verificar se as atividades estão afastando a criança da escola, do tempo livre para brincar e convívio com outras crianças, amigos e familiares.

Ao apego frio do dispositivo constitucional, qual seja art. 7º, XXXIII, está proibido qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. O que pode levar a concluir que as crianças também devem ser afastadas, por força da constituição, das atividades de casa – ideia defendida por Nascimento (2002).

Entretanto, é preciso ter em mente que toda e qualquer lei deve ser reflexo de anseio social, deve estar conectada com que a sociedade almeja sob pena de se tornar letra morta e sem vinculação prática. Assim, é preciso buscar o

verdadeiro sentido da lei, que nas Ciências Jurídicas é feito pelos vários métodos de interpretação, especialmente o teleológico.

Hassen aponta que:

Alguns autores afirmam que o que motivou a alteração de idade feita pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998 foram aspectos ligados, principalmente, à reforma previdenciária [...] Com o aumento da idade para o trabalho, a aposentadoria, também, ocorre mais tardia, o que desonera os cofres públicos. Preferimos acreditar, porém, que o objetivo principal foi o de proteger a criança e o adolescente dos efeitos danosos do trabalho. (HASSEN, 2019, p. 96).

O certo é que o menor pode realizar várias atividades no seio doméstico desde que não lhe prejudique – este é o espírito da lei e a justificativa para a proteção da criança. Até porque o trabalho não é ilícito, não é crime.

Tendo em vista que o ordenamento jurídico brasileiro é um sistema integrado, é preciso, ainda, usar, pois, do método (jurídico) sistemático para impor uma análise conjunta dos dispositivos de proteção à criança espalhados em diversos documentos legais, *e.g.*, CF/88, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse sentido, dentre fundamentos da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º, CF/88, estão a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho. Assim, este artigo deve nortear a melhor aplicação do contido no art. 7º, XXXIII, de modo que desde que a dignidade da criança esteja preservada em seus direitos, não há que se falar em proibição ou criminalização do trabalho infantil no âmbito familiar.

O que é preciso levar em conta é se o tempo de estudo e lazer estão sendo suficientes para a formação da criança, bem como se há preservação do convívio familiar, das limitações físicas e estímulo intelectual.

Assim, é de se concluir que a Constituição não se referiu apenas ao sentido econômico do trabalho, mas a todo tipo de atividade laborativa, mesmo as sem intuito lucrativo, que possam de alguma forma prejudicar o menor, como ser em fase de desenvolvimento e sujeito a condições especiais. Por isso, é de se entender que não foi esse tipo de trabalho, realizado como forma de distribuição de tarefas, que teve a Constituição o intuito de proibir, já que não é, a princípio, prejudicial ao menor. Sendo assim, é uma atividade possível de ser realizada pelo menor de 16 (dezesesseis) anos, conforme defende Hassen (2019).

Diante das explicações até aqui apresentadas, é chegada a hora de ouvir os relatos orais de alguns feirantes que fazem parte da Feira Central de Campina Grande para entender a perspectivas dos reais atores no que tange as suas visões, perspectivas e envolvimento com trabalho nesse ambiente.

4 RELATOS ORAIS DE VIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE

Tendo em vista a abordagem qualitativa proposta, a história oral de vida se mostrou, diante do referencial teórico-metodológico proposto, pertinente para concretização da pesquisa – já que o objetivo geral do estudo fora investigar o trabalho infantil na feira livre de Campina Grande sob a ótica de seus próprios autores, quais sejam os feirantes.

A história oral de vida como caminho metodológico escolhido permitiu que a pesquisa ouvisse e registrasse vozes dos que foram excluídos da história contada oficialmente, buscando inseri-los dentro dela.

Como não foram encontrados registros nos arquivos pesquisados, a entrevista como procedimento se mostrou oportuna, trazendo os feirantes para a narrativa do trabalho infantil nas feiras do município de Campina Grande.

Alves observa que:

Ao mesmo tempo em que a entrevista possibilita o compartilhar de experiências e aproximação entre o sujeito-pesquisado e o pesquisador, não se pode esquecer de que ambos têm diferentes interesses em uma entrevista. Ao pesquisador interessa ouvir e registrar a narrativa, enfim, o que vai ao encontro do tema estudado, ou seja, o objeto de estudo. Interessa ao pesquisado relatar aquilo que lhe é significativo, que lhe é importante e que, por isto, para ele, deve e merece ser narrado. (ALVES, 2019, p.4).

Diante disso, o presente capítulo é destinado à transcrição das entrevistas, dos relatos orais colhidos na Feira Central de Campina Grande.

Com fala solta, deixando os narradores livres para contarem suas próprias histórias de vida e inserção na divisão social do trabalho, as transcrições pretenderam relatar da maneira mais fiel ao que foi passado, ouvido e presenciado durante a pesquisa de campo.

A ideia aqui é, além de ser fiel aos relatos, conduzir o leitor o mais perto possível do ambiente das feiras livres com sua linguagem própria e costumeira – que não implica, necessariamente, desconhecimento da língua portuguesa formal – retratando os reflexos históricos que construíram Campina Grande, os campinenses e que ainda hoje impulsionam a economia e o desenvolvimento regional / local.

Como bem observado por Queiroz (1988, p.18) o pesquisador utilizará em seu trabalho partes do relato que sirvam aos objetivos fixados, destacando os tópicos que considera útil e deixando em separado aqueles que acredita estarem fora de seu interesse e que podem até futuramente tornar-se objeto de reflexão – e assim foi feito. Assim, alguns relatos orais, já dito, foram descartados.

Outro ponto importante da pesquisa e que define a importância da história oral de vida como método escolhido é a salvaguarda da memória no processo de retomada do passado pelo sujeito – permitindo que este a refaça, a reviva.

Meihy traz que o trabalho com memória possibilita aos sujeitos pesquisados outra compreensão do período histórico evocado:

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança no conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passa a entender a sequência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem. (MEIHY, 2005, p.19).

Tem-se, pois, que a metodologia aqui usada, qual seja história oral de vida, permite o uso da memória como elemento importante para estudo do passado, mesmo que não tão distante, como no caso da pesquisa que se dá em torno nos anos 1960 / 1970.

Frisa-se, por oportuno, que diante do fato de a pesquisa não poder, neste caso, envolver diretamente os menores, ou seja, as crianças e adolescentes que atualmente estão vulneráveis ao trabalho infantil, posto que não permitido no ordenamento nacional, a metodologia escolhida, qual seja história oral, pareceu bastante adequada à realidade do estudo.

É de se esclarecer, em tempo, que mesmo diante da escolha de fontes orais para o desenvolver da pesquisa, não houve preterição ou exclusão das fontes formais, documentos escritos que atuaram em parceria, complementação e diálogo de enfrentamento.

Assim, pontua-se que todas as entrevistas foram autorizadas verbalmente pelos seus narradores e que antes da tomada a termo, por assim dizer, a pesquisadora esclareceu o estudo em andamento, em seus objetivos e finalidades. Entretanto, tendo em vista que o caráter qualitativo do estudo e no intuito de valorizar o contido nas narrativas, os protagonistas permanecerão anônimos nesta publicação.

4.1 A feira me ensinou a ser *homi*

FIGURA 06 – Registro fotográfico da pesquisadora realizando o trabalho de campo



Fonte: Foto autoral

Eu cheguei na feira com 11 anos de idade e tô aqui até hoje com 65 anos de idade, bem dizer 66 anos. Bem dizer que me criei na feira e da feira criei meus fí e paguei a universidade de minha esposa, porque eu casei de novo, num sabe? Fui pai novo. Mas com essa não tenho menino, não. E nem quero. Passou o tempo de criar gente. Meu pai era taxista em Lagoa Seca; naquele tempo era coisa mais rara ter carro e levava e trazia o povo de Lagoa Seca pra Campina. Eu logo numa aventura de menino juntei com uma ruma de outro e fui de bicicleta para Campina. Nunca tinha ido numa feira, não. Aí gostei. Era um sábado. Aquele movimento de gente, né? Por que hoje a feira se acabou-se. A gente tinha roçado em Lagoa Seca. Mãe que cuidava, era caprichosa, mas era mais para gente ter o que cumê. Fome não passei, não. Vim pra feira numa brincadeira. Aí gostei, né? Do movimento. Depois chamei os outro menino, mas ficou com preguiça, mó da distância e da ladeira e a gente foi e voltou de bicicleta. Aí num dia fui só. Encostei por lá e um sinhô disse: “menino carregue isso aqui pra mim”. Eu nunca de pensei que fosse

ganhar nada, não. A gente tinha que respeitá os mais véi, né? Passei foi dos tempos carregando as coisa do homi até que no final ele mandou eu juntar as coisas num carrim de mão e ele morava pra detrás como se fosse três ruas da feira. Ôxe, fui mimbora. Chegando lá ele me deu um dinheirinho, né? Fiquei foi feliz. Aí voltei pra feira porque minha bicicleta tarra amarrada lá e tinha que voltar pra casa mó de mãe não brigar. Eu era muito novo. Voltei pra casa e fiquei com aquilo na mente. Acabou – se que todo sábado eu vinha pra feira, mas saía mais cedo pra dar tempo de pegar o almoço em casa. E fui guardando dinheirinho de carregar os balaio. Sempre de bicicleta. Tempo foi passando, num sei dizer, pelo menos anos, num sabe?! Eu ganhei confiança, né? Dos outro feirante. Aí começou que um... Seu Dida do arroz. Pra acabar era Dida do arroz, mas não vendia arroz, não. Era de tudo, né? Mas tinha muito feijão. Não sei o porquê do nome, não. Era velho já. Eu fiquei ajudando Seu Dida, pastorando, né? Tinha muita saca na frente da tarimba pra os freguêis olhar, né? Só que o movimento era grande aí vez por outra uns esperto pegava um pouco, né? Sem pagar. Seu Dida já de idade botou eu pra ficar na frente da tarimba e eu ia avisando aos clientes os preços, né? E quando queriam levar o feijão, o milho, a farinha, inté sabugo tinha, aí eu avisava a Seu Dida que cobrava e despachava o freguêis. Olhe, era bom naquele tempo! A feira tinha muita gente e de um tudo. Vinha pobre e rico. A pessoa comia, bebia, cortava cabelo, fazia os bigode, tudo mesmo e sem aperreio. Os apurados era bom. Ôxe, teve um dia que eu vi o bolote de dinheiro apurado de Seu Dida, fiquei assim sem acreditar, né? Nunca tinha visto tanto dinheiro. Mas nunca quis o que não fosse meu, não. Mas dentro de mim veio aquela vontade, bem dizer inveja, né? Inveja boa de ter um comerciozinho. Eu dava dinheiro a mãe e pai no começo. Depois fui pai, né? 15 anos. Mas eu dava mais a mãe; pai vivia no mei de mundo. Dizia que era o ofício, mas não sei, mas também nunca apareceu irmão, não. Aí um dia pai aperreado porque o táxi não tava dando dinheiro de antes; aí eu chamei pra conversar e disse pra vender o carro, né? A praça. Naquele tempo era praça. Pra gente comprar um canto na feira. Ele não quis porque mãe não plantava pra sobrar. Mas tinha os armazém, né? Lembro que Seu Dida comprava lá. Também comprava do povo que plantava em casa. Mas não teve jeito, ele não quis conversa. Mas conversei com mãe, né? Ela era inteira e tudo que ela dizia era mermo que lei. Aí ela convenceu pai. Mas ele não vendeu o carro de primeira, não. Nem lembro do carro. Era pequeno. Sei da história que parece que ele trocou num lote de terra do meu avô. Aí viemu e Seu Dida dividiu a tarimba e

veio eu e minha mãe pra feira. Meu irmãos, tenho 05, né? Foram pra Brasília, São Paulo trabalhar de chapa, né? Eu não quis estudar, não. Meu negócio era, de primeira, jogar bila e vir pra feira e aqui eu conheci o que era mulher, né? Aí pronto. Aí nunca mais saíu da feira. Hoje não tá bom, não. Quer dizer, tão bom assim, né? O sustento vem daqui e mais aposentadoria. Meu pai é falecido e minha mãe pra honra e glória de nosso senhor está em casa; não precisa e não tem mais idade de aguentar feira, não. Mora comigo no Zepa [Referindo-se ao bairro do José Pinheiro]. Não pago aluguel nem de casa e nem de tarimba, né? É uma vitória muito grande ter um teto nem que seja só pra num levar sereno, né? Meus tios plantavam lá em Solânea, meu avô deixou terra por lá. Meu pai que trocou por carro. Conheceu mãe num forró em Lagoa Seca e ficou. Teve nós tudo lá. No sítio, praticamente dentro do roçado. Minha esposa formou-se em enfermeira, mas o que ganha praticamente é o que a feira dá, num vi vantagem, não. Sim, me esqueci, trabalhei também quebrando goma, mas era um extra antes de pegar em Seu Dida. Era trabalho de começar três e meia da manhã; quebrava uns quatrocentos / quinhentos quilos até seis / sete horas da manhã quando eu ia pra tarimba. Fui pai novo, né? Tinha que garantir o menino. Hoje veve de mercadinho lá no Tambor. Tem carro próprio, casinha, tá organizado graças a Deus. Tenho uma filha que casou-se e foi para São Paulo. Não conheço meus netos. E tem um que Deus levou, né? Numa queda de moto. Mas é assim mesmo. A motivação de vir pra feira foi isso: eu gostei do movimento, o comércio era bom mesmo. Mas faz uns dez / quinze anos que a feira não dá mais dinheiro, não. O pessoal se afastou da feira mó do cartão, né? Nunca me senti explorado, não. Nem ninguém mandou vir, não. A verdade é só uma: pai e mãe vieram para feira adespois que eu vim. Eu ajudava em casa porque eu queria, né? Não faltava o que cumê, não, mas eu dava dinheiro pra mãe comprar um vestido novo, um pedaço de carne pru domingo, uma lavanda, essas coisas. Mas dizer que era obrigado, era não. Eu não estudei, melhor vir trabalhar, né? Aqui virei homi. Com os ensinamentos de casa, sempre respeitando os mais velho e honrando os compromissos. Por que na feira palavra vale mais que dinheiro, pode acreditar! Era bom ter dinheiro no bolso. Era e é, né? Hoje tenho luxo de ficar dia de domingo vendo tv, cumê arroz de leite com galinha matriz, encho o bucho e descanso sem preocupação de nada, sem medo de cobrador e polícia na minha porta. Por que a feira me ensinou a ser homi.

4.1.1 Análise da fala

A formação e transformações de Campina Grande ao longo da história estão umbilicalmente ligadas ao nascedouro do Mercado Central, também conhecido como Feira Central de Campina Grande – verdadeiro entreposto comercial, ligando o Litoral ao Sertão, promovendo o desenvolvimento da cidade e de seu entorno.

No começo do século XX, Campina Grande já sentia os impactos da urbanização e modernização que chegava ao Brasil.

A heterogeneidade e diversidade marcaram o surgimento da cidade: pessoas das mais diversas origens (tropeiros, posseiros, matutos sertanejos, agricultores, feirantes, mascates) vieram para Campina buscando ser agraciadas com o “movimento” da Feira Central.

No caso do entrevistado, nota-se que o seu início na feira deu-se pela magia, por assim dizer, desse movimento gerado pela feira: a quantidade de pessoas indo e vindo, deixando e levando mercadorias, trazendo e absorvendo novos costumes, etc.

Por ser local que também representa lugar de intercâmbio cultural, com troca de informações políticas e econômicas, propagando saberes, ditos populares, costumes e fatos do dia a dia, o entrevistado percebeu que poderia também trabalhar ali e, honestamente, ascender na pirâmide social, com possibilidade de melhores condições de vida do que a que seus pais, até então, tinham proporcionado a ele e a seus irmãos.

O matuto sertanejo, que nunca tinha nem visitado a cidade, viu-se “formando homem ali”: iniciou como diversão, depois como ocupação rentável de tempo, ajudando a mãe, depois firmou laços, aprendeu a comercializar e se tornou adulto, pois o ambiente da feira permite essa formação cidadã e sertaneja.

O entrevistado começou a frequentar a feira livre de maneira espontânea, começou ajudando a carregar produtos e, seguindo o costume, ajudava em casa, relatando que nunca houve ou se sentiu explorado, obrigado a se inserir em tal conjuntura.

A família, que morava no Distrito de Lagoa Seca, plantava de subsistência; todos os irmãos, comandados pela mãe – já que o pai trabalhava

vijando – participava do processo de cuidar do roçado, numa divisão social do trabalho familiar. O entrevistado relata que muito embora aconselhado pela mãe, não quis estudar.

É preciso ter em mente o período, qual seja o nascimento do entrevistado em 1954. Aqui não havia ainda a CF/88 obrigando, por assim dizer, o ensino regular a crianças e adolescentes.

Segundo Helena Bomeny:

Pelos dados do Censo Demográfico de março de 1951, a população brasileira era então de 51.944.397 habitantes. A população em idade escolar, de 5 a 9 anos, era de 7.015.527. O número de matrículas no ensino primário totalizava 5.175.887. Mas o Censo mostra mais. O número total de matrículas em todos os graus de ensino somava 6.118.842. Este número considera todos os níveis, do primário ao superior, para uma população em idade escolar (de 5 a 19 anos) de 18.826.409. A taxa de analfabetismo era da ordem de 52%. (BOMENY, 2019, s/p).

A educação continuava sendo, portanto, um grande problema no início da década de 1950 – a década do desenvolvimentismo. Quem estava à frente do governo era Getúlio Vargas e no que tange à educação não há nada de muito positivo ou expressivo a ser relatado. “São tão silenciosas as fontes que, se quiséssemos, poderíamos resumir estas notas à criação de institutos e instituições de administração superior que, de fato, impulsionaram o projeto institucional do país”. (BOMENY, 2019, s/p).

Assim, a postura do entrevistado, refletiu o momento político e social da época, com a valorização do trabalho braçal, com valorização do desenvolvimento tecnológico pelo impulso à industrialização, onde o ambiente da feira livre representou efetivamente possibilidade de emancipação econômica, familiar e social daquele que estava condenado, por assim dizer, ao manejo de culturas de subsistências no Distrito de Lagoa Seca.

4.2. A gente fica onde a parede escora

FIGURA 07 – Registro fotográfico da pesquisadora realizando o trabalho de campo.



Fonte: Foto autoral

Não lembro de nome de avô, de avó. Eu tenho 69. Eu fiz até o quarto ano primário. [O sr. é de onde?]. De Esperança. Vim pra cá era criança, aí fui crescendo e comecei a trabalhar aqui na feira, ajudando aqui; aí fui arrumando, arrumando, arrumei um trocinho e comprei esse ponto aqui à prefeitura; na época era...comecei a negociar; antes era bom, mas hoje ninguém ganha nem pá tomar café. É, a feira acabou! Olhai aí! [E por que o sr. acha que acabou?] Por que está toda lá em cima. [Referência ao centro comercial de Campina Grande, especialmente, nas proximidades da Av. Floriano Peixoto com a presença de redes de supermercados] O prefeito não presta, aí deixou a feira subir lá pra cima, fechou as ruas, o povo não desce. O povo não desce! Vim de Esperança [PB] pra morar em Campina, no Santo Antônio ali. Era dezessete [filhos]. Tive dezesseis irmãos, mas hoje só tem cinco. De uma véia só e de um véi só. Quer dizer, de um véi eu não sei. O véi viajava muito. [Fazendo referência ao pai]. Eu tinha ano e pouco quando vim pra Campina. Foi.

Vim morar ali no Santo Antônio. [E como foi que o sr veio parar na feira ?] Por que eu morava aqui, criança, ai vinha ajudar os outros pra ganhar um troquinho, aí vinha e me acostumei aqui. Devia ter uns oito ou dez anos quando comecei. Eu ajudava a vender banana, com Abel da banana; tinha um homem que chamava Abel da banana, é irmão de João da farmácia; não tem a farmácia ali?! Comecei a ajudar ele a vender banana, aí depois fui vendendo cereais na carroça como ambulante. Na época tinha feira, a gente vendia, ganhava dinheiro, mas hoje quem vim pra cá não arruma mais não; era numa carroça, depois eu aluguei dois pontos, esses dois aqui; aí depois.... [Os cereais o sr. comprava onde?] Nos armazéns, aqui ao redor do mercado, até hoje; [Fiado, era?] É, até hoje eu compro fiado, tô com dinheiro ali pra ir pagar; [O dinheiro da feira é o fiado, né?] É. [O sr tem aí ainda aquela caderneta?] Tenho, tenho. O meu é no caderno. Não sei nem onde botei. No caderno eu noto e o freguês vem e paga. Comecei a negociar no box alugado aqueles dois ali; cada porta dessa é um; aí eu aluguei aqueles dois, depois de um tempo eu comprei. Eu comprei, eu tinha.... já era véi, tinha o quê? Uns trinta, por aí. Aí comprei aqueles dois, depois esses dois. Eu ajudava os outros, estudava mas não aprendi nada porque fí de pobre, com dezessete irmãos... entendeu? Naquela época não é que nem hoje que o aluno tem, que vai pru colégio, tem comida, tem livro, tem farda, tem tudo. Naquela época nem farda tinha. Era pá... uma vez eu fui desfilar no circo operário ali no Zé Pinheiro e minha mãe teve que fazer uma luva de pano porque não tinha dinheiro pra comprar a luva. Era tempo atrasado. Era... eu levava frutas , eu trabalhava ajudando e eles me davam um troco e quando eu ia embora eles me dava dois cento de banana; na época era duzentas bananas; hoje não se dá mais, mas na época era. [E as memórias que o sr tem dessa época? São memórias boas? O sr gostava?] Era bora, era. Tinha a padaria ali, a gente ia lá, eles davam pão; era de Pedro... era de Cabral! Prefeito de Campina; depois ele vendeu pra Pedro Cordeiro e ele dava pão; o ônibus de Bodocongó parava ali, naquele prédio ali; não tinha esses banco tudo no meio do povo; o povo vinha, mas hoje...Eu estudei... parece até.. dezessete / dezoito anos, quando fiquei de maior aí eu não quis mais, não; a escola era de manhã; eu ia pra escola e vinha pra cá, mas mais porque aqui, na época, eu era criança, só vinha no sábado para ajudar que era o dia da feira grande, sexta e sábado; durante a semana eu estudava e não vinha nem aqui; [Quer dizer que o trabalho na feira nunca impediu o sr de ir na escola?] Não, não. Eu deixei a escola porque era preguiçoso; eu tenho irmão que se formou

professor, tenho um bocado de irmão que estudaram, mas tem um monte também que estudou pouquinho; preferi sair... é, né? Por que moleque... naquela época... vontade dele era brincar, sair. Eu tô vivo até hoje por causa da feira; eu tô comendo aqui até hoje; apesar que a feira hoje... eu recebo um salário de aposentadoria, se eu não recebesse eu tava passando fome porque daqui... não tira mais, não. Era bom aqui na feira. [O sr se sentia explorado?] Não, não, nunca. Pra mim, tudo que eu fiz foi pelo meu gosto, até hoje. Eu tenho 69, vou fazer 70, mas tudo que eu fiz de bom ou de ruim foi porque foi por vontade minha. Minha mãe dizia e pedia pra eu estudar, mas depois que fica de maior o filho só faz o que ele quer. E dezessete filhos, né? Pra botar régua... hoje não. Hoje o casal... [Sua mãe nunca lhe obrigou a vir pra feira?] Minha mãe, não. Nunca mandou. Oh, como pobre nós... meu pai era viajante, tinha um caminhão aí ele levava cereais para o Ceará para uma cidade chamada Rússia [referindo-se ao município de Russas / CE]; ele tinha um armazém lá, comprava aqui e levava; ficava lá 15 dias, vinha pra cá ficava três dias aqui e ia embora de novo. Era assim. Minha mãe foi quem criou os filhos tudinho porque ele vivia... ele trazia o dinheiro. Nunca tive que trabalhar para ajudar em casa. Nenhum lá de casa trabalhou para ajudar. A gente dava quando tinha, porque ganhava aí dava, mas não era obrigado. As bananas ... eu levava e os irmãos comia tudo. Não culpo ninguém. Nunca me senti explorado. Nunca ninguém... [Como foi que o sr decidiu ficar na feira?] É porque não é se decidir, a gente fica onde a parede escora. Aí achou aqui, o lugar onde o caba tá ganhando um tostão ele vai ficar até morrer, né? Se não achar.. se não ganhar na mega sena. Se ganhar ele corre.

4.2.1. Análise da fala

O entrevistado também tem sua fala inserida no contexto político do segundo governo de Getúlio Vargas, desenvolvimentista, com alto índice de analfabetismo e políticas públicas voltadas à industrialização.

Aqui é de se relatar que a Consolidação das Leis do Trabalho, datada de 1943, sendo desta época, retratou a sociedade industrial que estava se intentando formar, com modelo copiado do padrão europeu. Sociedade, esta, que

impulsionada pelos ditames capitalistas acabou por se afastar das feiras livres, abrindo espaço para shoppings e produção “enlatada”.

Assim, no que se tange à fixação de jornada de trabalho, intervalos, horários definidos, trabalhos insalubres e perigosos, etc., todos esses pontos de abordagem da lei, fora feito tendo em vista as dinâmicas de produção nas fábricas, com movimentos repetitivos, condições insalubres, ambientes fechados, otimização da produção, alienação – sob a ótica do trabalhador – do produto, etc.

Ao impor tais regulamentações, por assim dizer, como nova dinâmica social do trabalho, houve desconsideração dos costumes, culturas e divisões locais do trabalho, especialmente das feiras livres. E, talvez por isso, houve tolerância do trabalho infantil, posto que entendido pelo agrestino como fonte de educação e formação do cidadão.

A fala do entrevistado retrata, ainda, a falta de planejamento familiar típico da época e concretizado no número volumoso de irmãos que, assomado, ao contexto de alta taxa de analfabetismo, imprimiu uma educação mais solta, por assim dizer. Relata o entrevistado que nunca se sentiu explorado, acreditando na importância do trabalho na feira para sua formação e sustento.

4.3. Fiquei só trabalhando e não tive mais tempo de estudar, não

FIGURA 08 – Registro fotográfico de um dos colaboradores da pesquisa



Fonte: Foto autoral

Tenho 71 (setenta e um) anos de idade, estou na feira desde os doze. Comecei com oito; vinha com meu pai ajudar umas besteiras, depois eu comecei a trabalhar para um irmão meu todo tempo, aí numa faixa de vinte anos eu comprei um bancozinho ali e fiquei trabalhando pra mim... até a data de hoje. [Me diga uma coisa: quer dizer que seu pai vendia carne também, era?!] Era. Ele cortava carne em Limoeiro, lá. [Referindo-se ao município do estado de Pernambuco]. E de lá a gente veio pr'ráqui morar aí numa fazenda de um tio meu; meu pai ficou tomando de conta lá e a gente tudo se uniu ajudando. Daí eu vim morar aqui em Campina. Foram onze. [Referindo-se a número de irmãos]. Vivo onze, fora os que morreram. [Aí

vieram de Limoeiro para uma fazenda, foi?] *Foi! Pra uma fazenda aí pertinho do campo de aviação. Meu pai sempre vendeu carne lá em Limoeiro e também em Carpina, em Pernambuco e daí a gente veio pr'áqui tudo pequeno tomar conta dessa fazenda e cortar carne. [E esse box era do seu pai, era?] Não. A do meu pai era lá do outro lado. Ele botou uma lá. Esse daqui eu já comprei já depois de adulto, de trinta anos. A gente veio tudo pequeno, né? Aqui ficemu morando na fazenda e fomos estudar até enquanto deu, como se diz. Aí, aqui a gente foi crescendo e eu vim trabalhar com os outros irmãos. Nessa época a gente estudava à tarde... estudava à tarde. No caso, a gente vinha logo de madrugada e trabalhava com ele até uma faixa de até 11h. Aí de 11h a gente ia pra casa. A escola era lá pertinho aí ia pra escola de... já em cima da hora como se diz. O trabalho não impedia de ir pra escola, não. Por que na hora da escola a gente ia pra casa, tomava banho almoçava e ia... era pertinho. Eu fui somente até o quarto ano. Fazia as duas coisas. Depois não tive mais tempo, não. [Referindo-se a ir à escola]. Fiquei só trabalhando e não tive mais tempo de estudar, não. [O sr deixou a escola por quê? Por que o sr quis? Alguém obrigou o sr a deixar a escola?]. Não, não. De jeito nenhum. Nessa época a gente tinha que trabalhar pra ajudar... pra ajudar a família... pai e mãe num deixava filho ficar preguiçoso, não. Eram 11 irmãos; 5 mulher e 06 homem. As menina não trabalharam, não. Teve cinco que trabalharam com carne e teve outro que nunca gostou, não. Arrumou emprego, foi empregado, mas não trabalhava com carne, não. Cinco trabalhou. Fiquei trabalhando com carne até a data de hoje; me casei, tenho 03 filhos; um hoje ainda me ajuda aqui; dia de hoje [quarta-feira] ele nunca vem, não, porque não presta, não, e não precisa, mas na sexta e no sábado ele vem. Eu compro lá... [Referindo-se à carne]... lá onde a gente abate, no abatedouro Vera Cruz. Ali ao lado do Amigão; tem uma entrada ali, aí roda um quilômetro e meio aí chega lá. Lá tem os menino que mata gado lá; era no matadouro antigo, né? Depois do matadouro antigo que acabou lá aí então tinha essa fazenda lá e ele construiu esse matadouro... o menininho... Bem, aqui é o seguinte: no passado a gente tinha uma feira sempre mais movimentada, muita gente comprando.. eu, pelo menos, cortei seis boi; cortava seis boi na quarta, sexta e sábado; era muita carne, seis boi; cortava de quarta, sexta e sábado; cortava um e meio, um e meio e dois no sábado; um e meio na quarta, um meio na sexta e dois no sábado; era cinco; e hoje a gente tira em média três abates. Dois e meio, três. Caiu, né? Por que a concorrência de supermercado, açougue em tudo quanto é de lugar... a sra vê?! Tá meia vazia, né?*

Principalmente a quarta-feira. Comecei trabalhando com meu pai, depois com irmão meu; mais velho do que eu; passei alguns anos com ele e com média de 20 anos eu comprei um banco pra mim aí fiquei trabalhando até hoje, arrumando o pão de cada dia, não passa disso. Com dinheiro da feira casei e criei três filhos. [E seus filhos? Eles estudaram?] É... Eles estudaram melhor. Só não se formaram, mas estudaram... Por que tiveram que trabalhar também...segui os passos de meus pais, me criaram assim e deu certo; as duas moças teve que trabalhar, hoje são casadas. Terminaram o segundo grau, eles terminaram; [Me diga uma coisa: por algum instante na sua infância, na sua adolescência, o sr sentiu que alguém aqui ou até da sua família lhe explorou?] Não, não, de jeito nenhum. Eu sempre trabalhei pra minha família, pra minha casa como se diz. Ajudei meu pai no tempo que ajudei; ajudei meu irmão no tempo que tinha que ajudar, depois comecei a trabalhar pra mim e ninguém não me explorou, não. [Quer dizer que tudo que o sr aprendeu, aprendeu aqui e seu pai que ensinou?] É, aprendi aqui. Correto, meu pai que ensinou. Corte de carne, foi ele que passou. É... eu me sinto agradecido, graças a Deus, por eu arrumar o pão de cada dia e viver até hoje, né? 70 anos... já... é como se diz: a gente já tá mais pra lá do que pra cá. Com essa idade a gente já vai... é como se diz... Vontade até de parar, né? Desde menino trabalhando, chegando aqui de madrugada é muita coisa. É... vou lá no matadouro, a gente compra o gado lá ao rapaz e lá tem os empregados da matança que é quem mata, tira couro, faz tudo; aqui eu só abro e venho trabalhar, faço os cortes.

4.3.1 Análise da fala

O relato do entrevistado traz bem sua ligação com a zona rural e o trabalho em família, pontuando que o pai já lidava com corte de carne no interior de Pernambuco e o ofício foi passado para os filhos, incluindo, o locutor.

Atraídos pela fama de Campina Grande, no que tange ao potencial do comércio, o entrevistado, seguindo seu pai, instalou família na cidade e começou a trabalhar na feira.

O intuito do trabalho sempre fora ajudar a família e tendeu a reproduzir na Feira Central a dinâmica de divisão do trabalho verificada na fazenda, no sítio;

durante certo tempo, o entrevistado conciliou a ida à escola com a rotina da feira; relata que depois, por iniciativa própria, optou por apenas ficar na Feira Central.

Conta que nunca se sentiu explorado, entendendo que os ensinamentos e o trabalho com o pai foram muito importantes para sua vida e se sente agradecido por ter um ofício e conseguir viver da renda da feira, deixando bem claro que tentou criar seus filhos nessa mesma dinâmica de inserção do trabalho como uma das faces educativas e de participação / contribuição na economia familiar.

4.4. Não era forçado, não. Era porque eu gostava mesmo de trabalhar

FIGURA 09 – Registro fotográfico do comercializado na feira



Fonte: Foto autoral

Tenho 49. Era de meu pai. Aí ele se aposentou e eu fiquei. É. É daqui mesmo de Campina. Nascido e criado aqui em Campina. São três irmãos. Eu e mais

dois. O meu pai era funcionário do INSS, aí ele aposentou e comprou aqui, não sabe? E eu vim trabalhar com ele. [Faz quanto tempo que vocês trabalham aqui?] Trinta e cinco anos. É um bocado de tempo. Com dezesseis anos eu já vinha com ele. [Ainda ia pra escola?] Ia. Foi eu passei mais três anos e terminei o segundo grau. Não quis continuar, não. Por que eu gosto mais de comércio. [Mas, assim, o sr não foi obrigado a deixar a escola por causa daqui, não, foi?] Não, não. Eu gostei mesmo aí continuei com ele, né? [Referindo-se ao pai]. Não, não foi... Eu quis mesmo. Ele aposentou-se; já tem oitenta e poucos anos aí não vem mais, não. [Tudo que o sr aprendeu, aprendeu com ele, foi?] Foi, aqui mesmo. Não... Por que ele aposentou novo, aí pra não ficar parado aí ele veio pra cá. Aí ele foi ensinando e eu fui ficando. [Quais são suas memórias de infância, da adolescência, da feira? O Sr gostava de vir com seu pai?]. Gostava, gostava. Não era forçado, não. Era porque eu gostava mesmo de trabalhar. [Nunca se sentiu explorado? Nem por ele, nem por...?] Não, não, não. De maneira nenhuma. Eu vim mesmo por vontade própria também. É, eu gosto. Fui ficando, aí... Fiquei até hoje. Tenho dois [Referindo-se a quantidade de filhos]. [Eles vêm ajudar?] Não, não. Uma tá formada e o outro vai entrar na universidade agora. Eu não quero eles... Deixa eles estudar... É melhor... Nunca vieram aqui. Estudar é melhor.... Ganhar mais, é menos... Ela se formou em psicologia. Ele vai entrar na universidade agora. Vai fazer agora. Ele parece que tá querendo fazer pra enfermagem. É. Ganha mais e é menos... O mundo aqui é muito trancando [referindo-se ao próprio local da feira, que hoje está inserida numa espécie de grande galpão coberto] e ele não gosta, não; prefere tá trabalhando. [Esse cereal o sr compra onde?] Compro aqui no armazém. No grosso, é! É fiado, às vezes à vista quando pode, né? Tem o prazo de pagar, né? Aqui... De eu vender fiado? Eu vendo muito pouco. É. Um, dois. Os que ficaram do tempo de meu pai. É... do tempo de meu pai. Eu não vendo... Vender fiado fica mais ruim, né? De trabalhar. Não, não. Só se tivesse cartão de crédito... Aí, eu vendia fiado. Mas na cadernetinha mais, não. Por que você não sabe onde a pessoa mora, né? Fica complicado. Você tando num bairro assim... Pode vender fiado porque daí sabe onde a pessoa mora por ali, mas aqui... Você dá, vai embora e pronto... A gente não sabe, não. [O apurado, quando o sr era mais novo, era pra o senhor?] No tempo do meu pai? Era pra casa, era.

4.4.1 Análise da fala

A fala do entrevistado evidencia a importância da Feira Central na época de seu pai – que se aposentou e investiu parte de suas economias na compra de um *box* para comercializar cereais.

Relata que, desde a compra, ajudou o pai no comércio da feira, que estudou, mas não quis engajar no ensino superior, pois preferia trabalhar. Conta também que nunca fora obrigado a ir à feira, que sempre trabalhou de livre e espontânea vontade, que ajudava em casa e tem boas recordações do trabalho na Feira Central de Campina Grande.

Entretanto, não quer mais repetir sua própria criação com os seus filhos, evidenciando que a feira não tem mais a conotação vivida pelo entrevistado inicialmente: ambiente de oportunidades, de intercâmbio cultural e econômico, de desenvolvimento local.

4.5 A vida da gente é baseada naquelas decisões que a gente toma

FIGURA 10 – Registro fotográfico do comercializado na feira



Fonte: Foto Autoral

Tenho 64 anos. 40 anos de feira. [Sua família é aqui de Campina ou de outro lugar?] Não, do sertão, de Piancó. Primeiro veio meu tio com a família dele e uma irmã minha; aí, através dessa minha irmã foi que o resto da família veio; a gente morava ali no bairro do Zé Pinheiro, mas só que não tinha isso aqui, não; aí quando eu cheguei aqui em Campina Grande, aí eu trabalhei de balaieiro. Cheguei aqui com 10 anos de idade, mais ou menos. Aí vim direto pra feira; aí trabalhei de balaieiro; 10 anos de idade não pegava aqueles balaies pesados, era cesto, né? Não tinha aquelas cestas, né? Tinha as cestas que o pessoal usava pra fazer a feira e ia deixar no ponto dos ônibus, né? Aí depois fui trabalhar de jornaleiro... É... Quer dizer, vendendo jornal; aí depois voltei pra cá, aí comecei vendendo feijão; vendendo feijão desse; aí depois foi que eu passei pra carne. Meu tio... Carne...comecei ajudando ele. Ainda hoje trabalha. É... Com três meses aprendi a

profissão. Não, o meu pai ele trabalhava aqui na maternidade. Minha irmã trabalhava na maternidade. Só eu mesmo que me localizei direitinho. Aprendi com meu tio; aí fiquei independente com o tempo. Não, primeiro eu aluguei um [Referindo-se ao box da feira], aí casei, minha esposa trabalhava na São Paulo Alpargatas – inclusive, ela faleceu... Hoje faz vinte e sete dias – e... Aí ela se aposentou muito cedo, se aposentou com 48 anos de idade, aí ela veio trabalhar comigo. Ela me ajudava, mas ela faleceu... faz vinte e sete dias. Tenho duas filhas; elas me ajudam; tá vindo me ajudar. Estudei pouco, à noite; naquele tempo tinha o MOBRAL, né? Você lembra do MOBRAL? Lembra? Era MOBRAL, era. Era MOBRAL à noite pra trabalhar, né? Precisava de trabalhar. Comecei aqui ajudando a fazer feira, né? A levar aquelas cestinhas para o ponto de ônibus, né? [O sr gostava? As suas memórias de infância como são? São boas?] Ah, são boas porque eu, lá no sertão, eu trabalhava com meu pai na roça, então a gente não tinha essas mordomias que hoje em dia tem, não; então, pra mim foi uma lição de vida, entendeu? Foi um ensinamento que hoje eu me comporto da maneira diferente; assim... Por que... Eu vim de família pobre, humilde que gostava de trabalhar, mas meu objetivo sempre foi o comércio; eu sempre gostei de conseguir as coisas, entendeu? Mas eu comecei de criança. [Mas o sr desde criança que gostava de trabalhar? Aqui na feira? Ou trabalhava por que era obrigado, assim?] Não, obrigado não. Não era obrigado, eu tinha necessidade de trabalhar, né? Por que o pobre tem que trabalhar mesmo; quer dizer, o rico também trabalha, né? Mas é um trabalho diferente. [Quantos filhos seu pai...?] Sete, sete. [Aí veio tudinho pra cá, foi?] Não, não. Uns foram pra Brasília, outros vieram pra cá. Mas hoje a maior parte é lá em Brasília. Aqui só sou eu e minha irmã. É... No começo de Brasília assim, né? Vamos dizer assim, né? Estudei mais um pouquinho pra frente e parei, não me interessei, não; não me interessei, assim, né, pelo estudo; me interessei mais pelo trabalho; não, não... Cresci mais pelo trabalho. [Mas ninguém não lhe obrigou? Assim, seu pai, sua mãe não obrigavam?] Não, não. Mas dentro do meu trabalho... Quer dizer, financeiramente, no meu trabalho, eu cresci como se fosse uma pessoa formada, entendeu? Eu, vamos dizer, hoje o meu salário eu não troco, vamos dizer assim, por um salário do médico; se estabeleci, né? Aí moro no Catolé, tenho uma casa muito boa com piscina, tenho três carros, entendeu? É, aí tenho esse aqui, tem mais outro ali, tenho outras lojinhas alugadas também, tenho um prédio lá no catolé alugado também lá na Vigário Calixto e lá é vidraçaria... Eu botei açougue e

mercadinho, mas não me adaptei, não, ao bairro; quem já é acostumado com feira... Aí tive que retornar pra feira, é assim! Explorado? Não, não. Aí, hoje ele trabalha no Rio de Janeiro [Referindo-se ao filho] e mora em Angra dos Reis, entendeu? É... Tá no Rio, tá no Rio. Agora, as duas meninas, não. Uma trabalha aqui numa empresa e a outra, a mais velha, toma de conta da casa; ajuda, sim, negócio de banco, essas coisas, tudo é ela que resolve, entendeu? É daqui da feira tudo que eu tenho. Minha esposa também trabalhou muito, né? Trabalhou no departamento da São Paulo Alpargatas; trabalhou 22 anos; ela era formada também; inclusive, ela se formou na estadual também; aí ela me ajudava bastante. Nem me arrependi do que eu fiz e nem daqui pra frente vou me arrepender também porque eu só procurei fazer o que foi certo; é porque a vida da gente é assim... 64 anos... A vida da gente é baseada naquelas decisões que a gente toma, se tomar decisão errada, vai dar errado, mas se tomar decisão certa tem que dar certo. A vida do ser humano é assim, entendeu?

4.5.1 Análise da fala

A fala do entrevistado retrata bem a ascensão social de uma típica família nordestina através da comercialização em feiras livres.

Originária do sertão paraibano, Piancó – onde cultivavam produtos de subsistência - a família do narrador veio para Campina Grande em busca de melhores condições de vida.

E, assim, o entrevistado, desde criança começou a frequentar e se ambientar, por assim dizer, com a feira. Conta que nunca foi obrigado por ninguém a trabalhar na feira, mas que se identificou com a atividade comercial e viu a possibilidade de melhorar de vida; retrata que a inserção no trabalho e na economia da família se deu na primeira infância e que tal contexto fez parte de sua educação. Afastou-se dos estudos porque quis e não relata arrependimento, pontua que tem vida confortável, que construiu patrimônio significativo e atribui toda essa evolução ao trabalho na feira.

4.6 O caba deixar de ser dono para ser porteiro, humilhado, não sei que inteligência foi essa

FIGURA 11 – Registro fotográfico do setor de carnes /açougue da Feira Central de Campina Grande



Fonte: Foto autoral

Meu nome é Adelcio, tenho 59 anos, faz uns trinta e oito anos que vivo na feira, aqui dentro mesmo [referindo-se à Feira Central] têm uns 35, mas da CEASA para cá tem mais de quarenta; eu comecei na CEASA mesmo, mas aqui na feira só melhorava aqui se... não era... não só mexendo aqui dentro como ali fora também, né? Ali fora merece o quê? Merece estacionamento para os motorista chegar e parar o carrim que não tem né? Organizar milhó as hora que esses comerciante tem de descarregar os caminhão, né? Aqui tem onde fazer o estacionamento, aquele comércio ali debaixo, milhó de riba; ali era lixão; a feira tá se acabando, quando o povo chega aqui, chega tudo agoniado, a sra pode prestar atenção, não tem como o povo vir mais pra feira, tá bagunçado; o caba chega e não tem onde parar o carro,

quando para o carro chega logo o outro caba multando mó de que o camarada parou para comprar o feijãozim, né? Não tem como! Aí já escutei muito: mas rapaz eu não venho mais na feira, não, a pessoa vem e quando deu fé já chega uma multa em casa, isso lá é negócio?! Quando chega o freguêis da gente aqui, a gente atende agoniado, tem que atender logo, correr atrás, quer dizer, o povo não fica mais na feira, não vem mais cortar o bigode, cumê, apreciar, né? Não vem, não! E quando não é o guarda, é o ladrão, né? Difícil; duas coisa que pertuba o criente: guarda e ladrão; pra dizer milhó, acho tudo a merma coisa....é....guarda e ladrão [risada]; hoje até... que... mai é isso, se não rouba de um lado, rouba do outro; hoje até que tem o atacadão, né? O povo tá indo pra os mercados grande, tem estacionamento, nem que seja pra feira pequena, mas o caba também faz feira grande; aí povo pensa em ir num lugar onde a gente se sente mais à vontade e seguro; é que a feira hoje... de tudo, de tudo ainda é tradicional ainda; a feira é... tem muito velhinho que vem... aqueles velhinho que gosta da comida pura, num sabe? Vem tudo pra cá... eles sustenta a feira; eles ainda vêm de quatro hora da manhã, fazer a feira, só eles mesmo... às vezes com neto pequeno pra passear; tem muita coisa boa dentro desse comércio aí para vender ainda, né? Muita, muita, muita mesmo; muita coisa novinha que o caba tira do sítio para cá, coisa pura mesmo, sem veneno; eu mesmo nasci e me criei no sítio, vinha aqui de cavalo mais pai; pai tinha orgulho de dizer que todo roçado era puro com as benças de Deus por que nós nunca usava veneno; hoje não prantu mais, não; vivo só do comércio aqui; mas só vendo coisa pura; me mudei para Campina Grande porque me enrabichei aqui e a mulé botou na cabeça dos meninos istudá; acho importante istudá, mas desde que ajude em casa; o mais novo foi criado na fartura e nem istuda e nem trabalha; aí tô eu sustentando boemia dos outros; tá errado, mas a mãe quer, fazer o quê? Por mim, ele tarra era... tarra era aqui segurando essas sacas tudim mais eu; agora academia... nunca falta... eu mesmo não troco meu corpo pelo dele, músculo tudo de trabalho e olhe que eu como viu? Tomo minhas caninhas... mas trabalho né? Comecei aqui com quinze anos, pai que trouxe pra nós comerciar, mas antes já cuidava do roçado; istudei também, parei porque quis; achava chato; gostava é de mexer na terra, comerciar, ter dinheiro para sair mais as moças; olhe, na verdade, eu voltei a morar na zona rural, bom dimai, silêncio, crio meu gadim, meu roçado, pra mim, né? Fica entre Massaranduba e Matinhas; minha família é de lá, terra da laranja [referindo-se a Matinhas]; meu pai mesmo começou aqui trazendo carga de farinha pra aqui em

burro... quer dizer, a cavalo, né? Burro, jumento, essas coisas; burro, né? De qualquer maneira é burro né? Isso daqui, moça, não cabia, não, de tanta gente e de tanta farinha... vendia tudim...todo mundo ganhava... era fartura; era tanta gente que não passava ninguém de uma tarimba pra outra, o caba já vinha no comprador certo; só farinha; aqui é a feira da farinha, a feira do feijão é do outro lado; a feira do mangaio quando começou era aqui juntinho; ali onde hoje é o atacadão; a feira antigamente...laranja, banana, essas coisas, principalmente o povo que vinha do interior, do Cariri, do Sertão... a feira começou por ali; pai tinha o roçado e ainda comprava dos vizinhos para vir comerciar aqui; a gente tinha uns quatro burros; o povo não tinha e não tinha como trazer, aí a gente levava vantagem; foi quando eu comecei a vir mais pai; era bom demais, descer aquela estrada, o vento na cara com os burros lotado... era dinheiro certo; eu ainda hoje trago, mas é diferente; logo trago de carro, não passo mais nem na CEASA; aquilo é uma roubalheira; antes a gente vendia quatro mil caixas de laranjas; hoje não tem como, a gente vive de verão; o mundo tá muito mudado, muito quente... a pessoa nota mesmo... não chove mais como antes... Campina mesmo era fria, moça, fria mesmo... dava até gosto o caba se enrolar no sítio no pé do fogão....hoje é quentura, quase não dá mais nada; eu tenho oito irmãos, mas só cinco quiseram papo com a feira; o resto foi para Rio de Janeiro e hoje são passa-fome , já disse pra voltar, mas são orgulhoso; me criei aqui dentro e aqui não falta meu feijão e minha caninha, bom todo; o caba deixar de ser dono para ser porteiro, humilhado, não sei que inteligência foi essa; eu vim para feira porque pai no começo pediu, fiquei porque quis, hoje não vivo fora daqui; istudo eu que não quis mesmo, lembro que pai disse para eu vir só meio expediente para cá, mas eu gostava, vinha de gosto; tenho três filhoa, o mais novo já disse... o mais velho istudou e me ajuda; é agrônomo, melhorou o roçado, viss?! Mas falta a manha de sentir a terra, tudo ele quer entender por número; a terra tem que sentir para ver se tá cansada ou não; tem que ler o céu também; livro não ensina isso, não; é sabedoria de Deus; o caba todo dia olhando e aprendendo e agradecendo; a menina faz enfermagem, mas quer ser médica, não sei... Deus ajuda... o outro não tem noção... vive de olhar no espelho, olhando os peitos, coisa de academia... até desconfio... [risada]... mas não importa, não, cada um dá o que quer, né? Eu nunca me senti explorado, sempre trabalhei para procurar condição de sobreviver; meu pai me obrigou a trabalhar, no começo, mas depois eu vi que era meu bem; o trabalho fazia a opção do homem; meu pai dizia que homem não vive de istudo, vive de

trabalho; era meio grosso; hoje eu sei que não é assim, a feira acabou; o jovem tem que ter istudo, mas tem que trabalhar também, até pra valorizar o prato de cumê.

4.6.1 Análise da fala

A fala do entrevistado retrata o espectro cultural da educação via trabalho; do trabalho como mecanismo de educação e formação do homem / cidadão.

Acontece que tal qual posto e atento às peculiaridades nacionais e regionais, quais sejam país em desenvolvimento, com ciclos de pobreza firmados, condição regional de periferia, a reprodução de cadeias de trabalho, de modo de produção e de afastamento da qualificação profissional tendem, como no caso do entrevistado, a reproduzir condições de subdesenvolvimento – fazendo com que a ascensão social se torne impraticável.

O início do trabalho na feira fora impulsionado, proporcionado pelo pai; a continuação foi de iniciativa do entrevistado – que na verdade revela falta de perspectiva de outro modo de trabalho e de outra condição de vida; perspectiva, esta, não visualizada por seus filhos que tiveram acesso à educação superior.

A reprodução da divisão de trabalho rural, do sítio, é verificada e percebe-se que houve repetição de tal divisão no âmbito da feira na cidade, com participação de todos os membros da família. O entrevistado tentou dar continuidade, mas a sequência fora quebrada por seus filhos.

O entrevistado releva sua insatisfação com o filho caçula que não trabalha e não estuda, integrando a chamada “geração nem-nem”. É um dado interessante posto que parte desta “geração nem-nem” fora formada, também, como resultado direto das proibições da inserção no trabalho da criança e do adolescente.

É certo que o governo federal vem imprimindo esforços para inserir o jovem no mercado de trabalho com programas, por exemplo, do menor aprendiz, do primeiro emprego, mas não têm sido suficientes, especialmente, em áreas que não encabeçam polos industriais, como no caso dos municípios que ainda têm ligação direta com a economia rural e informal. Assomado a isso, tais programas não abraçam os trabalhos inseridos nas feiras livres.

Os dados são significativos: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no ano de 2018, revelou que 23% dos jovens brasileiros não trabalham e nem estudam (jovens nem-nem), ou seja, o Brasil tem 10,9 milhões de jovens entre 15 e 29 anos que nem estudam nem trabalham.

No contexto da pesquisa, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) encara o trabalho nas feiras livres, de maneira geral, como uma das piores formas de trabalho infantil, não o recomendando, nos termos das Convenções nº 138 e 182¹¹, para os menores de 18 (dezoito) anos.

Entretanto, o que se chama atenção para este estudo não é o trabalho infantil da criança / adolescente que são inseridos na feira por terceiros e, sim, por seus familiares, reproduzindo a dinâmica histórica de divisão social do trabalho presenciada nos sítios, nas pequenas propriedades e que são traço histórico e de desenvolvimento do próprio município de Campina Grande, por exemplo.

Vale salientar os valores desse grupo social, os significados de ter um emprego e ser humilhado pelos outros: o que a legislação chama de precariedade, vulnerabilidade, para este grupo significa autonomia, independência e liberdade.

O distanciamento existente entre a legislação e o vivenciado na vida prática certamente tem impacto no combate ao trabalho infantil, marginalizando – sem resolver a questão posta - àqueles que mantêm / mantiveram o costume de inserir seus herdeiros na divisão do trabalho familiar como mecanismo de educação e formação do indivíduo.

¹¹ **OIT. Artigo 3º.** *Omissis.* Para os fins desta Convenção, a expressão as piores formas de trabalho infantil compreende: **d)** trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança. [...] (OIT, 2019).

4.7. Eu estudava era pra trabalhar melhor

FIGURA 12 – Registro fotográfico do comercializado na feira.



Fonte: Foto autoral

Meu nome é Fábio, comecei aqui criança, desde de pequeno com meu pai; quer dizer, é de família, né? O box aqui é tradição; sou daqui de Campina Grande; eu, meu pai, minha família todinha é daqui; [Como seu pai chegou aqui, na feira?] Veio do Rio de Janeiro pra cá, minha família é de Matinhas, aí ele veio do Rio com dinheirinho, fez família aqui e estabilizou-se aqui; comprou o box e um sítio em Matinhas; lá em Matinhas era sítio que a gente tinha; Matinhas é a terra da laranja; meus avós produziram muita laranja; meu pai produziu depois, mas bem menor [quantidade] e eu já quase não produzo; a terra tá ruim e o tempo também; meu pai, na verdade, passou trinta anos no Rio de Janeiro e voltou correndo pra cá, fugindo

da violência; todo mundo da minha família foi criado aqui; eu tenho três irmãos, sou o irmão do meio; tenho 63 anos; minhas lembranças da feira são as melhores; era bom demais; tinha movimento demais; o mercado era um lugar prazeroso do povo vir; agora se acabou; aqui tem que se modernizar, fazer estacionamento; aqui acabou; os fregueses daqui eram os idosos; são, na verdade, né? Gente nova não vem aqui, não; o mercado central parou no tempo; não acompanhou a modernização; hoje ninguém quer andar com dinheiro; o povo só quer cartão, né? E quer chegar com lugar garantido pra estacionar seu carro; aqui não tem isso; os idosos estão morrendo e os jovens não querem vir pra cá; aqui não tem padronização, a higiene fica complicada, né? Tudo isso afasta o povo mais novo; quem vem comprar na feira, ainda vem por saudosismo; aqui parou no tempo, as coisas modernizaram e o mercado ficou pra trás, a feira ficou pra trás; eu, pra garantir ainda a feira, vendo fiado, mas só aos clientes antigos ou aos filhos dos clientes antigos; vendo quando a pessoa tem procedência, né? aqui não tem mais nenhum dia bom de feira; se eu não vender fiado, não vendo é nada; não apuro nada; antes a quarta, a sexta e o sábado eram os dias de feira grande, isso daqui era uma alegria, lotado; todo mundo ganhava, do caba que vendia confeito ao caba que trazia seu garrote, era fartura; lembro de pai no final da feira pegando o apurado já pra ir na esquina depositar o dinheiro; [e tinha banco aqui perto?] tinha sim; e quando não tinha, tinha os agiotas que adiantavam o dinheiro com a maior facilidade porque sabia que ia receber; teve uma época que mãe adoeceu e pai ficou sem capital de giro e foi se socorrer de agiota; deu certo no tempo; hoje não dá mais pra fazer nada só confiando aqui, não; eu tenho outro comércio na rua e sou sócio de uma equipadora; época boa aqui mesmo é começo de mês quando tem o pagamento da prefeitura para o povo, aí melhora; e dos aposentados, né? Aposentado com dinheiro é bom, só compram comida e remédio [risos]; e comida também é remédio; comer com qualidade evita muita doença, por isso que muitos ainda mantêm a tradição de comprar comida aqui na feira, coisa livre de agrotóxico, né? Sem ser em conserva, industrializado; o jovem não pensa assim; eu vim aqui criança porque eu quis, eu aperreava meu pai pra vir; nunca fui explorado, nunca me senti explorado; eu gostava de vir ajudar meu pai; não estou dizendo que aqui era bom?! Era bom demais; eu estudei, sim; terminei o científico, fiz uns cursos de capacitação no SEBRAE, mas nunca deixei de trabalhar aqui na feira; o trabalho não atrapalhava, não; eu estudava era pra trabalhar melhor; eu queria era diminuir os

prejuízos, pai doava muita coisa; perdia as contas; sempre estudei pensando aqui; aqui na feira todo mundo foi criado aqui dentro; eu conheço o povo desde pequeno; é mesmo que família; aqui não se passa aperto, não; no geral, a gente se ajuda; eu estou aqui há mais de quarenta anos; esse box é de minha família, acontece que hoje eu tomo de conta porque me dediquei, né?

4.7.1. Análise da fala

A fala do entrevistado retrata mais uma evidência cultural de educação via trabalho. Entretanto, mesmo que em contra turno, o entrevistado teve acesso ao ensino médio e trouxe visão mais consciente da administração do negócio da família e, depois, diversificando sua própria atividade.

Aqui vale ressaltar a solidariedade entre eles, herança da divisão social do trabalho rural. O trabalho urbano é baseado no individualismo e na especialização dentro da dinâmica capitalista.

4.8 É certo que nem todo dia dá pra ter carne, mas dá pra ter a farinha pra dar energia de trabalhar para conseguir a carne

FIGURA 13 – Registro fotográfico do comercializado na feira



Fonte: Foto autoral

Em oitenta e dois [ano de 1982] o cara pra passar daqui pra aquele banco ali era o maior sacrifício, de tanta gente; aí entra presidente, sai presidente, entra ladrão, sai ladrão e tá desse jeito; o povo tá desse jeito e não é por nada, não; o povo tá desempregado, não tem dinheiro circulando; você não vê ninguém comprando, aqui ou no comércio mesmo; o problema todinho é esse também; quase dois milhões de desempregados no Brasil; é uma imensidade imensa; aí quem tem um salariozinho vai viver de quê? Você bote na sua cabeça... eu sou aposentando, eu me aposentei por causa de doença, sou aposentado; é quase mil reais que eu ganho, aí eu chego no final do mês e compro quatrocentos e cinquenta reais de remédio pra eu e a mulher, entendesse? Aí se eu fosse viver do resto? Como seria? Não seria, né? Você sabe que não seria; por isso que amo a feira; tô aqui desde

menino e daqui só saio para a morada eterna; a feira me dá amor, paz e sustento; é difícil? É, mas é pra todo mundo! Tem que botar na cabeça; é desse jeito a vida; se eu quiser sobreviver, preciso de quatro comprimidos de manhã e quatro à noite, se eu quiser viver tenho que tomar, então tomo; isso aqui era vida! Era aberto, era bom, mas a política acabou; vim aqui criança, aqui não parava; comecei aqui para ajudar meu pai; o movimento era tão grande que pai e mãe não davam conta aí eu vim pra cá com meus irmãos; aquele outro box é de meu irmão; lá atrás minha irmã vende secos e molhados; todo natal a gente se reúne para comemorar a comida da feira; o sustento da gente sempre foi da feira; meu pai morreu, mas mãe ainda lembra às quatro da manhã pra preparar a boia da gente pra trazer pra feira; já disse a ela que os tempos são outros, que não precisa; tem PF [prato feito] de dez conto; bom demais; eu tô com sessenta e dois anos de idade; eu sou de Santa Terezinha; minha família é de lá; sempre lidou com feira; pra Campina mesmo vim com uns vinte anos, mas já direto pra esse lugar aqui; nunca pensei que passaria tantas vitórias e tristezas aqui; mas tô aqui; na verdade, eu vim fugido de casa; meu pai já tinha mudado pra cá e tava com costume de levar dinheiro para o interior para casa; e eu sempre conversando com pai pra a gente tudinho vir, né? Se tava dando mais dinheiro aqui... mãe achava que era outra mulher que ele tinha; mas não era, não; e se foi, nunca apareceu nenhum irmão, então não tem nada, não... coisa de homem; eu era matuto e nunca tinha entrado dentro de um ônibus, mas nesse dia decidi e vim; foi assim... mãe cuidava da feira em Santa Terezinha e lá vendia coisa que a gente plantava; pai vendia aqui em Campina algumas coisas que a gente plantava mas vendia dos outros também, como atravessador que chama, né? Minha mãe era especial, era bacana demais, moderna para o tempo; vim sem avisar a pai; ela me deu endereço de uma tia minha que já morava aqui e eu vim... se pai num quisesse eu ficava com minha tia; casei aqui na feira; com uma mulher também feirante; temos três filhos; nenhum quer saber da feira; mocidade besta; e agora que tá voltando a moda de comida natural e eles se contentando com pouco; é... um é mecânico, outra faz faxina e outro trabalha vendendo sapato; hoje... olhe... esse daqui é meu neto... já sabe tudo da feira, despacha, faz mandado, carrega balaio; tem que criar pra saber de tudo; tem que ser desenrolado; fui na onda da mulher de deixar os filhos soltos... tão aí... tudo sendo explorados, pra ganhar mil conto; eu quero lá uma vida dessa?! Mas ... tudo de maior... sabe o que faz; agora esse daqui não... vai saber fazer fortuna... meu neto é inteligente; mais tarde chega o bisneto;

também desenrolado, ganha mais que o pai; meu filho mais velho eu dava dinheiro a ele e ele saía vendendo confeito na mão; no final do dia me dava o que eu tinha dado e ainda ficava com dinheiro; quer dizer, ensinar eu ensinei; mas meu neto aprendeu...ele já negocia a farinha dele, acredita? Mês passado já peguei um dinheiro adiantado dele; e eu pago; faço questão; naquele tempo se vendia de tudo, era dinheiro folgado; se você comprasse capim vendia; hoje a feira mudou, mas você tem que ter inteligência para perceber e ver o que dá dinheiro; eu sempre vivi da feira, ninguém me obrigou; sou feliz demais aqui; mais feliz de ainda poder ensinar neto e bisneto; quem vive e trabalha na feira não passa fome jamais; é certo que nem todo dia dá pra ter carne, mas dá pra ter a farinha pra dar energia de trabalhar para conseguir a carne; eu só fiz o primário; meus filhos todos estudaram; mas na minha cabeça não serviu de nada; vivem de aperto; eu com meu primário ajudo eles, acredita? O caba não tem que saber ler, não, tem que saber contar! [risadas]; é... tem que saber contar o dinheiro, conhecer o dinheiro; nunca fui explorado; criei meu meninos como fui criado; melhor trabalhar do que tá com vagabundagem, metido com coisa errada; fumando maconha; no tempo que eu vendia farinha aqui, chegou um caba todo arrumado dizendo se eu sabia que eu tarra errado por botar meu menino pra trabalhar; eu disse: eu?! Ele disse sim! Pronto, agora lascou... e o senhor queria meu menino onde? Fumando maconha? Filho é meu, eu mando e vai trabalhar sim... que não sustento vagabundo, não...; fui ignorante, né? Hoje não faria isso; mas eu queria era ensinar ele a trabalhar; meus filhos deram pra gente, nenhum é ladrão, deram pra gente mesmo; e não tem isso de explorar não; o trabalho educa; tem que trabalhar; agora, eles iam estudar, todos estudaram; todos terminaram os estudos; não tem nada a ver trabalhar e estudar, não empata nada, não; todos venderam confeito; já eu vendia as coisas do sítio mais mãe em Santa Terezinha e aqui vendia as coisas que pai arrumava; mas sempre trabalhando; e dei pra gente; meu nome é Antônio.

4.8.1 Análise da fala

A fala do entrevistado retrata o cenário da família que comercializava seus próprios produtos nas feiras livres, com divisão de trabalho familiar; o narrador

não se sentiu em nenhum momento explorado por acatar que o processo de inserção da dinâmica familiar do trabalho fazia parte da educação e colaboração social.

Aqui cabe ressaltar que a feira funciona como a porta de entrada ao trabalho urbano, quando ele diz que era matuto, vivia no sítio, pegou um ônibus desembarcou na feira e está lá até hoje. Esta fala evidencia muito bem o significado de exploração nesse universo, ou seja, exploração é trabalhar para os outros, ter um emprego. Na feira, trabalhar na informalidade significa independência, liberdade e autonomia.

O entrevistado induz que tentou replicar o modo de educação afastado do estudo regular com seus filhos, entretanto, não logrou êxito; retrata a existência de agentes / órgãos de proteção à criança e ao adolescente no combate ao trabalho infantil e que, ainda, concretiza nos netos a supervalorização da mão de obra desqualificada e apartada do ensino regular.

Têm-se aqui duas vertentes do trabalho infantil: de um lado o narrador que começou a trabalhar cedo seguindo a cultura e tradição da produção rural com participação de todos, vendendo os produtos cultivados nas feiras livres e, por outro lado, têm-se os netos do locutor que já não estão inseridos na dinâmica da ruralidade, do sítio, da pequena propriedade, mas que busca implementar e repetir o mesmo molde de criação e educação familiar.

4.9 Isso aqui também é patrimônio e essas comidas de supermercados é só veneno

FIGURA 14 – Registro fotográfico do setor de peixes da Feira Central de Campina Grande



Fonte: Foto autoral

Meu nome é Aloízo, sessenta e quatro anos, estou na feira desde os seis anos de idade; comecei com meu pai que me trazia pra aqui; pra aprender a trabalhar, né? Que a gente tinha que aprender; trabalhava e estudava; era assim... ele trazia, eu trabalhava e estudava; meu pai comprou aqui, era taxista mas não queria que a gente fosse, não; dizia que mais futuro era o comércio; ele ainda tem o táxi; dá umas voltas ainda, mas hoje tá mais difícil; aqui ele comprou para botar os filhos pra trabalhar, mas nunca deixou o táxi, não; nós somos cinco, são cinco filhos; tudim trabalhando aqui na feira; agora dividiu, meus irmãos compraram outros box, mas ainda trabalham aqui, sim; a gente construiu a vida baseado na feira; hoje eu tô casado, com três filhos; mas atualmente ninguém pode botar os filhos pra trabalhar por causa, né, dos direitos humanos? Aqui agora tá desse jeito... não pode botar os

filhos pra trabalhar; mas de vez em quando eu trago meus filhos, sim; trago... pra ensinar... tem que trazer; é bom, eu fui criado assim; eu dei por errado?! Não dei, então pronto! É assim... trago...; eu conclui meus estudos, meu ensino médio todo; hoje eu sou agente penitenciário e venho aqui para ajudar meu pai, completar a economia; as minhas lembranças daqui, rapaz... isso daqui tudo cheio, lindo de se ver, sem confusão... tinha só causo de bêbado, né? Que sempre tem! Mas faz parte... inclusive, compõe também a feira; era bom demais; fartura; de tudo se vendia, se comprava; comércio bom daquela época; hoje está tudo abandonado aqui; o mercado que era pra ser aberto está desse jeito fechado, confinado, difícil do povo chegar, sujo, abandonado mesmo...; a gente ainda vem para os clientes fixos, mas para o pessoal que chegar assim... do nada... não tem, não; o poder público não ajuda; desorganiza mais ainda, não sei o que ele tá pretendendo fazer; a feira hoje não é minha principal economia; como disse... isso aqui é de pai, comprou para gente... para os filhos... eu ainda venho para dar uma força, mas tenho meus plantões e não quero deixar isso morrer; aqui acabou-se o lucro, a gente vendia muito... ; aqui era cinco pessoas despachando; era eu e meus irmãos e meu pai e não dava conta direito; era muito movimento mesmo; e ainda tinha um rapaz ajudando a gente só pra você ter noção; nunca me senti explorado; de maneira nenhuma fui explorado; eu agradeço é a meu pai por ter me trazido pra feira, por ter me apresentado a feira e mostrado como se trabalhava; o que influencia na vida da pessoa é isso aí... aprendizado do pai, trabalhar, né? Era melhor do que tá na rua; coleguinha bota sempre para o mau caminho, a gente vê muito esse daí; então, agradeço; [Me diga o seguinte: é bem a quarta história que eu vejo de taxista que vem para a feira, você atribui a que isso daí?] ah, era perigoso, né? Ficou muito perigoso; e a feira tava dando muito dinheiro, muito mesmo; a vida da gente mudou muito depois da feira; agora... a gente ia para Matinhas, Lagoa Seca, até mais interior, comprar as coisas para revender aqui e mesmo assim era futuro; mais futuro que táxi, muito mais; hoje a gente comprou uns sítios aí... dois... aí já consegue vender o nosso, mas o movimento não é o mesmo , né? não tem tanto lucro.. é uma peleja aqui para pagar as contas, mas estamos aqui.. vivos dentro da feira; e na esperança disso daqui melhorar; o povo tem que se dar de conta que isso aqui também é patrimônio e essas comidas de supermercados é só veneno.

4.9.1. Análise da fala

A fala do entrevistado traz o que tem sido um ponto comum nesta pesquisa, qual seja o trabalho infantil sendo encarado com agente socializador e educador.

De família nordestina, o entrevistado aponta que todos os membros trabalhavam em prol da coletividade; estando todos envolvidos direta ou indiretamente da feira; relata que nunca se sentiu explorado, agradece a educação que teve e ainda hoje trabalha, mesmo que com outra atividade oficial, na feira.

Esta narrativa deixa bem claro os meandros do significado da palavra exploração no entendimento dos narradores como um todo: exploração é só quando a pessoa trabalha para os outros, para um patrão. Quando trabalha com a família não tem sentido de exploração. É preciso ressaltar esses significados, que é justamente o ponto de divergência entre a conotação de exploração na legislação e o sentido no senso comum.

Ponto interessante aqui é o ressalto de como a feira livre movimentava a economia; o narrador é bem expressivo, enfatizando que antes havia muito lucro, muito movimento que justificava, inclusive, a contratação de terceiros para ajudar no comércio.

4.10 Nasci e me criei em Santa Terezinha, mas foi na feira de Campina que me livreii da fome

FIGURA 15 – Registro fotográfico do comercializado na feira



Fonte: Foto autoral

João Adlio, 68 anos, minha família  de nove irmãos e duas mães; meu pai morreu logo cedo afogado no açude em Santa Luzia; tinha minha mãe mesmo e minha tia que era mesmo que minha mãe; ajudou a criar a gente; a gente tinha um sítio l; na verdade, minha avó dizia que Santa Terezinha era um grande sítio e que depois foi que virou cidade, mas a gente tinha sítio mesmo; eu com nove anos lembro que a gente teve que sair de l... teve uma seca braba; as rs morreram tudim; nenhum p resistiu; lembro de minha tia dizendo que a gente tinha perdido tudo, tudo... e a gente tudim pra dar de cum; o que aconteceu foi que, pelo que me lembro, que mãe dizia, foi que Rufino [referindo-se a um dos fundadores do município Francisco Rufino de Lucena] comprou o sítio da gente ... comprou assim... deu ajuda porque aquilo não tinha valor... tudo seco... comprou para fazer igreja; então, minha mãe e minha tia venderam a terra, que já era de meus avós, pegou a gente e veio para Campina atrás de negociar na feira; a gente plantava, n? e vendia em Patos e nas redondezas, mas como disse veio a seca...; pois bem,

viemos para Campina atrás da feira, mas ficamos morando em São José da Mata; mãe nunca mais casou, mas minha tia tinha esse romance e a gente veio... nossa sorte; ficamos ajudando ele...; ele já tinha uma tarimba aqui e achou foi bom porque, rapaz quase velho, minha tia salvou e ainda trouxe um mói de menino para ajudar [risada]; então, antes Cícero, marido de minha tia, só intermediava venda, nera? Mas minha mãe era muito inteligente, braço direito de minha avó, sabia da terra como ninguém e aqui a terra era boa e o tempo milhó ainda; não demorou a gente preparou a terra e começou a plantar... quando menos se deu fé a gente tarra vendendo aqui na feira; e assim foi, aos poucos, fomos enchendo o bucho e sendo feliz; sou muito abençoado, muito agradecido... em Santa Terezinha passei fome; a feira daqui era riqueza pura; quem trabalhou decente e investiu o dinheiro fez a vida; hoje tenho casa e dois meninos; sou viúvo; só sei viver daqui; meu menino é agrônomo; a gente tem terra em Barra de Santa Rosa e Nova Floresta; a melhor rúcula da região é a nossa; os restaurante vem tudo comprar da gente; todo mundo lá de casa trabalha com a terra ou com a feira que é quase a mesma coisa; não estudei, não; quer dizer... teve um tempo que estudei...fiz até a oitava série, mas depois não quis... bom mesmo é ganhar dinheiro, ser independente; não reclamo da vida, tudo foi aprendizado; me acho um homem rico e abençoado; saindo daqui vou almoçar o tanto que eu quiser e tomar minha chamadinha [referindo-se a uma dose de cachaça]; a vida é isso...eu nasci e cresci em Santa Terezinha, mas foi na feira de Campina que me livreí da fome; eu peguei balaio aqui, levei saco de farinha, limpei tarimba, tirei lixo, comi tomate com açúcar e farinha; recolhi osso no fim de feira para ajudar na sopa de casa, mas hoje estou aqui; meu filho é formado e me ajuda; ele não sabe comerciar, não, mas eu sei; ele planta lá e eu vendo; fico indo e vindo mais minha filha que mexe no computador; é isso; a feira já foi boa; eu ouvi a senhora falando aqui do lado e ele tá certo; a feira já foi boa, hoje não é; e essa besteira de direito humano que não deixa menino trabalhar; tem que trabalhar; homem só é homem se trabalha; nunca fui explorado, nunca!; sempre trabalhei porque quis e era consciente que tinha que ajudar; mas tenho fé que isso daqui vai melhorar; vou ser avó e meu neto ou minha neta vai prosseguir.

4.10.1 Análise da fala

O entrevistado fugiu da seca no sertão da Paraíba para procurar abrigo nas feiras de Campina; com tradição familiar de sítio começou a plantar e colher nos arredores de Campina para comercializar na Feira Central; conta que na feira trabalhou em diversas funções e acredita que tudo isso ajudou a formá-lo cidadão íntegro; não estudou, mas proporcionou estudo aos filhos, um deles é agrônomo e mantém a tradição de produção familiar para venda na feira livre. O entrevistado também relata acreditar no processo de educação com base no trabalho.

4.11 O trabalho infantil nas feiras livres é um replicador da pobreza

FIGURA 16 – Registro fotográfico do cotidiano na feira



Fonte: Foto autoral

Buscando fazer contraponto com as falas colhidas, a pesquisadora procurou o Centro de Referência Especializada da Assistência Social de Campina Grande (CREAS / CG), para melhor entender como o município (já que a pesquisa se desenvolveu no âmbito da Feira Central) encara a questão do trabalho infantil na localidade. Assim, a pesquisadora ouviu a Sra. Magliana Leite, gerente de políticas públicas para infância da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Antes de maiores deslindes é de se destacar que o CREAS é uma unidade público-estatal que a maioria dos municípios brasileiros possui, de acordo com seu número populacional. No caso de Campina Grande, há três CREAS que fazem todo o apoio do município, incluindo os distritos.

O centro é responsável por atender situações de violação de direito de maneira geral, em especial, situações de abuso e exploração sexual, de violência física e psicológica, denúncias relacionadas ao trabalho infantil, à violência contra idosos, LGBT's, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência.

Para atender esse leque de pessoas, fazendo todos os encaminhamentos necessários, as unidades contam com uma equipe de profissionais técnicos, dentre eles assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores sociais e até advogados prestando assessoria jurídica.

Segue a transcrição.

Aqui, enquanto secretaria de assistência, nós temos a vigilância sócio assistencial que coleta dados através dos nossos serviços; a gente tem unidades de CRAS, unidades de CREAS, serviço de convivência ...é...é...Programa Ruanda que estão diretamente ligados às famílias; aí quando eles identificam uma situação de trabalho infantil, esse dado é contabilizado, é diagnosticado e enviado à vigilância; em relação a essa temática da questão cultural a gente vê isso muito forte na prática porque nós temos as campanhas educativas durante o ano, sobretudo no mês de junho que nós temos o dia mundial de combate ao trabalho infantil e as campanhas são de sensibilização, considerando a atribuição da assistência social, no sentido da execução da política pública e mobilização social; que é mostrar para sociedade o outro lado da história, como esse trabalho infantil repercute negativamente na vida da criança e impede que aquele ciclo da pobreza, né? ... que o estudo, né? que o acesso a direitos mínimos sociais também trariam para essa criança se ele tivesse tido acesso; então, quando ela já nasce ali na Feira Central e já bebezinho a mãe

leva para a Feira Central e ela permanece ali na sua infância na Feira Central, mesmo que no contra turno ela esteja na escola, mas no outro ela está na feira.... isso é um replicador da pobreza, é um replicador da vulnerabilidade, que a família passa de geração em geração... vai sendo passada; e isso é muito forte porque eles não entendem que direitos estão sendo violados; a criança não entende, o adulto não entende, os pais não entendem, os responsáveis não entendem; então, esse é o nosso trabalho de sensibilização da sociedade; e a gente tem as campanhas durante o ano que a gente faz tanto em relação à mendicância que acaba sendo um tipo de trabalho infantil, para a sociedade realmente conhecer o que é trabalho infantil; ah, lavar um prato em casa é trabalho infantil?! Não, não se configura! E a gente faz todo esse trabalho de conscientização, a nossa rede de serviços faz esse trabalho de dizer e de mostrar para as famílias o que é o trabalho infantil, né? E o quanto prejudicial ele é... quais as prejudicialidades que ele traz para a criança; em relação... [há uma romantização do trabalho infantil?] a maioria das pessoas que a gente encontra está nisso daí... de achar que o trabalho salva... trabalho a qualquer custo; existe também a parte da mendicância que além do trabalho infantil traz, também, a parte da exploração / do abuso sexual; então, assim... o trabalho infantil em si dos flanelinhas, de vender uma balinha no sinal... traz outras relações complexas, tanto quanto... na vida da criança e do adolescente, sobretudo quando ele já tem uma história de rua, quando ele já tem uma história de acesso ao dinheiro, quando eles têm esse poder de ter o dinheiro na mão... é... muito difícil a gente conseguir tirar deles; então, facilmente eles querem deixar a escola, facilmente eles não querem estar nos centros de convivência, né? e , às vezes, têm até onde morar, mas preferem ficar no sinal; não querem outro serviço... por exemplo, nós temos o serviço de convivência que é para criança e adolescente em contra turno ao da escola, mas aí nem todas as pessoas que a gente faz a intervenção assimilam essas intervenções e querem para si; e, a gente, enquanto assistência, a gente não tem como impedir o direito de ir e vir de nenhum cidadão já formado e nem de um sujeito em desenvolvimento como é o caso da criança e do adolescente; em relação à especificidade da cultura do Nordeste, da Paraíba, do nosso município como um todo e da parte rural, também, do nosso município... é uma cidade pequena... assim... consideravelmente pequena, relativamente pequena em relação aos grandes polos que nós temos no país... então, é uma cidade com aquelas características ainda ruralistas e de familiares... em que a família toda está ali

empenhada, desde bebezinho, naquela produção... justamente para essa acessão da família como um todo; então, realmente, eles não se percebem... em relação a essa cultura, a gente tem a festa popular aqui do Maior São João do Mundo e a nossa secretaria tem um trabalho intersetorial... na verdade, a gente puxou, a gente iniciou esse trabalho que depois passou a ser intersetorial, já que a gente puxou outras secretarias também nos dão suporte, né?! dentro no Maior São João do Mundo.. e aí a gente teve uma redução muito expressiva do trabalho infantil, pelo menos, no espaço da festa que é no Parque do Povo, durante os trintas dias do Maior São João do Mundo; esse ano, em 2019, eu posso disponibilizar para você o relatório aí você pode ler e pode conhecer essa história que começou lá em 2013 só com o Programa Ruanda, que é o programa que nós temos de fazer... é...trabalho pedagógico, trabalho social com crianças e adolescentes em situação de rua; eles levam o trabalho social para a rua, né?!; identificando essa situação eles já acionam outros serviços para fazer a busca e retirada dessa criança da rua; e aí, eu vou disponibilizar no teu email, mas a gente teve uma redução de oitenta e quatro por cento até 2018, de 2013 até 2018; [o formato da festa...] sim, sim... isso foi um avanço, o formato da festa facilitou a redução desses números; enquanto órgão de proteção, né?! a gente viu que foi um avanço, embora haja a crítica de dar seletividade à festa, restringindo o acesso... vamos dizer... a beleza da festa que era a publicização, justamente, o acesso a todos os públicos, todo e qualquer segmento, pessoa... seja ela estrangeira, da cidade, pobre , rico, de qualquer segmento social tinha acesso... e acabou ficando... parecendo que ficou uma coisa mais exclusiva, né?! então, essa é uma crítica, porém, apesar disto, houve um avanço em relação à redução do trabalho infantil; enquanto órgão de proteção, a gente conseguiu apoio e parceria com a vara da infância; então, em 2016 a vara da infância expediu uma portaria que regulamentava a entrada de crianças e adolescentes dentro da festa, no Parque do Povo; então, com a instalação dos portões de segurança tinha como fazer esse controle; ah, só vai entrar quem estiver acompanhado de responsável maior de idade; então, isso foi um avanço, um ganho, né?! houve uma redução; outro avanço de outra secretaria foi o Recicla São João; muitas famílias vinham fazer toda a coleta dos recicláveis e aí vinha a família toda; todos os meninos e meninas da família trabalhavam catando recicláveis; às vezes, o saco maior do que a criança e ela ali trabalhando altas horas da noite, expostas às mais diversas vulnerabilidades... carregando latinhas e outros descartáveis; e, com o Recicla, a

prefeitura cadastrou aquelas pessoas determinadas para adentrar no espaço da festa e fazer esse trabalho, pessoas determinadas, pessoas cadastradas; e já tem o acordo que eles não podem levar os filhos, enteados, sobrinhos, menores...e isso foi uma redução; a gente também tem a parceria, veio desde 214, com o Ministério Público do Trabalho; sendo um órgão de força, federal, o Ministério Público...então, as campanhas ganham mais visibilidade perante a sociedade e isso é muito bom porque a gente conseguiu ser mais visto e mais ouvido pela sociedade e ter o reconhecimento da ação intersetorial como esse grande sistema de garantia de direito... realmente... de proteção à criança e ao adolescente; isso não se efetiva, ainda, em outros espaços pois o município não tem perna para alcançar, ainda... então, a gente a cada ano vai avançando e ganhando espaço... é o que a gente espera; veja o que tem acontecido com a Vila do Turista que já foi um sinal em 2019 que a gente viu a grande necessidade de a gente ter uma intervenção lá e a gente não conseguiu pois nossa equipe tem... tinha uma quantidade fechada de pessoas, limitada, mas esse ano.. a gente já conseguiu né?! Inclusive foi um sonho aqui na sede... desde 2014, inclusive foi Ronaldo [outro servidor do município] que fez toda a aproximação do nosso projeto com a OIT que é a Organização Internacional do Trabalho; e quando foi em 2018 o representante da OIT veio in locu conhecer a estrutura de nossa festa, a nossa festa, conhecer como a gente trabalha, como a gente faz as ações e conseguimos com ele a parceira de financiar a ação intersetorial do Distrito de Galante que era uma situação igualmente terrível e, talvez, até pior, né?! Pois lá em Galante as pessoas ficam mais vulneráveis... famílias inteiras ali... os 30 dias montam a calçada... esperam pelo São João... ocupam desordenadamente as calçadas; então, é um trabalho que se inicia com a prefeitura, com SESUMA que faz a contagem e o cadastramento das barracas, com a conscientização deles... e... assim... para que assim...a gente já conheça esses barraqueiros, a gente já faça a orientação durante o mês inteiro aos barraqueiros; então, assim... esse trabalho de formiguinha vai avançando; foi muito positivo em Galante, acho que também pela própria identidade do local de ter... de ter medo, medo de justiça, né?! um pessoal mais... mais... assim... rural... eu sei que foi muito positivo; noventa e oito por cento no primeiro ano já em Galante a gente teve, né?! Esse relatório eu não tenho acesso mas tenho como pedir a pessoa que te mande por email também, aí você fica sabendo; e aí... enfim, é muito positivo, né?! tem o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, né?! o PETI junto com a política de

assistência; [existe um trabalho específico de combate ao trabalho infantil nas feiras livres?] não, o trabalho infantil é abordado de maneira genérica; o Programa Ruanda faz um trabalho tanto nas feiras livres como em bairros, nas ruas, nos sinais... é... espalhados pela cidade...por que ele, propriamente, é o programa responsável pelo tratamento das crianças que estão na rua; porém, o trabalho específico do trabalho dentro, nas feiras livres, na Feira Central, isso aí...realmente precisar ser, também, pensado ainda enquanto política municipal; precisa ser pensado... estratégias, abordagens para se chegar nesse perfil específico; o trabalho infantil atrapalha e afeta desde a parte cognitiva, do início da vida da criança e do adolescente, passando pela parte do desenvolvimento da primeira infância até chegar nos índices de produtividade de uma determinada localidade... isso vai influenciar, por quê? Por que se eu permaneço naquele ciclo de pobreza... com trabalho infantil... meus índices sempre serão ruins, baixos ou índices de sobrevivência; então, eu não vou ter expectativa de produzir monetariamente... com poder alto... ou sair daquela história de meus pais e meus avós; então, quando você investe nesta prevenção é sucesso garantido; quando você consegue fazer com que a família entenda que ele pode trabalhar e investir na educação da criança é muito bom, muito bom... positivo...pois lá na frente essa criança não vai ser aquilo...vai ter conseguido outros bens... evolução... ; o nosso trabalho é de prevenção; enquanto Sistema Único de Assistência Social a gente tem um trabalho de prevenção; o nosso sistema está dividido, na verdade, em dois níveis de proteção; um nível de proteção social básico de trabalhar a prevenção, nesse sentido que já falei de campanhas educativas, de campanhas para promover esse acesso a essa mobilização e sensibilização da sociedade; e a proteção social especial se dá quando o trabalho infantil já está instaurado, já está verificado, ou seja, quando o trabalho infantil já chegou lá; inclusive, nós temos crianças, nós temos também o lado da proteção social especial de alta complexidade que é o serviço de acolhimento e a gente tem crianças em situações de acolhimento que são recorrentes de diversas reincidências de violação de trabalho infantil e outras; então... e aí... essa parte é de realmente enfrentamento, porém o que precisa ser dito, o que precisa ser compreendido pelo poder público, pelo setor privado, pela sociedade, ou seja, por todos é que a proteção integral da criança e do adolescente a gente só vai conseguir efetivamente quando todo estiverem alinhados, pensando da mesma forma; enquanto eu achar que o papel é tão só da política pública ou do setor privado ou , assim, eu achar que

aquilo ali não é meu, então a gente não vai ter resolutividade e nem efetividade; então, o nosso trabalho, eu digo muito isso, o nosso trabalho é de formiguinha e é subjetivo porque também depende do indivíduo; o que eu penso o que pra mim é bom, o ideal pra você não necessariamente é o que você acha que é; então, a gente trabalha na perspectiva de sensibilizar o sujeito a querer essa intervenção, a querer sair daquela história de pobreza; procurar mostrar para que o sujeito queira ascender, queira estar incluído, queira ter realmente cidadania; mas a gente considera o sistema, eu, enquanto assistente social, eu, Magliana, posso te dizer que eu considero a conjuntura; considero o sistema capitalista de produção; considero todas essas questões que estão nas entrelinhas e que a política... e que por isso a política não se efetiva em sua integralidade; compreendo também que a política social ela é paliativa, que ela é escape para aquela falta de acesso e que nenhuma delas sozinha vai conseguir dar conta da complexidade que é o indivíduo, que o sujeito tem; tem que ser todas juntas, o Estado deve estar atento, junto e alinhado e conversando com os outros segmentos; essa prioridade absoluta que o ECA traz, por exemplo, a gente ver na prática essa prioridade absoluta por conta dessas questões outras no Brasil, ainda resquícios da nossa história, tanto da ditadura militar, quanto da forma como a criança era vista, toda essa discussão é muito recente; o ECA é de 1993 pra cá... isso é muito novo...pra as pessoas poderem enxergar... e não culpabilizar o indivíduo; vê que a culpa não é dele; ah, ele tá assim porque ele quer; não! ele está assim devido a um conjunto de fatores, com muitas nuances culturais que a gente precisa quebrar e romper; e construir juntos essa rede de proteção juntos; [com relação à legislação... ?] na verdade, a gente tem o Estatuto da Criança e do Adolescente, né? e temos aí nossas regulamentações enquanto Sistema Único de Assistência Social... que são regulamentações federais... que são do nosso Ministério da Cidadania e elas... o formato do Sistema Único ele vem completo... a gente não pode...é como eu te falei, a parte da legislação ela é fechada, de cima pra baixo; a gente precisaria ter suporte municipal para dar enfrentamento a nossa especificidade, atenta às características da nossa região tanto em relação as feiras como com relação as outras festas, por exemplo, que a gente não tem nenhum outro trabalho de enfrentamento; é... a questão dos flanelinhas, a questão as festas cristãs, ecumênicas, é também um lugar que as pessoas veem uma ascensão da renda e aí vêm a família toda, das cidades circunvizinhas a nossa cidade, para melhorar a renda da família; a

legislação ela contribui porque ela é um parâmetro pois temos que seguir, mas a gente enquanto executor de política pública não está diretamente ligado à parte de legislatura; a gente entende que a gente precisaria de maior suporte de programas específicos; a gente precisa de programas que tenham recursos específicos para aquilo ali, focado nessa área; o PETI, que é um programa federal, ele vem... a parte que ele faz a parte de monitoramento, de estudo e de diagnóstico, né?! Faz o trabalho também de capacitação em relação à inserção ao mercado de trabalho adolescente e jovens, mas além disso, deveria a gente ter algo mais para oferecer em relação a rentabilidade para tentar fazer esse resgate das famílias e então é nesse sentido que a gente precisa de mais força... é no sentido de recurso para que a gente enquanto poder de execução tivesse outros nortes para dar, oferecer outros leques, outras opções para as famílias... não só... pois o que mais garante ele estar lá é a questão da renda; então, nesse sentido se nós tivéssemos como oferecer algo a mais eu acredito que já seria uma força a mais pra fazer aquela retirada dos adolescentes; sobretudo, a gente tem um déficit muito grande no município do primeiro emprego, da parte do jovem aprendiz, não é?! Então um investimento nessa área seria muito importante; por que estaria já sendo preparado para o mercado e já teria a parte da renda que supriria a necessidade da família que é um dos fatores que impõe, que os pais colocam isso para eles que eles precisam colaborar em casa; o que mais vemos são pais dizendo que não podem ficar sem ajuda dos filhos, que são sozinhas, que o marido está preso, que precisa da renda do filhos... ; então, em relação à parte da proteção... uma contrapartida de renda seria importante quando da retirada da criança do trabalho; o estatuto é quem faz toda essa parte... com medida protetiva... tem que ter essa legislação, mas a gente precisaria e oferecer outros serviços, outros programas para essas pessoas que estão nessa situação de trabalho infantil; especificamente porque esse trabalho traz milhões de outras violações que as vezes estão até escondidas, maquiadas, que não é revelado; o trabalho infantil doméstico, muitas vezes, é recorrente e ninguém vê porque ela é menina, ela pode ficar trabalhando como diarista; uma menina de doze anos pode dar conta de duas, três casas, porque ela é menina, ela é mulher... uma menina de dez, doze anos; então, tem essa questão que é muito complexa; que passa pela discussão de gênero; e vocês que estão na pesquisa vão nos ajudar entender essas questões... ; a gente enquanto... a gente vê os relatos e vê as fragilidades, mas aí a gente também precisa desse feedback para a gente entender

também como que se dá ... até a solução.. a resolução a gente precisa pensar juntos; sou Magliana Leite e estou como gerente de políticas públicas para infância da Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.11.1 Análise da fala

A fala da entrevistada retrata bem a postura estatal em vigência que enxerga o trabalho infantil como grande entrave ao desenvolvimento psicossocial do indivíduo, trazendo reflexos para o próprio desenvolvimento local posto que alimenta o chamado ciclo da pobreza.

Resta evidente que no âmbito do município não há tratamento diferenciado, nem equipe especializada voltada para o trato do trabalho infantil no âmbito das feiras livres, sendo todas as situações enquadradas nos termos da legislação vigente.

A entrevistada chama atenção para a romantização, por assim dizer, do trabalho infantil como mecanismo de educação e dignidade humana, pontuando que o mesmo compromete o desenvolvimento da criança e do adolescente; enumera algumas ações com saldos positivos no combate a tal trabalho tido por irregular e aponta a necessidade de mais ações conjuntas e melhor investimento na estrutura dos órgãos fiscalizadores.

Um dos grandes pontos, conforme frisa, que dificulta o trabalho da assistência social junto às famílias, às crianças e ao adolescente é o fato de o município não trazer contraproposta atrativa para os que estão em situação de vulnerabilidade e trabalho irregular.

É de se esclarecer que a coleta das narrativas já transcritas se deu em dias diferenciados, ao longo de meses de dedicação à pesquisa. Mais: nem toda visita da pesquisadora à feira fora com intuito de tomada de depoimentos. Em vários momentos a pesquisadora fora ao ambiente da Feira Central de Campina Grande apenas para observar suas nuances e dinâmicas de desenvolvimento em si.

Entretanto, ao longo do ano de 2019 a pesquisadora não se deparou com nenhuma ação de fiscalização, seja do município, seja do Ministério Público do Trabalho, seja da Promotoria da Vara da Infância e Adolescência, seja do próprio

Ministério do Trabalho e Emprego, seja da Polícia Militar, seja dos Guardas Municipais. Os contratemplos e desinteligências presenciados foram resolvidos no local pelos próprios feirantes.

Muito embora seja incontestável a importância das feiras livres no Brasil, conforme se demonstrou ao longo da escrita da presente pesquisa, o trabalho ali, hoje, parece assumir conotação de invisível. E, por não haver tanta visibilidade, passa a ter a fiscalização mitigada, prejudicada.

As grandes ações do município, no que tange ao trabalho infantil, se dão mesmo nos eventos de renome e de grande visibilidade, tais como as festas populares, e até mesmo nas ruas da cidade quando se fala dos chamados flanelinhas.

O relato dos feirantes tem ponto em que comum o saudosismo de que a feira não é mais como era antigamente, que perdeu espaço para os comércios maiores e urbanos e que a clientela, pelos mais diversos motivos, tem caído ano a ano. E, assim, diante da corrosão da importância econômica da feira livre para o próprio município as ações ali restam mais restritas à verificação de tributos e normas de vigilância sanitária.

5 ELEMENTOS INTERPRETATIVOS

De certo que a vivência prática da advocacia trabalhista trouxe a inquietude de melhor entender, buscando pacificar conflitos sociais, o porquê de o trabalho infantil ser, de certa forma, tolerado, especialmente no âmbito das feiras livres. Além: o porquê de o trabalho infantil ser tolerado por àqueles que têm o dever legal de cuidado e formação do cidadão, qual seja os familiares.

Certamente que, inserido numa economia periférica, em desenvolvimento, com a base da pirâmide social ocupando significativo espaço, não se pode relegar o fato de a necessidade de sobrevivência e, conseqüentemente, iniciação precoce no mercado de trabalho.

Entretanto, quando se volta a atenção para o trabalho infantil especificamente nas feiras livres, com inserção familiar, a questão toma outra conotação. E para melhor entender isso foi preciso fazer resgate histórico da ocupação do território nordestino, especialmente, sua expansão para o interior.

Nesse sentido, enquanto condição de colônia dependente de Portugal, o território brasileiro fora maciçamente explorado em seu litoral para produção de cana de açúcar. Aqui a figura do gado, que não é do *habitat* nacional, sendo, pois, importado das Antilhas, ganha destaque posto que fora a força bruta para preparar o solo e escoar a plantação. Acontece que, em determinadas épocas, o gado foi entrave, já que pisoteava o solo. A saída para resolver esse impasse estratégico fora o de empurrar, por assim dizer, o gado para o interior, o trazendo de volta no momento oportuno, conforme a plantação da cana.

Nesse processo de deslocamento do gado o Nordeste brasileiro fora desbravado, descoberto, povoado – obviamente que sem estrutura mínima alguma, os boiadeiros, os tropeiros foram firmando paradas para abastecimento, descanso, escambo; e esse movimento deu origem as grandes feiras e inúmeras cidades do interior brasileiro. Uma delas deu origem à cidade de Campina Grande / PB.

As feiras, inicialmente, eram locais de troca / comercialização de excedentes de mercadorias produzidas no âmbito familiar, nos pequenos povoados, nas pequenas propriedades. Todos os integrantes da família participavam da divisão de tarefas em prol de todos os entes, do bem estar coletivo. O trabalho fazia parte integrante e decisivo do processo de educação e formação do homem e da mulher.

Essa dinâmica de divisão social do trabalho foi, aos poucos, sendo repassada para as cidades que se iniciavam, posto que construídas pelos próprios feirantes, boiadeiros, tropeiros, desbravadores. E até hoje, como se pode perceber nas falas dos entrevistados, é característica dos que ali trabalham.

A grande maioria das histórias ouvidas narram a trajetória de famílias advindas de cidades e sítios vizinhos que vieram vender / trocar seus excedentes / mercadorias na grande Feira Central de Campina Grande – e neste processo os filhos não ficaram de fora, o ofício era repartido entre todos.

A feira foi e é local de cultura, costume, tradição, desenvolvimento de laços e relações, palco de discussões políticas e sociais, nascedouro de ideias, construção de hábitos e, por isso, mesmo têm dinâmica diferente das relações de trabalho desenvolvidas sob a ótica da sociedade industrializada.

É preciso frisar que, tendo industrialização tardia, o Brasil tendeu a copiar modelos sociais e legais de outras sociedades, especialmente, as que ocuparam espaço histórico de metrópole.

Reflexo disso, a legislação social, especialmente, a trabalhista, fora consagrada no país sem a devida atenção às nuances locais, especialmente no que tange às cidades de origem na feira livre.

Assim, legislações voltadas para sociedades industriais não se adequaram em sua totalidade à realidade nacional. Talvez esse seja um dos grandes entraves para o combate ao trabalho infantil nas feiras livres conforme se percebeu.

As pessoas não se sentem coagidas e nem contempladas pela legislação em vigência, posto que o costume impera: a tradição do sítio, da pequena propriedade, do desbravamento do interior do território, de inserir a criança e o adolescente na dinâmica da produção familiar fala mais alto.

Em todas as falas coletadas é comum a assertiva de que nenhum dos feirantes se sente ou se sentiu explorado por seus pais e familiares na inserção do trabalho familiar, na comercialização em conjunto das mercadorias produzidas ou terceirizadas, frisando que o tempo de estudo em contra turno fora preservado.

Ao ouvir a representante do município na assistência social, tem-se que, de fato, o poder público encara o trabalho infantil, seja ele em que modalidade for, como atraso e prejudicial à formação da criança e do adolescente, posto os relegam

a situações de vulnerabilidades e contribuem para a manutenção do ciclo da pobreza.

Entretanto, a mesma representante é clara ao pontuar que não há um programa específico para trato do trabalho infantil nas feiras livres e a pesquisadora, ao longo das visitas feitas, não percebeu nenhum tipo de fiscalização e/ou intervenção neste sentido. Os feirantes além de não se sentirem alvos desse combate ao trabalho infantil, posto não enxergarem problema da inserção do menor na atividade, não têm nenhuma contraprestação específica do Poder Público para a não inserção daquele.

Mesmo que em contra turno a legislação vigente não acata o trabalho infantil no âmbito das feiras e, ao fazer isso, desconsidera costume e cultura locais.

O Brasil tem raiz histórica de colônia e mesmo os centros locais alimentam, ainda hoje, a condição de periferia nacional sob o *status* de país em desenvolvimento.

Obviamente que o trabalho infantil, sob a ótica da sociedade industrializada, da exploração da jornada de trabalho, da alienação da produção, da menor remuneração, é entrave direto ao desenvolvimento de um povo, de uma nação. Entretanto, o trabalho infantil no âmbito das feiras, quando origem de tradição e costume familiar, não deveria, para se ter maior eficiência de combate e, conseqüente redução de ocorrência, ser enquadrado da mesma maneira, posto consistir em característica cultural e de construção da sociedade.

É preciso ter em mente que a condição de subdesenvolvido ou em desenvolvimento não é, efetivamente, etapa para alcançar o desenvolvimento, e sim condição de alimentação das metrópoles, ainda hoje.

Desse modo, a atual condição econômica do Brasil e o lugar que o país ocupa no mercado globalizado não tende a mudar com o desenvolvimento local, com a importação de medidas legais ou cópia de modelos prontos de gestão social.

Realidade diferentes, com heranças históricas diferentes merecem ter tratamento atento às nuances específicas e apresentadas, sob pena de persistência de conflito entre o presente e o imposto pelo marco legal.

Aqui, o estudo realizado revelou sua importância: entender as características endógenas dos locais, o modo de como as relações interpessoais e comerciais se originaram, o modo de como o viver e o produzir se apresentam é imprescindível para aproximar a realidade do fato da realidade legal, para que o

postulado em lei represente os anseios sociais e retrate a realidade que se procura direcionar. E muito mais que isso o estudo de tais características se mostrou importante para a contribuição de um desenvolvimento endógeno independente, com suas características próprias, atento à realidade local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1978.

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. **A importância da história oral como metodologia de pesquisa**. Disponível em: <<http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantoseoliveiraalves.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

ARAÚJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão bibliográfica brasileira sobre comercialização nas feiras livres**. Disponível em: <<file:///C:/Users/J%C3%BAlia%20da%20N%C3%B3brega/Downloads/1199-Texto%20do%20artigo-3561-4-10-20181220.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2008.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. **Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/72012644/Desigualdades-regionais-e-Nordeste-em-Formacao-Economica-do-Brasil>>. Acesso em: 16 maio 2019.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma poesia**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste – Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **História econômica e administrativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1982.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mapas Regionais. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/mapas_tematicos/mapas_do_brasil/mapas_regionais/politico/nm_regiao_nordeste.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mapas Estaduais. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/atlas_educacionais/atlas_geografico_escolar/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/fisico/paraiba.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). PNAD Contínua. Trabalho infantil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. **PLATAFORMA S.I.L.B.** Sesmarias do Império Luso-brasileiro. Disponível em: < <http://www.silb.cchla.ufrn.br/o-sistema-sesmarial>>. Acesso em: 14 maio 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.Htm>. Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. Jornal do Senado. **Especial Cidadania - Geração nem-nem já soma 11 milhões de jovens.** Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/jovensenador/home/noticias-1/externas/2018/10/geracao-nem-nem-ja-soma-11-milhoes-de-jovens>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. Jornal da USP. **Número de jovens que nem estudam nem trabalham cresceu com a crise.** Disponível em: < <https://jornal.usp.br/atualidades/numero-de-jovens-que-nem-estudam-nem-trabalham-cresceu-com-a-crise/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Programa de TV - Panorama Ipea - Juventude brasileira 2018** . Disponível em:< https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17194&catid=255&Itemid=2>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BURNETT, Annahid. **Instituição e desenvolvimento da feira da Sulanca dos anos 1950 aos anos 1980.** Tese de Doutorado. 2014. Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em: < <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/157/1/ANNAHID%20BURNETT%20-%20%20TESE%20PPGCS%202014..pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

BOMENY, Helena. **A educação no segundo governo Vargas.** Disponível em:< <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>>. Acesso em: 29 maio 2019.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho.** São Paulo: Ed. Moderna, 1992.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. **O trabalho infantil no Brasil contemporâneo.** Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300010 >. Acesso em 02 abr. 2019.

CASSOL, A. P. **Redes agroalimentares alternativas:** mercados, interação social e a construção da confiança. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em:< <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79442> >. Acesso em: 25 fev. 2019.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DA MATTA, Roberto. **O ofício de etnólogo ou como ter *anthropological blues***. Rio de Janeiro: Nova Série, 1978. Disponível em:< http://www.ppgasmn-ufrj.com/uploads/2/7/2/8/27281669/boletim_do_museu_nacional_27.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume II. No limiar de uma nova Era. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRANK, Andre Gunder. **América Latina: subdesarrollo o revolución**. Texas: Ediciones Era, 1976.

GARCIA, Carlos. **O que é Nordeste brasileiro?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Trajatória econômica de uma região periférica**. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a03.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2019.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1989.

HASSEN, Samanta da Silva. **Proibição do trabalho infantil: um confronto com a realidade brasileira**. Disponível em:< http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_HassenSS_1.pdf >. Acesso em: 21 maio 2019.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: origem do trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

LIRA, Terçália Suassuna Vaz. **Exclusão social e trabalho precoce – o cotidiano dos adolescentes trabalhadores na cata do lixo**. João Pessoa: UFPB / Editora Universitária, 2003.

LOPES, Stênio. **Campina Grande e seu destino**. Uma cidade de muitas conquistas e uma grave ameaça. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

LUXEMBURGO, Rosa; BUKHARINE, Nikolai. **Imperialismo e acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Edição 70, 1972.

MAINARDES, Jefferson. **Pesquisa etnográfica: elementos essenciais.** In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres. *Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas.* Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009, p. 99 - 124.

MARTINS, Adalberto. **A proteção constitucional ao trabalho de crianças e adolescentes.** São Paulo: LTr, 2002.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARX, Karl. **O Capital** (Livro I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MOTA, Ana Elizabeth (org.) **Cultura da crise e Seguridade Social.** Um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência Social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

NASCIMENTO, Amaury Mascaro. **Compêndio de direito do trabalho.** São Paulo: LTr, 1976.

_____. **Iniciação ao Direito do Trabalho.** 28 ed. São Paulo: LTr, 2002.

NASCIMENTO, Silvana de Sousa. **Aprender Antropologia pelo olhar sociológico e subterrâneo de José de Souza Martins.** Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/17644>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial.** São Paulo, Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Júlio César Melo de. **Campina Grande: a cidade se consolida no século XX.** em: <http://www.geociencias.ufpb.br/~paulorosa/gema/images/stories/monografias/2007/mo_no_julio>. Acesso em: 28 Out. 2019.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº. 182.** Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-infantil/WCMS_236696/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PANDOLFO, M. L. M. **Feiras de São Cristóvão – A reconstrução do nordestino num mundo de paraibas e nortistas.** Dissertação de Mestrado pela Fundação Getúlio Vargas, 1987.

PAZERA Jr., Eduardo. **A feira de Itabaiana – PB: permanência e mudança.** Dissertação de Doutorado. Departamento de Geografia USP: São Paulo, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. *In: Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. São Paulo: Vértice, 1988, p. 14-43.*

RAFAEL, Ivania Maria de Sousa Carvalho; RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. **A crise do capital e a relação com a educação brasileira.** Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/1171/117146405008/>>. Acesso em: 23 mar.2019.

RAMALHO, Maria Senharinha Soares. **EFEITOS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) NA ESCOLARIZAÇÃO DE ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA.** Disponível em:<
<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6340/Ma%20Senharinha%20-%20Dissertacao.pdf?sequence=1> >. Acesso em 02 abr. 2019.

RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores do Brasil.** *In: DEL PRIORI, Mary (Org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2007. p. 376-406*

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto; DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; OLIVEIRA, Márcia Silva de. **Geografia do Nordeste.** Disponível em:< http://bibliotecadigital.sedis.ufrn.br/pdf/geografia/Geo_Nord_LIVRO_WEB.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

SANTOS, Elisiane dos. **Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação: crianças invisíveis nos faróis da cidade de São Paulo.** Disponível em:<
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-01032018-123114/pt-br.php>
 >.Acesso em: 02 abr. 2019.

SANTOS, Joelma Trajano dos. **Trabalho infantil no espaço doméstico: exploração oculta.** Disponível em:< http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_35_7_Santos.pdf >. Acesso em: 21 maio 2019.

SZEREMETA, Angélica. **METODOLOGIA E ABORDAGEM DE CAMPO: considerações sobre a utilização da etnografia como instrumento de pesquisa a partir da contribuição teórica de Mainardes e Magnani .** Disponível em:<
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/7019>>. Acesso em: 03 mar. 2020

SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry. **A tutela jurisdicional dos direitos da criança e do adolescente.** São Paulo: LTr, 1998.

SILVA, Aldenôr Gomes da; CORTELETTI, Roseli de Fátima; LEITÃO. Edgard Leitão de Albuquerque. Agricultura familiar e política de inclusão social: o Programa Agroamigo em Lagoa Seca. *In: Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba – leituras sociológicas.* Roberto Veras de Oliveria (org). Campina Grande: EDUEPB, 2014.

SILVA, Maria das Graças. **Feira de São Bento em Cascavel**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp061035.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

SILVA JÚNIOR, Geraldo Francisco da. Campina Grande: desenvolvimento histórico no século XX. *In: CAMPINA GRANDE EM DEBATE: A condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas*. Roberto Veras de Oliveira (org). Campina Grande: EDUFPG, 2009.

TREVISAN, Emerson. **A feira livre em Igarassu: uma análise a partir dos dois circuitos da economia; a convivência do formal e o informal**. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6327/1/arquivo3537_1.pdf>. Acesso em: 28 Out. 2019.

URIARTE, Urpi Montoya. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/300>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

VIANA, Segadas. **Instituições de direito do trabalho**. 11 ed. São Paulo: LTr, 1991

VERAS, Mariluce de Macedo. **O trabalho infanto-juvenil e agricultura familiar: a inserção nas unidades familiares de produção**. *In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*. Anais...Recife: ABEPSS, 2006.

VIVARTA, Veet (Coord.). **Crianças invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração**. São Paulo: Cortez, 2003. Série mídia e mobilização social. v.6.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades**. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

ANEXO

**CRONOGRAMA – PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS / SOCIAIS DE ABORDAGEM
DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL E NO MUNDO**

Ano	Marco
1802	Lei de Peel (Inglaterra) Primeira intervenção estatal em questões trabalhistas
1813	França Proibia o trabalho de menores de 08 anos, bem como o trabalho dos menores nas minhas de carvão
1819	Inglaterra Proibição do trabalho de menores de 09 anos, limitando a jornada de 12h para os menores de 16 anos.
1839	Alemanha Proibição de trabalho para os menores de 09 anos, com duração de jornada para os menores de 16 anos em dez horas.
1841	França Fixação de jornada de trabalho: oito horas para o menor de 12 anos e doze horas para os menores de 16 anos
1886	Itália Idade mínima de 09 anos com proibição de algumas atividades para crianças
1871	Lei do Ventre Livre
1888	Lei Áurea
1891	Idade mínima para o trabalho no Brasil Promulgada no Brasil a primeira lei – Decreto nº 1.313 – que determinava a idade mínima de 12 anos para o trabalho
1919	OIT proíbe o trabalho realizado por pessoas com menos de 14 anos
1919	Criação da 1ª Entidade Internacional de Apoio à Criança
1923	Criação do Primeiro Juizado de Menores
1924	Aprovação da Declaração de Genebra Aprovado o primeiro documento internacional sobre os direitos da criança, conhecido como “A Declaração de Genebra”. Elaborado e redigido por membros da ONG “Save the Children”, é considerado o documento que deu origem à “Convenção dos Direitos da Criança” de 1989
1927	Promulgação do Código de Menores
1930	Criação do Ministério da Educação Proteção da OIT A OIT passa a proteger crianças de trabalho forçado ou obrigatório, como vítimas de tráfico, escravidão ou explorados pela prostituição e pornografia

1942	Criação do Serviço de Assistência ao Menor
1943	Consolidação da CLT O presidente Getúlio Vargas outorga, em meio às fortes pressões populares, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), documento que, entre outras coisas, regulamenta o trabalho de aprendizes no mercado de trabalho. De acordo com o Decreto 5.452, o menor aprendiz é o adolescente com mais de 14 e menos de 18 anos “sujeito à formação profissional e metodológica do ofício em que exerça seu trabalho”
1945	Criação da ONU
1946	Criação do Unicef
1948	Aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos
1950	Unicef no Brasil Instalado em João Pessoa (PB) o primeiro escritório do Unicef no Brasil com programas de proteção à saúde de crianças e gestantes nos estados do nordeste brasileiro
1964	Criação da Funabem A Fundação do Bem Estar do Menor, substituta do Serviço de Assistência ao Menor
1966	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
1967	Decreto de Lei 229. A Lei reduz a idade mínima dos aprendizes de 14 para 12 anos
1973	Convenção 138 da OIT O principal instrumento da OIT foi aprovado na Convenção 138, definindo a idade mínima de 15 anos para admissão ao trabalho
1974	Como no Decreto de 1943, a idade mínima estabelecida para os aprendizes volta a ser de 14 anos
1978	Sementes da Convenção dos Direitos da Criança O governo da Polônia apresenta à comunidade Internacional uma proposta de Convenção Internacional dos Direitos das Crianças
1979	Instituição do Ano Internacional da Criança Aprovação do Segundo Código de Menores
1983	Criação da Pastoral da Criança
1985	Surgimento do MNMMR Fundação em São Bernardo do Campo, região do ABC Paulista, do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, entidade sem fins lucrativos que nasce com o compromisso de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros e com especial atenção aos meninos e meninas em situação de rua
1987	Reunião da Assembleia Constituinte
1988	Promulgação da Constituição Federal do Brasil

	<p>Brasil proíbe o trabalho realizado por pessoas com menos de 14 anos</p> <p>A Constituição Federal eleva, em seu art. 7º, XXXIII, para 14 anos a idade mínima para o trabalho, abrindo exceção para os aprendizes (12 anos). O trabalho noturno, perigoso ou insalubre foi proibido para menores de 18 anos</p>
1989	<p>Aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança</p> <p>Adoção da ONU à Convenção Sobre os Direitos da Criança</p>
1990	<p>Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)</p> <p>Criação da Fundação Abrinq</p>
1992	<p>Criação do Conanda</p> <p>O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) foi criado por lei federal em dezembro de 1992. Uma importante atribuição deste órgão é a formulação de políticas públicas e a destinação de recursos destinados ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sua constituição se dá de forma paritária entre membros do governo e membros da sociedade civil organizada</p>
1995	<p>I Conferência Nacional dos Direitos da Criança</p>
1996	<p>Criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)</p> <p>O PETI é um programa de nível nacional com foco na erradicação das piores formas de trabalho infantil. Trata-se de um programa de transferência de renda que oferece uma bolsa às famílias com crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos que se encontram em situação de trabalho precoce em substituição à renda obtida pelas crianças nessas atividades. Em 2005, o PETI foi incorporado ao Bolsa Família, programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.</p>
1997	<p>1ª Conferência Global sobre o Trabalho Infantil</p>
1998	<p>A Emenda Constitucional 20 institui a idade mínima de 16 anos para o trabalho e 14 anos na condição de aprendiz</p>
1999	<p>Convenção 182</p> <p>A OIT aprova a Convenção 182, sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação</p>
2000	<p>Regulamentação da Lei do Aprendiz</p> <p>Promulgada em 2000, a Lei 10.097 altera alguns dispositivos da CLT e aperfeiçoa a normatização dos aprendizes no comércio e na indústria. O contrato de aprendizagem deve “assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o</p>

	aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.
2006	Agenda hemisférica para trabalho decente nas Américas Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes
2010	Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador 2ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil
2013	Realizada no Brasil, o encontro reuniu mais de mil pessoas, entre líderes mundiais, representantes de organizações internacionais e não governamentais, além de especialistas e pessoas interessadas sobre o tema. O documento que selou o fim do evento, chamado “Declaração de Brasília”, deixou clara a necessidade de se “acelerar os esforços em todos os níveis para erradicar o trabalho infantil, em particular suas piores formas até 2016”
2014	Ativista indiano ganha Nobel da Paz por combater o trabalho infantil Nos anos 1980, o indiano Kailash Satyarthi trocou a carreira de engenheiro para ajudar na erradicação do trabalho infantil em seu país. Em 2014, à frente da Marcha Global contra o Trabalho Infantil (que reúne duas mil organizações em 140 países) e da Campanha Global para a Educação, teve sua atuação reconhecida ao receber o Prêmio Nobel da Paz. Ele dividiu o Nobel de 2014 com a garota paquistanesa Malala Yousafzai, baleada pelo Taleban por defender o direito das meninas de irem à escola.
2016	A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) comprometeu-se a fazer de 2016 o “Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil”. A medida foi tomada com o intuito de fortalecer as relações entre os dez Estados falantes da língua lusófona para a erradicação do trabalho infantil em seus territórios.